



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Daniel Martins de Lima Silva

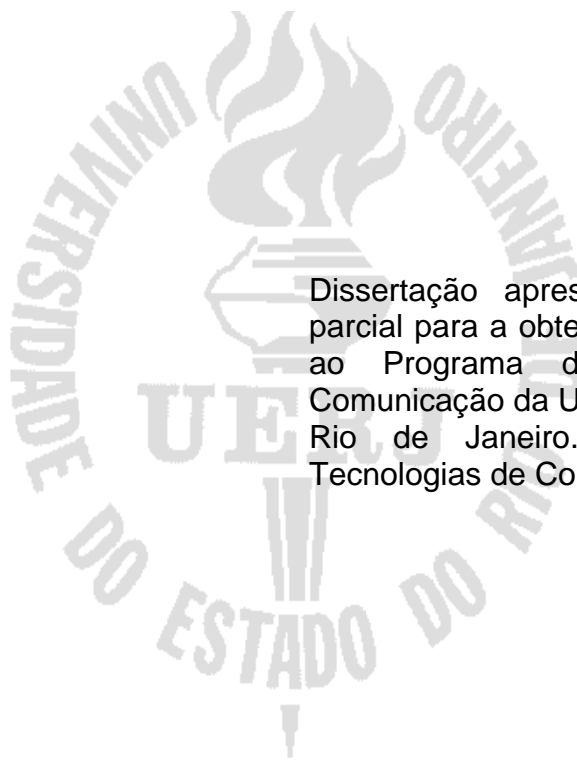
**Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque**

Rio de Janeiro

2009

Daniel Martins de Lima Silva

**Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Márcio Souza Gonçalves

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Daniel Martins de Lima  
Ativismo de mídia no Brasil : o anarquismo na belle  
époque / Daniel Martins de Lima Silva - 2009.  
107f.

Orientador: Márcio Souza Gonçalves.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

1. Imprensa trabalhista – História – Brasil – Teses. 2.  
Imprensa e política – Teses. 3. Trabalhadores – Brasil -  
Teses. 4. Sindicatos – Brasil – Teses. 5. Trabalho – Brasil  
– Teses I. Gonçalves, Márcio Souza. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação  
Social. III. Título.

CDU 331(81)(091)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Daniel Martins de Lima Silva

**Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2009.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Márcio Souza Gonçalves (Orientador)  
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Aldé  
Faculdade de Comunicação da UERJ

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Mohammed Elhajji  
Escola de Comunicação da UFRJ

Rio de Janeiro

2009

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe, que segurou minha mão quando desenhava as primeiras letras e iluminou de cima das nuvens meu caminho até aqui.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai e meu irmão, pela paciência, compreensão, amor e apoio dos momentos mais tensos.

Àqueles que me acolheram em suas casas sempre com muito amor e carinho, família Morani e os amigos Mário Portella e Julia Guimarães.

Aos companheiros Henrique Mazetti, Rafael Saldanha, e Luiz Gustavo Xavier, com os quais compartilho o caminho dos estudos desde a graduação e a quem devo muito.

Ao meu orientador Márcio Gonçalves, pela paciência, orientação e motivação decisivas para a realização deste trabalho.

Ao PPGC da UERJ, todos os funcionários e professores, pela recepção sempre amigável e pelo conhecimento transmitido.

À Biblioteca Nacional e seus funcionários, que cordialmente ajudaram na realização da pesquisa em minhas inúmeras visitas.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que, ao longo do mestrado estiveram ao meu lado e me incentivaram, ouviram, entenderam (ou não), comentaram e torceram pela conclusão dessa dissertação.

*Também recordarei como fecunda  
a tua influência, o amor, na salada  
e parece que o céu contribui  
dando-te fina forma de granizo  
a celebrar a tua claridade picada  
sobre os hemisférios de um tomate.  
mas ao alcance  
das mãos do povo  
regada com azeite  
polvilhada  
com um pouco de sal,  
matas a fome  
do jornaleiro no seu duro caminho.  
estrela dos pobres,  
fada madrinha  
envolvida em delicado  
papel, sais do chão  
eterna, intacta, pura  
como semente de um astro  
e ao cortar-te  
a faca na cozinha  
sobe a única  
lágrima sem pena.  
Fizeste-nos chorar sem nos afligir.*

*Pablo Neruda, Ode à Cebola*

## RESUMO

SILVA, Daniel Martins de Lima. *Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque*. 107f. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A produção de jornais por parte de grupos de operários no Rio de Janeiro durante as duas primeiras décadas do século XX é o objeto dessa pesquisa. Analisou-se o conceito do ativismo de mídia dentro de uma contextualização histórica, em comparação com as abordagens contemporâneas. Estudou-se o movimento operário que dava base à produção desses jornais, desde suas origens, fundamentações ideológicas, divisões internas e principais eventos. Tal movimento foi contextualizado dentro momento histórico que participa. Foram pesquisados jornais entre 1900 e 1920, com base no acervo da Biblioteca Nacional. Foram analisados de acordo com a periodicidade, duração, orientação ideológica, apresentação gráfica e linguagem. Analisou-se em conjunto os processos de apropriação de linguagem e de ascensão e queda da imprensa operária, considerando causas e conseqüências. Foram consultadas também fontes complementares de material produzido pelos grupos operários, tais como cartas abertas e cartazes. Os dados foram apresentados quantificados e comparativamente. Foi realizado um estudo de caso, com base no jornal *A Voz do Trabalhador*. Através da análise de discurso, foram exemplificadas estruturas comuns aos jornais operários, estilo de texto, e acompanhamento de situações específicas de crise, dinâmica de debate sobre assuntos em voga e orientação específica para o público-alvo. Tais análises revelaram uma pluralidade de orientações políticas, diversidade de abordagens e usos e superação da importância do jornal operário frente ao grupo que deveria representar.

**Palavras-chave:** Imprensa operária. Ativismo de mídia. Anarquismo. Trabalhismo. Movimentos sociais.



## ABSTRACT

The production of newspapers by groups of workers in Rio de Janeiro during the first two decades of the twentieth century is the subject of this research. We analyzed the concept of the media activism within a historical context, in comparison with contemporary approaches. To study the labor movement that was based on the production of newspapers, since its origins, ideological reasons, internal divisions and major events. This movement was contextualized within historical moment that participates. Newspapers were surveyed between 1900 and 1920, based on the acquis of the National Library. Were analyzed according to the frequency, duration, ideological orientation, layout and language. It was analyzed in all the processes of appropriation of language and the rise and fall of the worker's press, considering causes and consequences. We also found additional sources of material produced by workers groups, such as open letters and posters. The data were presented quantified and compared. This was a case study, based on *A Voz do Trabalhador* newspaper. Through the analysis of speech, were exemplified structures common to the worker's newspaper, style of text, and monitoring of specific situations of crisis, momentum for discussion of issues in vogue and specific guidance to the target audience. Such analysis revealed a number of policy guidelines, diversity of approaches and practices and overcoming the importance of group that should represent in the worker's press.

**Keywords:** Worker's Press. Media activism. Anarchism. Laborism. Social Movements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	A redação de um jornal operário .....	34
Figura 2 –	O Primeiro de Maio da imprensa operária: dia de luta para o trabalhador .....	53
Figura 3 –	A segunda geração de lideranças operárias: José Oiticica, Fábio Luz e Astrogildo Pereira, da esquerda para a direita .....	56
Gráfico 1 –	Número de Greves, 1917 – 1920 (Adaptado) .....	69
Figura 4 –	Evolução gráfica do cabeçalho de A Voz do Trabalhador: 1908, 1909 e 1914, de cima para baixo .....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distrito Federal, 1919 - Salário Médio Diário Adulto Masculino .....	48
Tabela 2 – Cotações dos Preços por atacado (Mil-réis), 1916 -1917 .....	60
Tabela 3 – Rio de Janeiro – Greves por Categorias Profissionais, 1917 – 1920 .....	62
Tabela 4 – Rio de Janeiro – Causa de Greves, 1917-1920 .....	63
Tabela 5 – Rio de Janeiro - Representatividade Sindical, 1918 .....	66
Tabela 6 – Lista de jornais consultados .....	73
Tabela 7 – Jornais Anarquistas e Trabalhistas .....	74
Tabela 8 – Distribuição de Operários Pelos Principais Ramos Industriais, 1919 (Adaptado) .....	95

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. SOBRE O ATIVISMO DE MÍDIA .....	13
1.1. Um conceito em construção .....	17
1.2. Abordagens contemporâneas .....	19
2. CONJUNTURA, CORRENTES E MOBILIZAÇÕES .....	31
2.1. Trabalhismo, Socialismo e Anarquismo .....	35
2.2. O movimento operário .....	44
2.3. De 1901 a 1908 .....	47
2.4. Ostracismo e Congresso Trabalhista .....	55
2.5. Segundo Congresso e retomada .....	57
2.6. De 1917 a 1920 .....	60
3. A IMPRENSA OPERÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	71
3.1. Crítica de mídia e as cartas de Alex Pavel .....	78
3.2. Dificuldades estruturais .....	83
4. ESTUDO DE CASO: A VOZ DO TRABALHADOR .....	86
4.1. Estrutura do jornal .....	89
4.2. Seções temporárias .....	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
REFERÊNCIAS .....	102

## INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX para o XX no Brasil, encontramos uma forte presença de jornais operários como arma política. Hoje, recém chegados ao século XXI, podemos ver a Internet repleta de *sites*, *blogs*, comunidades virtuais e até jogos eletrônicos com a mesma função. Apropriar-se dos meios de comunicação disponíveis e usá-los a favor de seus ideais parece ser uma marca em certos movimentos sociais, há vários anos.

No entanto, muita coisa mudou nesse intervalo de tempo. Desde o período de formação da classe operária e seus primeiros sindicatos no Brasil – quase sempre acompanhados de um jornal próprio –, ao uso das ferramentas de comunicação *hi-tech* de hoje para o ativismo, muitas mudanças ocorreram nos movimentos sociais.

O ativismo de mídia assumiu uma posição de destaque nos estudos sobre apropriação de meios de comunicação pelos movimentos sociais, com um papel decisivo exercido pela internet como centralizadora de novas experiências formais e estruturais na cadeia de comunicação. Nossa dissertação tomou como ponto de partida essa idéia de ativismo e buscou uma transversalidade histórica no uso de mídia por movimentos sociais, em termos processuais.

Para tanto, optamos pela referência mais remota e quantitativamente relevante no Brasil, que é imprensa operária no início do Século XX. Ela se encontrava em um momento de urbanização e industrialização do país, de renovação social com a chegada de imigrantes e das primeiras organizações de trabalhadores de maior porte no país. Estas eram acompanhadas ainda por uma ampla disputa de correntes ideológicas, em uma entusiasmada etapa de desenvolvimento da República e de progresso tecnológico, buscando superar o atraso da sociedade imperial.

Através de uma investigação dessa produção de jornais por grupos de operários da República Velha com enfoque no Rio de Janeiro, esperamos conhecer mais profundamente a complexidade do processo de apropriação da mídia. Que tipo de conteúdo era veiculado? Quem o produzia? Qual era seu público-alvo? O que desencadeou esse processo? Quais eram as estratégias por trás dessas mídias? E ainda, como cada época impôs ao uso de mídia diferenças, além das tecnológicas, que atingem o próprio discurso e seu sentido?

Por se tratar de um trabalho que envolve muita interdisciplinaridade, há uma variedade grande de material sobre os diversos assuntos que são abordados durante o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, pelo mesmo motivo, a maior parte dessa bibliografia não aborda a questão com o enfoque que estamos propondo.

Nesse sentido, o primeiro capítulo trará um apanhado panorâmico dessas referências, agrupado pelos elementos que compõem o tema da pesquisa. Em seguida, vamos discutir o ativismo de mídia, suas principais abordagens conceituais e a maneira com a qual a imprensa operária pode ser encarada de acordo com cada uma. Trataremos ainda do processo de apropriação e do uso de meios de comunicação.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto histórico que deu condições para a emergência da imprensa operária, em termos políticos, e econômicos, sociais e tecnológicos. Depois traremos uma contextualização necessária das correntes ideológicas e organizatórias dos movimentos operários, incluindo as formas de ação prediletas e as estratégias a longo prazo. Neste mesmo capítulo, serão narrados os principais eventos na trajetória de vinte anos desses grupos operários, como greves, congressos e insurreições.

O capítulo três apresenta os dados coletados na pesquisa, e nele explicaremos as opções feitas que definiram nossa metodologia. Um mapeamento do quadro geral da imprensa operária será delineado, considerando os diferentes grupos de lideranças, a representatividade de diferentes categorias, a duração e questões ligadas ao formato e estilo. Em seguida, daremos atenção especial à relação conflituosa com a grande imprensa e entre grupos rivais demonstrada nos textos, e por fim falaremos dos problemas estruturais que desencadearam o fechamento desses jornais.

O quarto e último capítulo trata de um estudo de caso feito com base no periódico *A Voz do Trabalhador*. Na forma de análise do discurso, exemplificaremos a linguagem dos jornais, a dinâmica de debates e de acompanhamento de eventos internacionais importantes, a composição típica das seções de um jornal operário, como ele se orientava para atender as demandas de seu público-alvo e todas as transformações que o jornal sofreu ao longo de 71 edições em nove anos interruptos.

## 1. SOBRE O ATIVISMO DE MÍDIA

Antes de tratar do caso pesquisado, é necessário posicionar o ponto de vista que influenciou a pesquisa sobre o uso de meios de comunicação no ativismo nos movimentos operários brasileiros em torno dos anos de 1900 até 1920. Para isso, é válido situar o estado da questão, e posteriormente debater acerca do conceito de ativismo de mídia, porque esse olhar contemporâneo inevitavelmente influencia o processo de análise de dados que trataremos nos próximos capítulos, e com isso acreditamos ser mais honesto torna-los explícitos ao invés de simplesmente tentar esconder possíveis anacronismos de leitura em uma análise histórica.

A maneira como indivíduos recebem a produção de mídia, a absorvem e finalmente se apropriam desta para seus próprios fins é um tema estudado dentro da comunicação nos chamados estudos de recepção. Um dos autores mais importantes, referência básica nesse campo, é o francês Michel de Certeau, com sua obra “A invenção do cotidiano”. Neste trabalho, o autor mostra a maneira como a sociedade se relaciona com a mídia e a cultura de massa de uma maneira geral, de forma alguma passiva, mas consciente e produtiva, tentando sempre ocupar os “espaços vazios” de poder para dar novos usos, maneiras de fazer, aos elementos de seu cotidiano. Além de Certeau, John Thompson, em “Mídia e Modernidade” dá destaque a essa temática de forma bastante clara e direta, mostrando que dentro do processo de recepção sempre há leituras que não refletem especularmente o discurso do emissor. Em geral, essas serão as referências conceituais mais importantes nesse trabalho.

Normalmente, os trabalhos que abordam a apropriação de meios de comunicação são fundamentalmente voltados para estudos da recepção de mídia de massa por parcelas da sociedade de um nível cultural específico em seu cotidiano, sem ter como objetivo analisar a produção que grupos organizados fazem ao apropriar a linguagem e os meios de dar seus próprios sentidos à mídia, como, em parte, busca este trabalho. A exceção fica por parte dos neo-marxistas, que, no entanto, não oferecem estudos de casos específicos que auxiliem profundamente a pesquisa.

Para que este trabalho seja capaz de dimensionar o uso da imprensa pelos movimentos sindicais no início do século XX, é fundamental fazer uma recapitulação

histórica de quem eram esses sujeitos produtores, em que contexto eles se inseriam e o que há documentado sobre a imprensa operária. É possível encontrar referências úteis sobre a história do movimento anarquista e socialista e sobre a sociedade no período em análise no Brasil e no mundo entre pesquisadores da História Social do Trabalho e da História do Cotidiano.

Pesquisadores brasileiros como Edgar Rodrigues, Boris Fausto, Maria Nazareth Ferreira, e Cláudio Batalha, mais voltados à história social do trabalho, possuem uma obra vasta sobre Brasil republicano até a era Vargas, a chamada República Velha, e oferecem um panorama amplo no tema, dando ênfase às mobilizações populares, e em alguns casos estudam especificamente a imprensa operária. Alguns autores estrangeiros marcaram presença nesse tema de pesquisa sobre o Brasil, dos quais deve-se destacar John Foster Dulles, Michael Hall e Sheldom Maram, e autores de referência, como Eric Hobsbawn e E. P. Thompson, fazem um trabalho muito parecido com relação aos movimentos sociais em outras partes do mundo, com ênfase à Europa.

Outros pesquisadores do Brasil, como Sidney Chalhoub, José Murilo Carvalho, Francisco Hardman e José Maurício Domingues analisam o mesmo período histórico, sob a ótica da história do cotidiano e do imaginário. Nesse caso, o enfoque maior é dado às relações do cidadão comum em sua vida privada e pública, sua rotina, ocupações e divertimentos. Um trabalho exemplar nesse sentido é o livro “Trabalho, Lar e Botequim”, de Chalhoub, que estuda a vida dos operários das primeiras fábricas no Rio de Janeiro.

Os trabalhos de pesquisa histórica que abordam os movimentos libertários no Brasil têm como uma de suas principais referências documentais os jornais operários. Além disso, podemos encontrar barreiras oriundas da forte influência marxista no pensamento da história social do trabalho ao analisar os movimentos anarquistas, deixando-os a margem em suas análises. Já os estudos da história do cotidiano nos oferecem um material valioso sobre a vida dos operários que produziam os próprios jornais da época, mas costumam evitar estudar os indivíduos ativistas, por o considerarem um exemplo infiel do cidadão ordinário, que normalmente era mais despolitizado.

Dentro do tema Comunicação e Política, existe um nicho que estuda a relação entre os movimentos sociais e a mídia, de uma maneira geral. Uma parte desses trabalhos segue uma linha mais entusiasta das novas tecnologias e das redes em



suas possibilidades para estabelecer formas mais democráticas de comunicação e de organização. Outra parte vem de uma tradição de estudos de comunicação ligada a autores como Jürgen Habermas e Hannah Arendt, que contam com a vantagem de assegurar objetos mais amplos. No campo da Comunicação Comunitária também encontramos estudos sobre a relação entre mídia e ativismo, que pensam, *grosso modo*, a produção local de mídia por parte de comunidades desprivilegiadas em relação à mídia massiva.

Das pesquisas sobre comunicação e ativismo será tomada grande parte das referências básicas deste trabalho. Apesar de não ser um dos campos mais maduros e sofrer ainda de certo entusiasmo pouco crítico, os estudos sobre o ativismo de mídia mais recentes apóiam nossa construção do conceito. O viés da comunicação comunitária é extremamente útil como referência geral para analisar a organização de produtores de mídia marginalizados. Os trabalhos sobre a relação mídia, política e espaço público sob a orientação do pensamento de Habermas nos oferecem uma perspectiva ampla desse contexto. No entanto, submetem em suas análises as relações sociais às relações institucionalizadas, seja por meio do Estado ou por meio de corporações de comunicação, e, nesse sentido, estão mais afastados do interesse desse trabalho.

A análise do uso ativista da mídia exige muito cuidado ao tratar o tema dos movimentos sociais sem se deixar contaminar pelas ideologias propagadas pelos mesmos. As escolas de sociologias são as que mais dão atenção ao tópico dos movimentos sociais, e será a partir delas que será construído o olhar desse trabalho sobre o ativismo. No entanto, existem divergências metodológicas fortes, geralmente oriundas de diferentes orientações políticas que podem acabar poder esconder as informações em uma cortina ideológica.

As escolas européias de sociologia e ciência política que estudam movimentos sociais, de maneira geral, seguem uma linha de abordagem de tendências marxistas, incluindo sempre os diferentes seguidores deste pensamento (Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Lênin, Escola de Frankfurt, para citar apenas alguns) que muitas vezes são conflitantes entre si. Essencialmente, essa perspectiva ofereceu um desafio para este trabalho: o pensamento marxista possui uma rixa história com o pensamento anarquista, que é de importância definitiva para o movimento operário no período pesquisado. Manuel Castells, José Borja, Antonio

Negri, Pierre Clastres e Guy Debord também são autores comumente citados em estudos análogos.

A escola norte-americana oferece uma perspectiva bastante diferenciada: uma parte relevante dos estudos sociológicos dos EUA tende a valorizar as relações sociais reguladas por relações econômicas. A tradição de pesquisa sobre ativismo elaborada no país, que teve como marco inicial os movimentos de contracultura, os *hippies* e o movimento negro na década de 1960, dá menos enfoque ao discurso ideológico e mais destaque para os sistemas de organização e mobilização de recursos (humanos, financeiros, bélicos etc.). Anthony Oberschall, Charles Tilly, Sidney Tarrow, David Ronfeldt e John Arquilla são bons exemplos, aos quais podemos incluir ainda Douglas Kellner, apesar de este possuir uma abordagem mais entusiasta do ativismo.

No Brasil, há uma divisão relativamente clara entre a pesquisa sobre movimentos sociais de tradição européia e marxista e os de tradição weberiana e norte-americana, talvez devido ao período da ditadura militar, no qual investigações nesse sentido sem direcionamento policiais eram mal-vistas, dividindo, portanto, em um momento anterior de maior efervescência comunista, e um posterior, voltado para análise de ONGs no final da década de 1980. Maria da Glória Gohn e Ana Maria Doimo possuem trabalhos panorâmicos sobre teoria e história dos movimentos sociais no país.

Uma consequência negativa do elevado distanciamento ideológico nas análises norte-americanas é a falta de sutileza para saber separar um movimento ilegal de reivindicações e táticas em busca de justiça social e democracia, e outros igualmente ilegais, mas envolvidos em atividades criminosas ou terrorismo. Por outro lado, a tradição européia não oferece uma abordagem metodológica que alimente genericamente qualquer estudo sobre movimentos sociais, ficando muitas vezes enclausurados em casos que se alinham a um pensamento pré-estabelecido. Estudos de caso latino-americanos, incluindo os brasileiros, oferecem uma boa quantidade de informação e dados sobre os movimentos, mas se tornam parciais quando se tratam de relatos dos próprios ativistas.

Para tentar responder às questões propostas, foi necessário um trabalho de pesquisa profundamente interdisciplinar, que envolveu estudos na história social do trabalho, cotidiano e do imaginário do Brasil na República Velha; do campo da sociologia sobre movimentos sociais; e dentro do campo da comunicação, nos

apropriaremos ainda de elementos dos estudos da recepção e das análises de discurso. Em grande parte, no entanto, a pesquisa foi alinhada às diversas perspectivas de estudos sobre a relação entre comunicação e ativismo, ainda que com um olhar diferenciado.

Nesse sentido, não vamos buscar as origens do uso de mídia pelos movimentos sociais, não estudaremos o processo de recepção da mídia apropriada, não vamos debater as causas de cada caso, nem tampouco analisaremos seus textos como formas literárias. O que esse estudo pretende é conhecer melhor a relação que se estabelece entre mídia e movimentos sociais em situações nas quais estes atuam como parte de um processo integrado.

### **1.1. Um conceito em construção**

A discussão sobre ativismo de mídia, no momento em que o conceito está sendo criado, recriado, revisto e revisitado com sentidos muitas vezes efêmeros por não dar conta das complexas transformações que a sociedade passa, oferece um grande desafio de pesquisa acadêmica. Trata-se de milhares casos específicos e formas particulares de articulação de pensamento e de ação políticos que se reúnem sob um guarda-chuva conceitual em meio a uma torrente de críticas oriundas na maior parte das vezes de doutrinas anacrônicas que não encontram seu lugar na sociedade contemporânea. Em aparente contraditoriedade, o próprio conceito de ativismo de mídia é considerado por alguns como a resposta mais viva às dúvidas existenciais de filosofias políticas que eram tidas como fadadas ao esquecimento por alguns, como o anarquismo.

A riqueza trazida por essa pluralidade de vertentes conceituais é um dos principais pontos positivos do ativismo de mídia, pois revela sua alta versatilidade, amplitude e vitalidade. Pelos entusiastas, é considerado uma adaptação (supostamente) correspondente do ativismo político a uma tendência de conduzir temas políticos de interesse comum a um grupo através da mídia, fenômeno amplamente discutido no século XX e perfeitamente condizente com a condição social do século XXI.

Contudo, existe uma disputa ampla (e em geral sadia) que se desenvolve no campo das ciências sociais ao redor de tendências e posições sobre os modelos de sociedade, modos de produção e os desafios para alcançá-los. Esse debate amplo nas ciências sociais afeta todos os campos mais específicos de pesquisa. Objetos mais aplicados e mundanos, como os movimentos sociais são assediados e analisados enviesadamente para servir ao interesse de determinada abordagem teórica. Com certeza, uma parcela tão específica e desprotegida desses movimentos, que é a responsável por produção de mídia, o objeto deste trabalho, não fica à margem desse debate, contudo tem muito pouco peso para se posicionar com independência relativa no processo de disputa de campo, e acabam sendo levado pela maré.

Resultado disso é que quando se procura encontrar a posição regular do ativismo de mídia na sociedade contemporânea, o confronto de grandes correntes de pensamento deixa uma imensa gama de ruído conceitual a respeito do que essas correntes entendem sobre o ativismo de mídia. Soma-se a isso, evidentemente, toda a complexidade do pensamento filosófico da pós-modernidade, para tornar ainda mais difícil compreender o conceito sem que seja necessário estar por completo baseado em um bloco monolítico de outros conceitos, apenas para encontrar alguma coerência em artifícios.

O que dizer do uso de meios de comunicação pelos movimentos sociais em outro momento histórico, estaria ele menos envolvido nesse problema conceitual? Acreditamos que não, pelo contrário, a incapacidade de defesa o torna ainda mais refém, e a isso se acrescenta o fato de que tal conceito ainda não era explorado no caso da imprensa operária, por mais que ela se mostre perfeitamente adequada quando é praticada atualmente.

Os entusiastas do conceito de ativismo de mídia, em muitos dos casos são pessoas que o praticam ou o praticaram, ou então que simpatizam com alguma forma de experimentação com linguagem midiática que opta por fazer uso de um conteúdo político, e nesse aspecto dá à noção de ativismo um papel secundário no resultado.

O que então, em termos práticos, é considerado ativismo de mídia hoje? Em uma lista incompleta, podemos citar produção de vídeos independentes com conteúdo político, jornais independentes, em alguns casos jornais de bairros ou de associações ou de sindicatos, sites sobre política, softwares que podem ser

utilizados para fazer *sit-ins* virtuais, jogos eletrônicos que levam a questionamentos aos objetivos propostos, poesia em hipertexto, arte digital com conteúdo crítico, intervenções críticas na paisagem urbana, manifestações públicas que tentam explorar de alguma maneira diferente (na maior parte das vezes lúdica) novas formas de se expressar, criação de centros de desenvolvimentos de projetos de mídia, intervenção crítica no conteúdo da mídia tradicional, formação de redes de ativismo de mídia, teatro de rua, rádios livres (também chamadas rádios piratas), fóruns de discussão, correntes de e-mail, sabotagem corporativa no nível simbólico das marcas, paródias de diversos tipos, documentários independentes...

Tudo isso pode parecer completamente desconexo, e deixa margem para se alegar que, se quase tudo pode ser ativismo de mídia, ativismo de mídia é quase qualquer coisa, ou seja, conceitualmente quase nada. No entanto, para o olhar mais atento é visível que existem elementos de uso de mídia costurados em uma trama de idéias que, mesmo não estando sempre presentes, serve para que os ativistas se afirmem como de mídia, mesmo não fazendo rigorosamente nada parecido com o que seu vizinho menos próximo nessa rede faz.

## **1.2. Abordagens contemporâneas**

É exatamente a partir dessa perspectiva que queremos apresentar o conceito de ativismo de mídia, sem desconsiderar as abordagens que se apresentam como tal apenas porque elas não se encaixam no pacote, mesmo que seja apenas para em seguida relativizar essa classificação, em um exercício crítico. O objetivo é fugir das conceitualizações instrumentais, e para isso é válido fazer uma breve revisão das abordagens principais.

O que podemos afirmar seguramente, apenas com o que foi colocado até aqui, é que o ativismo de mídia não pode ser definido por um enquadramento ideológico, e tampouco por uma estrutura formal definitiva, escolhendo determinadas práticas como ativismo de mídia e excluindo as demais. Isso, ao contrário do que pode parecer, não é algo específico da situação contemporânea do ativismo. Na Roma Antiga, a sociedade se manifestava contrariamente à César publicamente ao fazer desenhos desmoralizantes nas paredes públicas, na calada da noite, e isso

carregava um sentido inequivocamente político, de reivindicação e contestação. O mesmo pode ser dito de publicações revolucionárias permitidas pela introdução da máquina de imprimir na Europa, e que também carregavam um sentido profundamente político, como as 95 teses de Lutero, que deram início em uma mudança no cenário religioso da Europa.

Atualmente, existem quatro linhas de abordagem principais sobre o conceito de ativismo de mídia. Todas elas, entretanto, fazem menção ao que estamos tratando aqui por ativismo de mídia com referência ao momento recente, ligado às novas tecnologias. Nossa leitura desses conceitos é a de que o suporte técnico não define a prática, visto que para cada prática com tecnologias avançadas existe uma análoga com tecnologias “arcaicas”.

A primeira linha de abordagem toma como referência uma economia política da comunicação que revela disparidades sociais de acesso à informação, controle dos meios de comunicação no Brasil e no Mundo por grandes corporações e principalmente o desequilíbrio entre as etapas de produção e recepção (consumo) de produtos midiáticos. Essa visão de um ativismo de mídia assume como exemplos principais as formas de grupos de vigilância da mídia, que critica e analisa os temas principais da Grande Mídia, e ainda discute as formas de cobertura e abordagem sobre diversos assuntos em voga (*media watch*). A agenda desses grupos será sempre a agenda das manchetes dos noticiários, obstinados em demonstrar erros e acertos no cotidiano das redações dos grandes jornais e, em alguns casos, revelar algumas relações problemáticas entre interesses de mercado de comunicação e o complexo conceito de interesse público.

Outro desdobramento dessa forma de se compreender o ativismo de mídia é assumir como modelo também a formação de organizações que se voltam diretamente para a construção de uma mídia mais socialmente responsável, que tem como tema principal o direito universal à comunicação e marca presença nos debates sobre como devem ser implementadas inovações que podem trazer benefícios para a sociedade.

Em um quadro geral, esse discurso de ativismo de mídia democrático e cidadão se enquadra bem com uma forma de ativismo que pretende construir um outro mundo possível, chamado de Movimento de Ação Global, que é responsável pela organização do Fórum Social Mundial e discute temas como economia solidária

e democracia participativa. Um excelente exemplo desse viés do ativismo de mídia no Brasil é o grupo Intervozes (<http://www.intervozes.org.br>).

Como é sabido, o sonho de criar um outro mundo não é novo. Igualmente, os jornais, sindicatos, grupos de estudo e associações livres socialistas e anarquistas de aproximadamente um século atrás já tentavam trazer esse debate para o seio da sociedade, realizando encontros e conferências, buscando dar acesso à informação e fomentar o senso crítico.

Como indica a própria idéia de uma economia política da comunicação em movimentos sociais, esse conceito de ativismo de mídia recebe uma forte influência do pensamento marxista, principalmente de uma visão de marxismo que pretende se adaptar à sociedade e ao pensamento contemporâneos. A dificuldade desse conceito de ativismo de mídia, no entanto, é ser incapaz de dar conta das inúmeras manifestações que não tem a pretensão de se constituir na forma de uma ONG ou assumir uma estrutura rígida de espaço para debate democrático, e menos ainda essa abordagem conceitual entende formas menos ortodoxas de ação de outros grupos, como pirataria ou experimentações artísticas.

Uma segunda e também importante abordagem sobre que é o ativismo de mídia é a conceitualização do ativismo de mídia como uso da mídia pelo ativismo. Esse conceito é relacionado a termos como mídia alternativa ou mídia comunitária. Refere-se na maior parte dos casos a um uso instrumental dos meios de comunicação por grupos de ativistas ou simplesmente grupos minoritários que procuram ganhar espaço e exercer seu direito de se comunicar.

O desafio apresentado por essa forma de se encarar o ativismo de mídia é precisamente ter que assumir desde o princípio que a mídia deve ser apenas uma maneira de publicizar ações e idéias de qualquer grupo ou abordagem política, como mero instrumento ideológico. A idéia de ativismo de mídia se torna mera justaposição de conceito. Em geral, os grupos que produzem mídia alternativa estão ligados a um pensamento relativamente coeso sobre direitos humanos e interesses sociais que coadunam com uma nebulosa esquerda, mas nunca resiste às análises mais detalhistas. Um exemplo simples é procurar as definições das linhas editoriais de jornais alternativos, como o Brasil de Fato, e comparar com outras publicações alternativas, como a revista Global. O que se encontra é uma grande diferença de discurso e de conteúdo, quando se ultrapassa o acordo geral da esquerda contra o neoliberalismo.

Talvez essa seja a maior dificuldade do conceito de ativismo de mídia, já que deixa em aberto a possibilidade de servir a gregos e troianos, como se tratasse de apenas mais uma forma de buscar um objetivo, independente de qual seja. Em casos extremos, vemos a propagação de mídias alternativas, em um sentido meramente formal, para a promoção de segregação racial e discriminação religiosa, que nem por isso deixam de apresentar as mesmas características e se auto-afirmar como mídias alternativas.

Além disso, o próprio nome mídia alternativa revela um problema estrutural, já que deixa sempre em aberto uma questão de alteridade que pode sempre ser usada fora de contexto, já que em certos casos, o que se apresenta como alternativo na verdade é a tendência hegemônica, e confunde-se também com o conceito homônimo usado na publicidade para espaços alternativos para veiculação de propagandas.

Um primeiro olhar sobre a imprensa operária do início do século XX no Brasil a colocaria rapidamente ao lado desse conceito, visto que existe uma semelhança entre o discurso e esse tipo de abordagem estar mais ligado à sindicatos e uniões de trabalhadores. Essa primeira impressão, entretanto, acaba escondendo a complexidade da produção daqueles grupos. Mesmo afirmando-se constantemente como a alternativa do proletariado, eles superaram em grande parte o que chamamos hoje de mídia alternativa por meio um raio de ações muito mais amplo do que simplesmente apresentar uma visão “alternativa” das notícias oficiais: construíam um sistema de educação, cultura e entretenimento que tinha a pretensão de transformar a sociedade de dentro para fora.

Um terceiro grupo de atividade que é chamada de ativismo de mídia é o movimento das mídias independentes. A criação desse conceito se confunde com a formação da rede *Indy Media* ([www.indymedia.com](http://www.indymedia.com)). Originalmente criada para cobrir as manifestações de Seattle em 2001 contra a reunião da OMC, hoje ela é uma rede global composta por mais de 200 coletivos em mais de 50 países nos cinco continentes, e gerou grupos dissidentes de menos expressão, mas com a praticamente a mesma abordagem.

Conceitualmente, essas mídias se parecem muito com as chamadas mídias alternativas, pois em geral estão relacionadas com outro tipo de ativismo e se contrapõem à mídia oficial. Apesar disso, esse movimento afirma guardar características próprias que a distinguem da mídia alternativa. A principal delas é



que existe uma tendência de auto-afirmação do movimento como algo que não se atrela a interesses específicos, como partidos políticos, dependência financeira de publicidade e submissão a qualquer orientação de censura ou controle da informação externa ao grupo.

Apesar de toda a sua força, o conceito de uma mídia independente é sempre questionado, por motivos diferentes. Internamente, a independência que os batiza sempre se limita ao interesse da linha editorial do meio, e nesse caso o que se encontra empiricamente são informações ligadas ao movimento estudantil e ao pensamento de esquerda como um todo. Também é um problema constante interno às mídias independentes a necessidade de se submeter a um agendamento das notícias, o que os aproxima do risco de se tornar mera espetacularização dos eventos que eles mesmos organizam. Externamente, os grupos não conseguem encontrar sustentabilidade real financeira, e funcionam sempre como meios amadores de comunicação que conseguem poucos fundos com vendas de camisetas e coletâneas de mídia (documentários, na maior parte das vezes) e sofrem de uma efemeridade típica de um movimento estudantil.

Conforme é apresentado ao longo do capítulo 3, essas mesmas dificuldades operacionais eram encontradas pelos operários-jornalistas. Mesmo não sendo tão orientados pela independência, visto que assumiam na maior parte das publicações ideologias, tinham claro em mente fazer propaganda dos ideais anarquistas e socialistas, e quase sempre estavam vinculados a um sindicato, as dificuldades de não contar com uma instituição sólida fazia com que os repetissem a espetacularização dos próprios eventos e falta de organização financeira.

O que marca definitivamente a diferença entre os grupos de mídia independente dos grupos de mídia alternativa (mesmo que essa diferença seja meramente interpretativa) é que os grupos de mídia independente assumem seu trabalho como um ativismo de mídia, e supondo que isso implica que eles deveriam colocar o papel midiático como um objetivo em si, enquanto que os grupos de mídia alternativa já possuem uma visão mais instrumental.

Em quarto lugar, encontramos um grupo em crescimento, tanto em número quanto em relevância, que faz da arte (novamente) uma forma de se contestar conceitos básicos, como a própria linguagem da mídia, os conteúdos e o modo como eles são apresentados, e também oferecem uma nova perspectiva sobre a relação entre produção e consumo dos produtos midiáticos. Esse conceito de

ativismo de mídia enfatiza, claramente, uma noção de que o ativismo de mídia se faz como uma forma de rever as próprias bases de como a mídia é e foi entendida até hoje, em conteúdo e em forma.

Certamente, apesar de parecer a forma mais inovadora de ativismo dos quatro citados, ela na verdade encontra suas origens nas vanguardas artísticas européias, que revolucionaram o conceito de arte no final do século XIX e no início do século XX. Em última instância, podemos dizer que estamos vendo uma expansão dessas mudanças para outras linguagens ao longo de todo o último século. No entanto não podemos deixar de passar por um marco fundamental dessa abordagem mais experimental do ativismo de mídia que foram os movimentos de contracultura da década de 1960.

Esses movimentos trouxeram uma nova visão de questionamento do *status quo* que rompeu com as correntes marxistas, e tentaram trazer sua própria visão de modelo de sociedade. Para isso, exploraram meios de comunicação como o fanzine (revistas amadoras que tratavam de temas juvenis em poucas páginas e rodadas em mimeógrafos) e picharam frases iconoclastas que são lembradas até hoje, como "a anarquia sou eu", "O álcool mata. Tomem LSD", "Amem-se uns aos outros" e "é proibido proibir", eternizada na música de Caetano Veloso. Com as fronteiras em expansão, os reflexos no campo midiático foram a fundação em poucos anos de grupos de experimentação em rádio, que depois formaram as rádios livres (ou piratas), e anos mais tarde experimentação em vídeo, a chamada vídeo-arte. Após um período de estagnação, esse grupo encontrou um celeiro promissor na Internet, com todas as suas potencialidades e liberdades para uma linguagem que ainda estava para ser estabelecida. Na década de 1990, houve bastante efervescência em inovações no campo das experiências em linguagem no campo midiático, que buscavam questionamentos amplos e rever a relação de produção e consumo de meios de comunicação. A semelhança com as vanguardas artísticas européias nesse sentido é inequívoca.

Esse desenvolvimento histórico desemboca na chamada mídia tática, talvez o conceito mais provocativo e abrangente sobre ativismo de mídia. Pensado pelo ativista Geert Lovink, a intenção das mídias táticas é "intervir na cultura de massa' sem dever necessariamente se comprometer com o sistema"<sup>1</sup> (LOVINK &

---

<sup>1</sup> "[...] intervenir dans la 'culture de masse' sans devoir necessairement se compromettre avec le 'sytème'." Tradução livre.

SCHNEIDER, 2003, s/p.), ou seja, elas procuram explorar o potencial criativo e independente que as novas tecnologias possibilitam e que, em função de uma lógica de mercado, é usado pelas corporações de mídia como dispositivo de controle. É importante lembrar que as mídias táticas não se restringem a organizações de produções alternativas, desejosas em fazer uma ruptura com o sistema, e sim se constituem como uma proposta voltada para a intervenção nas mídias convencionais, abarcando uma série de manifestações independentes e sem restrições de gênero (intelectual, jornalístico, artístico, experimental etc.) e de forma (teatro de rua, jornais, revistas, sites, instalações, passeatas etc.). A idéia de uma mídia tática, portanto, se baseia em uma indicação de como pode se desenvolver a questão da apropriação e de uso dos meios de comunicação, que assume como principal referência conceitual o trabalho de Michel de Certeau, conforme veremos.

Ao vislumbrar toda a diversidade de práticas da mídia tática, existe a tentação de aplica-la a qualquer caso de possível ativismo de mídia. Existe, contudo, uma ressalva a ser feita: ela exige que seus praticantes estejam sempre disponíveis a abandonar suas táticas, pois é intrínseco à mídia tática reinventar-se e não guardar seus lucros. Nesse sentido, por mais que as diferentes práticas do movimento operário da Primeira República sejam facilmente equiparáveis às da mídia tática, não podemos incluí-los imediatamente nessa categoria, visto que eles pretendem abertamente estabelecer uma nova forma de sociedade, precisam defender suas conquistas, e não estão dispostos a abandonar suas ideologias.

Até aqui, foi possível perceber claramente um percurso que traçamos nessa recapitulação, que parte de percepções mais restritas e instrumentais do que pode ser ativismo de mídia, e atingiu uma visão extremamente ampla e inclusiva do ativismo de mídia. A tendência é também de se apresentar como um eixo entre política e arte, ou também entre conteúdo e forma da linguagem. O mais importante que pudemos perceber é que não há, em nenhuma das propostas de se estudar o uso de mídia em movimentos sociais, uma exclusão *a priori* em relação à contextos sócio-políticos e históricos, e por mais que eles se voltem para casos da segunda metade do século XX para frente, em nenhum aspecto impedem a aplicação do conceito geral de ativismo de mídia em diferentes épocas e lugares, conforme foi demonstrado com relação à imprensa operária em análise. Independentemente disso, é necessário ainda entender melhor a idéia de uma apropriação de um meio

de comunicação, que está por trás de todas essas diferentes tentativas de explicar e definir o essa forma de ativismo.

O processo que leva ao uso da mídia por camadas da sociedade que estão tradicionalmente excluídas da produção e relegadas à recepção, envolve um complexo de apropriações que leva ao desenvolvimento do próprio meio de comunicação com um novo esquema de formas discursivas e outros tipos de referências simbólicas.

O trabalho de Michel de Certeau, nesse sentido procura explicar essa apropriação a partir de consumo e recepção diferenciados dos propostos inicialmente.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1994, p. 39).

Essa outra produção apresentada pelo autor francês faz parte do domínio das relações cotidianas entre pessoas comuns e o “espaço organizado pelas técnicas da produção social” (CERTEAU, 1994, p. 41). Esse espaço se define por formas de dominação sócio-cultural na sociedade capitalista que se desenvolvem sobre tensões sociais oferecendo um equilíbrio simbólico que reifica o poder e a razão do “forte” sobre o “fraco”.

Essas maneiras de usar os elementos simbólicos das forças dominantes em uma produção de sentido contrária a essas forças definem assim uma série de “engenhosidades do fraco para tirar proveito do forte, [que] vão desembocar então em uma politização do cotidiano” (CERTEAU, 1994, p. 45).

Para definir essa territorialidade do “forte” em contraposição à momentaneidade do “fraco”, Certeau usa os conceitos de estratégia e tática, respectivamente. A estratégia “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). As instituições, definições subjetivas como nacionalidade, classe econômica e as disposições de organização social atuam na ordem da estratégia. A tática, ao contrário, opera com “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro” (idem, ibidem). Ela

se insinua temporariamente em espaços vazios deixados pela estratégia, joga sempre com momentos oportunos para dar seus golpes e não dispõe de bases onde pode capitalizar seus proveitos.

Mesmo tendo sido propostos em função de uma pesquisa sobre a sociedade urbana francesa em meados da década de 1980, é notável nesses conceitos que eles propositadamente servem a diferentes períodos na modernidade, sendo possível reconhecer práticas de ordem tática em estudos históricos desde a metade do século XVIII.

Não podemos deixar de levar em consideração que a apropriação apresenta, nos casos melhor sucedidos, uma etapa em que ela deixa de ser uma recepção ativa, uma tática silenciosa de reação ao poder simbólico dominante, e passa a se constituir em torno de elementos próprios que definem uma territorialidade efêmera, e então em um nível temporário de ordem estratégica.

Como coloca Hakim Bey (2001, p. 23), essas territorialidades efêmeras conseguem se estabelecer com alguma solidez e em falsa segurança, mas apenas enquanto o campo estratégico principal não se estabelece sobre as brechas deixadas em aberto. O autor, em seu cáustico trabalho sobre a formação de Zonas Autônomas Temporárias em diversos momentos da história, como no Oriente Médio medieval e nas utopias piratas no Caribe do século XVII, revela que certas experiências do campo tático, em circunstâncias muito específicas, conseguem apresentar resultados complexos em organização social e produtividade, mas que a temporariedade é uma exigência implícita dessas organizações que não são capazes de formalizar uma resistência duradoura às forças do domínio da estratégia, assim como a utopia pirata na Ilha de Tortuga (litoral norte do Haiti) não foi capaz de resistir ao poder da Inglaterra quando decidiu acabar com a pirataria.

A partir desse exemplo, fica simples compreender a questão da territorialidade do uso em situações mais simples, como na apropriação de mídia. Ela ainda guarda elementos de linguagem táticos importantes e, além disso, se constitui fundamentalmente como uma formulação de contra-poder, não podendo ser chamada igualmente de estratégia no período em que perdura.

Acreditamos que os movimentos sociais se constituem como uma forma mista em relação aos conceitos de tática e estratégia de Michel de Certeau, na condição de se constituírem como uma forma institucionalizada de representação social do domínio da estratégia (sindicatos, partidos, associações e jornais), apesar de

estarem sempre contrapostas às instituições do poder dominante, e talvez exatamente por isso sejam forçados a uma mobilidade e temporalidade características da tática.

A efervescência cultural do início do século XX, aliada a uma etapa de avanços tecnológicos na imprensa e a urbanização e industrialização do Brasil, criaram as condições necessárias para o surgimento de práticas de apropriação de mídia em uma escala imensa diante das barreiras daquela época, e isso se deve a um amplo conjunto de fatores históricos. Esses fatores perduraram favoráveis por aproximadamente vinte anos, durante os quais a imprensa operária era numerosa e influente nos meios populares, mas, como coloca Hakim Bey, elas duraram apenas enquanto o domínio da estratégia não foi capaz de fechar tais brechas, com um combate mais eficaz aos movimentos de greve por um lado, e com a regulamentação e incentivo aos sindicatos que valorizavam as negociações à ação direta.

Com isso, retornamos à questão do conceito de ativismo de mídia que deve ser entendida para posicionar a pesquisa. Dentro das diversas propostas que querem definir o conceito, podemos tentar classificá-las a partir de uma adaptação da proposta apresentada pelo cientista político David Resnick para entender a relação entre a Internet e política: “políticas internas à Rede, políticas que geram impacto sobre a Rede e os usos políticos da Rede”<sup>2</sup> (MEIKLE, 2002, p. 60). Se expandirmos as três distinções para a relação entre mídia de uma forma geral e movimentos sociais, veremos que as categorias continuam válidas. Respectivamente, percebemos a existência de grupos voltados para discutir o conteúdo das mensagens midiáticas e ética jornalística (como os observatórios de mídia), outros grupos mais preocupados com a definição de políticas e estratégias de comunicação (quase sempre vinculados a um juízo de valor) a partir de governos e ou grandes corporações que podem interferir no equilíbrio do modelo de comunicação, e finalmente, a abordagem que mais nos interessa aqui, os usos políticos que podem ser feitos a partir de meios de comunicação, sem grandes restrições a respeito do conteúdo da mensagem ou sujeições a marcos institucionais.

---

<sup>2</sup> “politics within the Net, politics which impacts on the Net, and political uses of the Net”

A partir dessa restrição que fazemos aqui a respeito do nosso uso do conceito de ativismo de mídia, podemos reduzir a incongruência conceitual da produção de mídia relativa a esses ativistas considerando-a caracterizada como sugere Graham Meikle.

Primeiro, elas são gerenciadas e pertencem a grupos independentes; segundo, elas articulam pontos de vista que são em algum sentido dissonantes daqueles das mídias mais abrangentes; e terceiro, elas estimulam conexões horizontais entre seu público<sup>3</sup> (MEIKLE, 2002, p. 60).

De acordo com a visão de Meikle, o tipo de uso de meios de comunicação na realidade é muito mais relevante do que o seu suporte técnico, que encontra quase sempre seu par em práticas de ativismo mais antigas e tradicionais, tornando o advento da Internet importante apenas para dar destaque a esse tipo de prática nas duas últimas décadas. Citamos alguns exemplos: correntes de e-mail estruturalmente funcionam como as antigas correntes de cartas ou com abaixo-assinados, sites de notícia como o *Indy Media* se espelham em jornais de protesto que existem praticamente desde que a imprensa foi inventada, e, acima de tudo, as principais formas de manifestações públicas exigem que sejam feitas presencialmente, no espaço físico real.

Com isso, consideramos que a grande diferença que a Internet apresenta nessas táticas de ativismo é potencializar a uma escala mundial qualquer manifestação através de sua mediação, e não tanto fazer com que as pessoas fiquem mais propensas a se tornar ativistas ou criar uma forma completamente nova de comunicação que promove um mundo inexoravelmente melhor.

O que nos parece mais sensato colocar, a partir dessa recapitulação e levantamento conceitual a respeito do ativismo de mídia é que ele não impede sua aplicação em um estudo a respeito de um contexto histórico diferente do que foi elaborado, e que não é possível esperar desse contexto uma adequação específica a um tipo de abordagem *a priori*. O que nosso olhar pretende revelar é que, a despeito do que possa parecer, o movimento operário do início do século XX é capaz de conter das mais diversas características e ainda assim manter honestamente a posição de ativismo de mídia, mas vamos procurar defini-lo em

---

<sup>3</sup> “[...] first, they are independently owned and managed; second, they articulate viewpoints which are in some sense dissonant from those of the wider media; and third, they foster horizontal linkages between their audiences [...]”. Todas as traduções com original citado em nota são nossas.

função dos eixos política-conteúdo e arte-forma, a grande diferença posicionadora do ativismo de mídia ao longo das principais formas de se tentar conceitualizá-lo.

Feita essa situação do conceito do ativismo de mídia, seu uso e suas aplicações mais corriqueiras, bem da idéia de apropriação de mídia, para observá-la segundo os interesses dos movimentos sociais, passamos ao estudo das condições importantes para a emergência da imprensa operária.



## 2. CONJUNTURA, CORRENTES E MOBILIZAÇÕES

A relação da imprensa com os movimentos sociais é íntima desde sua popularização na Europa. Um fator de destaque nos períodos que antecederam a Revolução Francesa de 1789 foi a relação (muitas vezes conflituosa) entre a imprensa e a Coroa. Essa imprensa, muitas vezes atuando na clandestinidade, era responsável pela propagação de ideais liberais que fortaleceram a mobilização e organização do levante revolucionário. Ao longo do século XIX, por onde as Revoluções Burguesas passavam, derrubando o Antigo Regime, a imprensa a acompanhava, propagando os ideais liberais e nacionalistas.

O processo de ascensão da burguesia na Europa está conectado a uma imprensa de caráter político que mobilizou a opinião pública a favor do republicanismo, mas principalmente à Revolução Industrial, em suas diferentes etapas. Uma das implicações posteriores dessas revoluções burguesas é que a classe trabalhadora de uma maneira geral, e mais especificamente operários e camponeses, ficou insatisfeita com as transformações que essas revoluções implementaram, e começaram a procurar ideologias políticas que propusessem dar conta de suas insatisfações.

Vimos emergir durante o século XIX uma ampla variedade de pensadores dispostos a propor novas revoluções que levariam o proletariado ao poder. Os métodos, as crenças e os valores desses pensamentos políticos diferiam bastante entre si quando olhados mais de perto, e essas diferenças foram suficientes para dar nomes variados a socialismos, anarquismos e mesmo comunismos, de acordo com cada pensador que os elaboraram. Cada corrente política organizava os movimentos sociais durante o século XIX, essa influência ideológica de correntes variadas se estendeu até o começo do século XX, quando o comunismo marxista-leninista se tornou hegemônico após a revolução russa. Se esses movimentos socialistas europeus do século XIX tiraram pouco proveito da imprensa, isso se deve a uma gama de fatores, mas podemos destacar as limitações técnicas e de custo de produção, e o fato de que esse meio estava nas mãos de uma burguesia satisfeita com o resultado das revoluções liberais e não tinha intenção de perder seu poder recém conquistado. Isso não significa que não havia jornais socialistas, anarquistas ou comunistas, mas seu impacto e alcance eram relativamente reduzidos.

No caso do Brasil do século XIX, a relação da imprensa com os movimentos sociais possui as particularidades conseqüentes do atraso político e econômico na sociedade colonial. Até 1785, a Coroa portuguesa proibia qualquer tipo de manufatura na colônia, e mesmo com a proclamação da Independência, a economia brasileira continuou por muito tempo a basear-se na escravidão e na produção agrícola de exportação de açúcar e café e na importação de bens industrializados básicos, como tecidos, remédios e facas, por exemplo. O país, além de não industrializado e rural, sofria de uma grande deficiência de comunicação interna e integração – chegava-se do Rio de Janeiro à Europa em 50 dias, mas ao Mato Grosso em 150 (KONDER, 1995, p. 27). Com todas essas dificuldades, as idéias revolucionárias que chegavam clandestinamente por aqui, em livros importados, caros, escritos em língua estrangeira, e que sequer falavam de uma realidade palpável para os trabalhadores rurais brasileiros, tinham uma penetração muito pequena, e o acesso à imprensa era sequer imaginado, a não ser por exceções pontuais, de republicanos, na maior parte do período.

A abolição da escravatura em 1888, seguida pela proclamação da República no ano seguinte, marcaram uma etapa importante de transformação no Brasil. Politicamente, a instauração de uma república constitucional representativa foi um grande avanço em direitos democráticos, mas esse avanço só estava disponível para uma parcela muito específica da elite do país, e pequeno foi o impacto na sociedade como um todo. Economicamente, houve mudanças relevantes: com a abolição dos escravos, a introdução do trabalho assalariado trouxe uma maior dinamização na economia, principalmente no setor de serviços, por meio de um mercado consumidor de baixa renda ampliado, e deu-se início a um projeto de modernização do país que significava investir em um parque industrial próprio. Socialmente, essa busca por modernização no país teve como conseqüência um processo de urbanização mais acelerado, e o súbito aumento das vagas de trabalho assalariado nas lavouras e a busca de mão-de-obra especializada para as indústrias nascentes marcaram o início de um período de importação de trabalhadores europeus, com destaque para italianos, espanhóis, portugueses, alemães e poloneses – “estima-se que 90% da força industrial nascente era composta de estrangeiros” (DULLES, 1973, p. 49).

Os impactos culturais dessa transformação social na virada do século XIX para o século XX são os mais importantes para compreendermos o uso da mídia

pelos movimentos sociais do período. Uma característica marcante é que a implementação de reformas urbanas e sanitárias, e as mudanças no regime das forças produtivas não aconteceram como que em um passe de mágica, mas encontraram forte resistência nas classes populares. Um evento marcante dessa insatisfação foi a Revolta da Vacina, em 1904 no Rio de Janeiro, um levante popular que teve como estopim a implementação da vacina obrigatória contra a varíola, mas que refletiu a insatisfação e a incompreensão com o ambicioso projeto de urbanização que derrubou casas populares para construir avenidas mais largas, jardins e edifícios modernos. Em complementação, a imprensa de oposição ao governo exaltou os ânimos da população ao falar de possíveis malefícios da vacina.

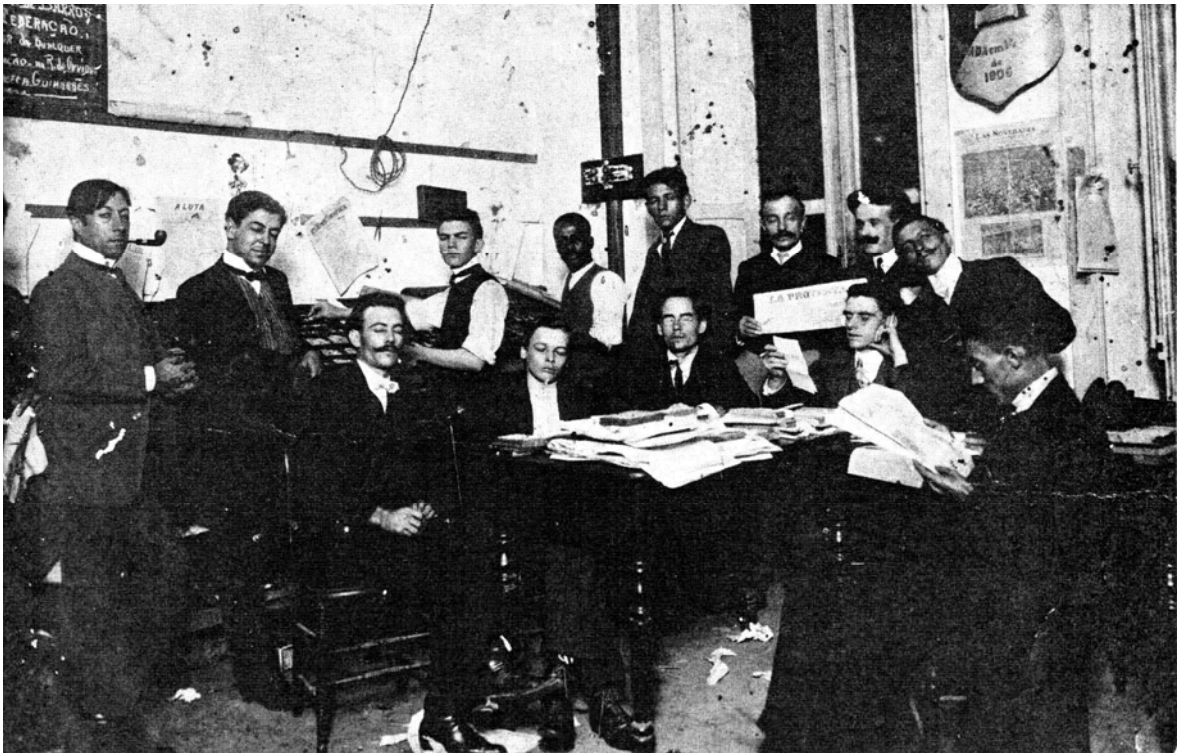
Paralelo a esse quadro de insatisfação popular, havia nas elites uma efervescência de debates sobre republicanismo, com destaque para os positivistas, que valorizavam figuras nacionais e moldavam elementos importantes do imaginário brasileiro até hoje, como o Hino e a Bandeira. Esses debates apresentavam, em linhas gerais, uma visão otimista da sociedade democrática, e tomavam como modelo as revoluções americana e francesa, assumindo a importância da participação popular, e mesmo em alguns casos falava-se em democracia direta, no modelo jacobinista. Apesar disso, a real participação do povo nas decisões da Primeira República era mínima – na maior parte do tempo estavam alheios aos processos de decisão política.

Um aspecto importante de influência cultural do positivismo na sociedade brasileira é que a modernização do país olhava com excitação para as novas tecnologias do momento. A implementação das redes de telégrafo, a luz elétrica, os bondes, os primeiros automóveis, trazem uma nova dimensão de temporalidade para aquela sociedade recém saída de um mundo rural. As tecnologias de comunicação como o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone e a prensa rotatória causaram verdadeiro espanto na população, dando uma impressão de um mundo menor e mais veloz.

A introdução da nova máquina de imprimir, em especial, marcou a popularização da imprensa brasileira, por permitir tiragens maiores a custos menores, contando com o auxílio de ilustrações, caricaturas e fotografias para uma população majoritariamente analfabeta (BARBOSA, 2007, p. 21-41). Foi com essa mudança tecnológica, apoiada nas novas liberdades republicanas e em um modelo mais capitalista de se fazer jornais que a imprensa brasileira pode finalmente se

opor abertamente ao governo. Apesar disso, a imprensa popular brasileira do início do século XX não dava grande destaque à política – os jornais vendiam maiores tiragens ao valorizar o noticiário policial, o jogo do bicho e as festividades populares, como o carnaval. “Ser popular é atingir os não alinhados entre os leitores tradicionais. É ser o jornal dos caixeiros, dos balconistas, dos empregados de comércio, dos militares de baixa patente, dos trabalhadores em geral” (BARBOSA, 2007, p. 33). Os anos 1900 são marcados por uma imprensa que quer ser a voz do povo, que busca legitimidade como “defensores daqueles que não tem quem propugne por eles” (BARBOSA, 2007, p. 32).

É importante notar que essa concepção de uma imprensa que se considerava voltada aos interesses da população, aliada ao ideal republicano de participação popular nas revoluções sociais, toma uma importância renovada ao forrar terreno para a instituição nesse mesmo período de uma imprensa operária desvinculada dos interesses comerciais dos grandes jornais por um lado, e dos interesses políticos dos republicanos, por outro, ao ampliar o alcance do jornal enquanto mídia nas camadas menos favorecidas da sociedade.



*Figura 1 – A redação de um jornal operário. (Fonte: DULLES: 1977, p. 177)*

## 2.1. Trabalhismo, Socialismo e Anarquismo

É fundamental, entretanto, antes de entrar diretamente nos jornais operários, tratar das correntes de movimentos operários e suas principais influências, com destaque para as correntes do Rio de Janeiro. Tratava-se de fundamentalmente três grupos organizatórios: os trabalhistas, os anarquistas e os socialistas.

O trabalhismo foi a primeira grande linha de movimentos operários no Rio de Janeiro, é uma particularidade da cidade. Eles assumiam em seu programa de reivindicações causas generalizadas da vida operária – oito horas de trabalho, limitação do trabalho de mulheres e menores, descanso semanal, indenização por acidentes, pagamento por semana, melhoria de condições de higiene – e ainda apresentavam algumas outras proposições menos usuais à época, mas que hoje já estão institucionalizadas – todas as principais atribuições da atual Previdência Social, o seguro-doença, o seguro-desemprego, aposentadoria e pensões, e também a atribuição de um tribunal de “árbitros-avindores”, que possuiria função análoga aos Tribunais do Trabalho contemporâneos – em uma listagem que não exaure todas as demandas dos trabalhistas (CF.: FAUSTO, 1977, pp. 56 – 58).

A existência particular desses grupos de liderança no operariado durante o final do século XIX e na primeira década do século XX é resultado das condições específicas do Rio. Primeiramente, podemos citar como as categorias de trabalhadores que acompanharam o trabalhismo, majoritariamente trabalhadores do setor de serviços que eram caros ao funcionamento da economia agro-exportadora, como os ferroviários, marítimos e portuários que algumas vezes se sobrepunham a funcionários da burocracia estatal e a pequena classe média da sociedade carioca. Esses trabalhadores seguiram intocados pelo anarquismo durante o final do século XIX.

[Neste período,] a Capital da República não só é a única cidade brasileira de tamanho considerável como a única que tem uma estrutura social diversificada. Aí se concentra um segmento menos dependente das classes agrárias, constituído pela classe média profissional e burocrática e sobretudo por grupos funcionais inclinados a não se identificar com a burguesia cafeeira: militares de carreira, alunos da Escola da Praia Vermelha, subsidiariamente estudantes das escolas superiores. (FAUSTO, 1977, p. 42)

Ainda de acordo com Fausto, na década de 1890 o Rio de Janeiro contava com pouco menos do que o dobro de população economicamente ativa ligada ao

funcionalismo público, profissionais liberais e sacerdotes, em comparação a São Paulo. Essa diversificação social coloca-se supostamente na contramão da organização do proletariado, de acordo com o princípio geral das correntes socialistas e anarquistas de mobilização de massas, mas a independência relativa das elites agrárias oferece um comedido potencial para projetos de organização de partido políticos operários na linha do trabalhismo.

Para não limitar a explicação do trabalhismo à ausência das condições que em São Paulo favoreceram o anarquismo, é necessário destacar que, além da concentração do serviço público e a ausência relativa das oligarquias agrárias, positivamente é importante considerar que o maior número de brasileiros natos cariocas demonstrava uma maior adequação aos meandros políticos brasileiros, com seus tradicionalismos e paternalismos, a maior margem de reivindicações junto ao Estado, quando comparado com a iniciativa privada, já que o governo não opera com base na lucratividade, e por último, pela proximidade física do centro de poder dar mais visibilidade ao assédio dos reivindicantes.

Outro fator relevante na formação do trabalhismo, o mérito ideológico da formação dessas organizações operárias se deve a duas correntes de pensamento mais exploradas por partes insatisfeitas das elites cariocas do que propriamente pelo proletariado, e também refletem o descontentamento com a ascensão das oligarquias agrárias no processo político.

O Jacobinismo carioca foi responsável pela fundação da primeira versão do jornal *Voz do Povo*, que compartilha apenas o nome com a versão criada pelos anarquistas em 1920. Essa corrente seguia linhas claramente influenciadas pela Revolução Francesa, e apostava na inserção do operariado no processo republicano para o progresso nacional.

O pensamento jacobinista concorreu para estabelecer as bases da Primeira República, e tendo como referência central a primeira fase da Revolução francesa, dava grande importância à participação popular no processo político, acreditava na universalização de direitos, e ressaltava o combate à desigualdade social, vendo esta como um empecilho à democracia. O pensamento, entretanto, se refletiu na prática apenas em parte: os líderes políticos jacobinistas defendiam certas melhorias na qualidade de vida e trabalho, vislumbrando mais o reflexo dessas melhorias na capacidade produtiva do que realmente promover a igualdade social. Alexandre José Barbosa Lima, Irineu Machado, Nilo Peçanha e Lauro Sodré foram políticos de

destaque no período que adotavam essa corrente. (CF.: CARVALHO, 1990, p. 17 – 34)

A outra corrente de pensamento que exerceu forte influência no trabalhismo foi o positivismo. Também extremamente importante na formação da República de 1889, obteve maior penetração social, contando com o apoio de militares influentes bem como algumas lideranças proletárias. Essa corrente fincou bases na idéia de que a evolução intelectual seria o principal instrumento para a reconstrução social do país, mas ficou marcada na história por sua tendência extremamente conservadora e elitista:

As propostas concretas dos positivistas, e não apenas suas posições filosóficas, iam também na direção de promover a integração. A começar por sua demanda básica de incorporação do proletariado à sociedade. De preferência, essa incorporação deveria ser feita pelo reconhecimento, por parte dos ricos, do dever de proteger os pobres, por meio de mudança de mentalidade, e não pelo conflito de classes. Outras propostas concretas iam na mesma direção não-conflituosa: a abolição da escravidão pelo governo, a defesa dos índios, a oposição às leis contra a vagabundagem. (CARVALHO, 1990, p. 31)

O fundamento do positivismo é a obra de Comte, que se baseava em um raciocínio de evolução histórica de uma sociedade medieval, militar e teocrática, a uma sociedade moderna, industrial e científica. Esse raciocínio filosófico complexo envolvia, de forma geral, a concentração de poder nas elites intelectuais e industriais, para aperfeiçoar a produção social, e no que tange o movimento operário, a incorporação do trabalhador na República. Um ponto obscuro do positivismo brasileiro é presença de certo grau de xenofobia, ao exaltar a nação e criticar abertamente o incentivo à imigração.

A influência dessas correntes nas políticas de Estado é decisiva para abrir algumas portas para os grupos que se seguiram nas duas décadas do século XX, ao estabelecer na política institucional os primeiros diálogos com o proletariado, e garantir alguns direitos mínimos do operário, como suprimir do Código Penal o crime de paralisação do trabalho, ainda que tudo fosse muito modesto. É válido acrescentar que o jacobinismo e o positivismo tiveram uma influência disseminada na sociedade, e marcaram não só a classe trabalhadora, mas toda a sociedade, insatisfeita com a inflação, baixo poder aquisitivo e com as reformas do período, e deixaram sua marca em eventos díspares como a Revolta da Vacina e a Revolta da Armada.

Do ponto de vista exclusivo do operário, não havia grande distinção entre essas duas correntes. O que se notava no trabalhismo como um todo era uma constante disposição ao diálogo, veemente negação da greve como forma de reivindicação (motivo pelo qual eram chamados pelos anarquistas de amarelos) e a aposta na formação de Partidos Operários para obter representação política. Fausto (1977, p. 44) aponta em torno do 1890 a formação de três partidos com esse nome, por parte de grupos independentes entre si, que obtiveram verdadeiros fracassos nos pleitos eleitorais e foram dissolvidos logo depois. Não raro, conseqüentemente, era o surgimento de figuras que acabavam por se apossar das associações trabalhistas com esperanças de conquistar votos fáceis, conforme acusavam os jornais anarquistas. As experiências dos grupos trabalhistas trataremos a seguir, juntamente com os grupos de demais alinhamentos, no entanto devemos adiantar que seu maior triunfo foi a realização de dois Congressos Operários, um primeiro em 1892, e o segundo de maior impacto em 1912, sendo quase todo financiado pelo governo e empresas privados, e organizado pelo Tenente Mário Hermes, filho do então presidente Hermes da Fonseca, com o objetivo de fazer uma consulta junto ao operariado de propostas que levaria ao Congresso Nacional, e que levou a uma tentativa de se formar um partido.

Os trabalhistas foram sempre muito criticados pelos anarquistas, e quase sempre eram responsabilizados pelos fracassos nas greves, mas desempenharam um papel importante na organização do proletariado brasileiro em sua etapa inicial e tiveram sua participação na imprensa operária, motivo pelo qual estão incluídos nesse trabalho. Apesar das diferenças entre as linhas de pensamento que os orientava, não podemos afirmar que isso era motivo de divisões internas nos grupos, havia uma coesão pacífica em torno do programa mínimo e na relutância em participar de greves, ainda que, como veremos, elas ocorreram dentro dessa corrente organizatória. Por vezes, os grupos trabalhistas se declaravam socialistas, mas análise dos textos de seus jornais nos fazem crer que essa atribuição é uma atribuição genérica, já que em praticamente em nenhum momento eles fazem referências a elementos específicos de um pensamento socialista mais formalizado, tornando bastante nebulosa a fronteira entre essas duas correntes.

O socialismo, com base nos escritos de Marx, se tornou a corrente filosófica mais influente ao final do século XX, e é a que pede menos explicações. A sua influência no Rio do início do século XX era bastante restrita, entretanto. Sua



posição era extremamente delicada, ficando sempre entre o corporativismo trabalhista e o extremismo dos anarquistas, e conquistou pouco espaço nos sindicatos.

O pensamento marxista parecia ter pouca penetração por apresentar um conteúdo mais complexo. A noção de luta de classes e da mais-valia muitas vezes se confundia nos escritos socialistas com uma perspectiva de evolucionismo histórico, encarando o Brasil como uma nação que exigia ainda passar por um processo de industrialização e urbanização para compor um proletariado forte o suficiente para executar a revolução social desejada. Além disso, o programa mínimo de reivindicações dos socialistas pouco diferia dos desejos dos grupos concorrentes – oito horas de trabalho, regulação de trabalho de menores e mulheres, educação laica e gratuita para menores de 14 anos – e muitas vezes, por seu número reduzido, formavam alianças ocasionais para procurar alcançar esses fins.

Em alguns momentos, essa tendência os deixava mais próximos dos trabalhistas, com a busca por representatividade política dos operários, e em outros casos forneciam base para os movimentos grevistas. A principal linha ação pregada pelos socialistas brasileiros era de tendência reformista, abrindo mão da via revolucionária na maior parte dos casos. Isso parece mais devido a forte atração dos adeptos de medidas extremas pelo anarquismo, e gerou atritos ocasionais entre os anarquistas por aceitarem e tentarem participar do processo político nacional. Outra fonte de alguns atritos era a menor predisposição para a realização de greves, pois acreditavam que o sindicato deveria ser um órgão capaz de solucionar problemas sem necessitar de atitudes mais extremadas. O seu fracasso foi uma constante, visto que a participação real da sociedade brasileira (rural em sua imensa maioria) no processo eleitoral era extremamente limitada e com recursos mais limitados ainda.

A título de registro, não podemos deixar de citar o Centro Socialista de Santos, de Silvério Fontes que fundou o jornal *A Questão Social*, o primeiro dessa geração de jornais operários, e a figura de Astrogildo Pereira, um líder anarquista que se tornou socialista-comunista e que foi figura importante na formação do Partido Comunista do Brasil em 1922. A força dessa linha ideológica veio aos poucos, com a Revolução Russa, que contava com o apoio dos anarquistas, mas

somente a partir da criação do Partido é que ela passou a exercer uma influência mais ampla.

Sem sombras de dúvidas, a mais expressiva influência intelectual no movimento operário nas duas primeiras décadas do século XX é o anarquismo. Essa tradição veio da Europa com os imigrantes e representou uma grande transformação na forma de organizar associações e sindicatos no país, trazendo uma tendência bastante explosiva e certa indisponibilidade ao diálogo com as instituições republicanas, em geral estranhas para os estrangeiros que aqui chegavam. A penetração desse ideal teve recepção bastante rápida no Estado de São Paulo, através do grande volume de trabalhadores que ali chegavam para movimentar a economia em torno do ciclo do café. No Rio de Janeiro, essa penetração foi um pouco mais lenta, mas certamente foi capaz de se tornar hegemônica na liderança dos movimentos grevistas, e só cedeu lugar vinte anos depois, com a ascensão do comunismo, que trazia consigo o signo da vitória da Revolução Russa.

Existem diferentes formas de anarquismo. Como programa básico geral, podemos apontar algumas características que compõe todos os tipos de anarquismo. O primeiro e mais importante é a negação do Estado como forma de representação política da sociedade, considerado como a principal forma de opressão a liberdade individual do indivíduo. Os anarquistas sempre concordaram que a existência de poder significaria expor a humanidade à exploração e à desigualdade, e que a única forma de garantir a liberdade seria a supressão do Estado.

Como consequência, outro ponto comum nas diferentes correntes do anarquismo é o anti-militarismo. Esse se caracterizava não pelo pacifismo absoluto, ao estilo do indiano Mahatma Gandhi, mas pela recusa da formação de exércitos e da guerra entre os países. Apesar da negação à guerras, os anarquistas não eram exatamente pacíficos – sempre apostavam no confronto com as forças dominantes para trazer as melhorias que consideravam necessárias à sociedade, que variavam desde a mobilização de greves à insurreição revolucionária. O anti-militarismo também está intimamente relacionado à idéias de internacionalismo ou cosmopolitismo dos anarquistas, que era bastante agradável em uma sociedade de composição étnica bastante variada como a brasileira. Negavam, dessa forma, as fronteiras nacionais, incluídas na lista de opressões do Estado.

Também relacionado a idéia de que a existência de relações de poder seriam um impedimento para a consagração da igualdade e liberdade, o anarquismo combatia fortemente as instituições religiosas, pois elas representariam uma forma de dominação social e atraso intelectual do povo. Essa característica encontra eco no pensamento de grupos positivistas e jacobinistas no Rio de Janeiro, e era um dos raros momentos em que a concordância era mais vigorosa.

Os meios de luta, nesse sentido, seriam sempre ligados a luta econômica e ideológica, e nunca política. Esse era o princípio da ação direta. Através das greves, boicotes, e em certos momentos sabotagem, o proletariado organizado seria capaz de obter a vitória sobre os que eles consideravam exploradores e causadores de todo o sofrimento da humanidade, a burguesia. A sociedade, de acordo com o pensamento geral anarquista, se dividia simplesmente entre exploradores e explorados, não havendo meio termo entre os dois, e evitando certas discussões que ocorriam na Europa acerca do direito de certas categorias de trabalhadores de participar ou não da revolução como os trabalhadores intelectuais e o lumpemproletariado<sup>4</sup>, questão importante para o pensamento comunista marxista.

A forma geral em que a sociedade se organizaria, após a supressão do capitalismo e do Estado seria através de associações livres, em livre colaboração. Contudo, ao procurar as proposições positivas do anarquismo, essas são visões bastante simples de como o mundo deveria funcionar, e é na construção desses modelos de mundo e nos meios de ação onde se separam as grandes linhas de pensamento anarquista.

O mutualismo proudhoniano, atacava o Estado e as diversas formas de autoridade, mas tinha uma base que se mostrava bastante ligada a idéia de uma sociedade idílica rural, tendo as suas principais críticas ligadas a um processo de produção em que a única participação do patrão ou proprietário das terras está na compra das sementes ou matéria-prima, e na venda da colheita ou do produto manufaturado, que poderia perfeitamente ser realizado pelos trabalhadores, de acordo com essa ideologia. A sociedade mutualista seria organizada como uma federação de comunas, reguladas por contratos de trocas diretas.

O anarco-coletivismo era a linha anarquista liderada por Bakunin e tinha como diferencial a valorização da idéia de coletivizar os meios de produção, e defender o

---

<sup>4</sup> Este termo marxista se refere ao proletariado considerado então como de moral duvidosa, como prostitutas, pequenos contrabandistas e trambiqueiros.

uso dos sindicatos e da violência. Em contraste com a visão mais pacífica de Proudhon, Bakunin acreditava que a formação de cooperativas, sob o princípio de auto-gestão não seria o suficiente para trazer a revolução social pretendida, e que portanto era a função dos sindicatos liderar as massas para a tomada dos meios de produção e da organização posterior da sociedade em forma de associação entre federações.

O anarco-comunismo era a linha anarquista elaborada por Kropotkin. O princípio geral dessa corrente decorria da diferença que esse autor fazia no que considerava a causa das desigualdades sociais e econômicas, em relação a Proudhon e Bakunin, que estava centrada na relação entre produção e apropriação. De acordo com Kropotkin, os dois outros autores mantinham o mesmo processo que existe no sistema capitalista, e assim surgiriam novas desigualdades. O que ele propunha era algo ainda mais radical, do ponto de vista da propriedade, que seria estabelecer relações de consumo e produção não vinculadas ao valor, distribuindo igualmente os bens produzidos de acordo com as necessidades da sociedade. Um dos autores dessa linha que mais influenciaram o anarquismo no Brasil foi o italiano Errico Malatesta.

O anarco-sindicalismo é uma das últimas correntes a aparecer, e se destaca por ser a que mais se relaciona com o modo de produção industrial. Bem como no pensamento de Bakunin, centraliza todo o processo revolucionário através do sindicato, organização que seria a líder natural da humanidade. Por meio de sucessivas greves gerais, seria possível derrubar todo o sistema capitalista, mas, contrariando o pensamento de Bakunin, não acreditavam que seria necessário planejar conspirações ou insurreições populares.

Não podemos deixar de citar a tendência do terrorismo anarquista. Essa linha de raciocínio consistia em uma visão individualista de que uma série de atos de violência seria capaz de transformar a estrutura da sociedade. A bem da verdade, essa tendência não reflete sequer uma minoria significativa dos anarquistas brasileiros, mas foi exatamente a partir dessa orientação que o pensamento anarquista foi hostilizado progressivamente na sociedade e no movimento operário – talvez a maior realização dos terroristas anarquistas.

Apesar de apresentar uma visão limitada à propaganda sobre a apropriação dos meios de comunicação, a idéia que os anarquistas tinham sobre cultura era muito mais complexa e sua proposta sobre como essas práticas culturais deveriam

se desenvolver revelam uma visão relativamente avançada, em termos históricos de posicionamento político na sociedade brasileira, em relação a alguns pontos (e reacionária em relação a outros, como veremos), o que Boris Fausto chamou de uma sub-cultura anarquista. De acordo com o historiador, ela se organizava ao redor de um rígido código de conduta moral e a promoção de eventos culturais e de entretenimento que muitas vezes se sobrepunham.

Os anarquistas eram adeptos do vegetarianismo, defendiam os direitos de igualdade da mulher, que só foram aprofundados na sociedade cerca de cinquenta anos mais tarde, criticavam o sistema educativo por ser baseado em um modelo medieval e, como já foi dito, pregavam fortemente o combate às instituições religiosas e consumiam várias páginas de seus jornais censurando atos libidinosos de padres.

Contudo o anarquismo brasileiro oscilava entre a crítica das instituições com o enfoque apontado e a que correspondia aos interesses da burguesia ascendente, na esteira da luta da classe burguesa européia contra aparelhos ideológicos identificados com a ordem feudal. (FAUSTO, 1977, p. 81)

Outro aspecto curioso desse código moral é que ele se manifestava também na forte repressão a condutas casuais na nossa sociedade atual. A imoralidade atribuída à demonstração de libido e à possibilidade de traição amorosa era tão grande que muitos eram contra bailes dançantes – os bailes permitidos eram os familiares, coreografados e com contato físico limitado. Curiosamente, alguns anarquistas defendiam em seus jornais o amor livre. A interpretação que nos parece mais correta para essa contradição aparente é que o amor livre dos anarquistas não reflete a mesma liberdade pregada décadas depois pelos grupos de contra-cultura, mas a supressão do papel do Estado e da Igreja como reguladores e legitimadores da união entre casais.

A bebida alcoólica era totalmente excluída desses eventos, considerada uma doença da sociedade. Alguns anarquistas eram também contrários a disputas desportivas, como torneios de futebol entre sindicatos, pois acreditavam que isso levaria a desunião da classe operária ao incitar rivalidades. Essa crítica se mostra bastante forte nos primeiros anos de movimento anarquista, mas ela se dilui ao ponto de que, em 1920, já encontramos anúncios de cervejas e tabaco em seus jornais.

Nos eventos culturais que eram organizados restava apenas a prática do que era considerado sadio para o corpo e a mente. Ouviam música erudita tocada por bandas marciais, cantavam hinos militantes e faziam leituras de textos, palestras e piqueniques em parques públicos. A atividade que talvez fosse a mais popular era a promoção de peças de teatro e teatros de marionetes, sempre com temáticas libertárias. Nos momentos que antecediam as grandes greves, elas serviam como forma de atrair adeptos ao debater temas de atualidade. Apesar de não parecerem muito convidativos dentro dos padrões atuais de diversão, esses eventos eram capazes de angariar verba para sustentar os jornais e os sindicatos anarquistas.

A utopia anarquista tem paradoxalmente uma grande contemporaneidade. Sua crítica ao sistema educativo e à Igreja, à família burguesa através da temática da igualdade dos sexos, volta-se contra os núcleos básicos de reprodução do sistema e do comportamento autoritários da época. Para além da defesa de pontos tópicos, há a tentativa de criação de uma subcultura, buscando modelar um homem novo em contraposição ao que é fruto da sociedade de classes, abrangendo aspectos tão amplos como a educação ou um código moral, com suas normas e sanções implícitas.

Se a recusa da instância política formal debilita os libertários na sua tentativa de organizar as camadas populares, a ênfase na crítica da cultura e das instituições aponta em princípio para uma problemática da maior atualidade – a da constituição de micropoderes integrantes da relação de dominação, na linha desvendada por Foucault. A crescente burocratização dos partidos, o reforço do capitalismo de Estado reintroduziram no mundo de hoje o tema da transformação da sociedade no plano cultural-afetivo, associada à gestão do processo produtivo pelos produtores. (FAUSTO, 1977, p. 80)

Esse aspecto cultural do movimento anarquista se relaciona com a questão do uso dos meios de comunicação na medida em que nos oferece uma concepção muito particular de sociedade, e que mobiliza as mentes que produzem esses jornais. Se encararmos algumas dessas práticas culturais sob um modelo vigente dentro da concepção de mídias táticas, como é feito hoje em relação ao teatro de rua e festas rave em espaços públicos, perceberemos que a mera reunião pública de pessoas ligadas a um pensamento subversivo representava uma forma inequívoca de expressão que, mediante um rígido padrão de comportamento, conseguia encontrar brechas para evitar a repressão policial costumeira.

## **2.2. O movimento operário**

Um fator crucial para a emergência da imprensa operária é a influência de novos valores e concepções políticas trazidas para o Brasil junto com os imigrantes.

Alguns estrangeiros eram adeptos de correntes socialistas, social-democratas ou comunistas, outros, principalmente os italianos, eram influenciados pelas idéias anarquistas pregadas por Kropotkin, Bakunin e mais tarde por Malatesta (as duas correntes mais marcantes do anarquismo no momento foram o anarco-sindicalismo e o anarco-comunismo).

Não estamos afirmando com isso que toda a formação dos movimentos operários brasileiros se deu por influência de anarquistas estrangeiros. Durante as duas primeiras décadas do século XX, entretanto, os movimentos sociais de maior relevância para esse estudo foram os influenciados pelos anarquistas, conforme os relatos a seguir sobre os movimentos de greve demonstram.

Os “agitadores” estrangeiros, ao chegarem ao Brasil fundavam rapidamente um sindicato e um jornal respectivo em que criticavam severamente as condições de trabalho que encontravam. Em uma edição do jornal *La Battaglia*, de 1904, vemos as seguintes declarações: “a jornada de trabalho, aqui, como em qualquer país, vai de 10 a 13 ou 14 horas por dia; os salários não são melhores do que os da Europa, quando se considera que o preço dos gêneros e da moradia é aqui mais alto” (RISTORI, Orestes, apud DULLES, 1977, p. 20).

É importante lembrar que, como a sindicalização era uma atividade completamente ilícita, a produção de dados mais detalhados sobre o movimento era ativamente evitada, e os poucos registros desses primeiros sindicatos brasileiros estão nos autos policiais ou nos jornais que eles editavam. Definir as lideranças desses movimentos também é uma tarefa difícil, basicamente pela negação de líderes ou de qualquer estrutura formal ou burocrática na sua organização por parte dos anarquistas, mas ainda assim percebe-se a proeminência de alguns grupos sobre o movimento como um todo.

Um ramo numericamente restrito, onde os anarquistas nem sempre predominam – o dos gráficos – surge como dominante. A profissão desenvolve a capacidade organizatória e o domínio do jornal como instrumento. (...) Em contraposição aos gráficos, os têxteis – quantitativamente importantes – não estão representados [na liderança]. (FAUSTO, 1977, p. 95)

Podemos citar como exemplos, além do *La Battaglia* em italiano, *O livre Pensador*, *O amigo do Povo*, *A terra Livre* e *A Plebe*, em português. A chamada imprensa operária era particularmente numerosa no Rio e em São Paulo, carregava a divisa “Proletários de todos os países, uni-vos” e tinha como caráter principal o

anticlericalismo, a propaganda sindicalista e a luta por melhorias nas condições de trabalho. Anarquistas ou não, esses jornais operários eram feitas com auxílio de recursos pessoais doados por outros trabalhadores, organizados em pequenas redes de escritores e editores, que trocavam informações e textos constantemente.

Várias figuras importantes desse contexto, como Edgar Leuenroth, Manuel Moscoso, J. Mota Assunção, Neno Vasco e Everardo Dias circulavam constantemente de um jornal a outro, adequados à precariedade do trabalho na época (que os forçava constantemente a mudar para outras cidades e estados) e também à censura e à repressão policial sobre as organizações operárias. Com isso, os próprios jornais não tinham regularidade: “dificuldades financeiras e diligências policiais garantiram vida breve para a maioria desses periódicos, ou temporárias interrupções na publicação dos mais bem sucedidos” (DULLES, 1977, p. 23).

Ainda assim, o valor da imprensa para esse movimento é inequívoca:

Mais importante talvez do que o frágil sindicato, o jornal constitui um dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda. Veículo de expressão escrita, transformando-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos. Quando consegue manter certa continuidade ao longo dos anos, espelha as condições do movimento social. Nas fases de ascensão, predomina o esforço por ressaltar uma linha política associada ao noticiário da vida dos trabalhadores nas empresas, das tentativas de organização sindical e das greves; nas fases de descenso, a linha política e o noticiário se diluem, ganhando destaque um doutrinário tendente a se transformar em catecismo monótono. Inovadora e mesmo insólita no seu conteúdo, a folha anarquista está presa às formas de seu tempo, com uma linguagem em regra rebuscada, as imagens de gosto neoclássico, onde despontam as figuras femininas simbolizando a liberdade, os poemas acadêmicos que exaltam a emancipação futura ou descrevem a miséria presente dos trabalhadores. (FAUSTO, 1977, p. 91)

À medida que o país foi se modernizando, as organizações proletárias da época foram crescendo, se espalhando e ganhando novos adeptos brasileiros. Esses ativistas tinham como missão principal atrair novos trabalhadores para suas associações, ligas operárias, sindicatos ou uniões profissionais. Eles seguiam uma visão de que a derrubada das instituições opressoras (no caso dos anarquistas) ou a conquista de direitos e melhores condições de trabalho (para os demais grupos) seria mais eficaz com a organização dos trabalhadores.

É válido destacar que mesmo considerando a organização em sindicatos uma das principais formas de atuação dos grupos de trabalhadores do início do século XX, ela não é a única. Alguns grupos anarquistas acreditavam que a sabotagem, ataques terroristas e assassinato de líderes do governo seriam formas mais eficazes



de desestabilizar o Estado e promover a revolução desejada. Isso teve influência decisiva na formação, anos mais tarde, de uma visão de que o anarquismo era um movimento político que pregava a destruição e o caos. De uma maneira geral, podemos afirmar que essas não eram as principais táticas do movimento libertário brasileiro em questão.

Após a formação dos sindicatos ou ligas, a maioria dos grupos tinha urgência em instaurar movimentos de greve como principal forma de manifestação. Esse processo culminou em duas importantes ondas de greve, entre 1901 e 1908, e entre 1917 e 1920.

### **2.3. De 1901 a 1908**

A primeira onda tinha como principal bandeira a jornada de trabalho de oito horas por dia e teve como auge a greve geral no Rio e em São Paulo em 1907, quando conseguiram negociar a queda na carga horária de trabalho de certas categorias. Esses movimentos envolviam principalmente trabalhadores urbanos, como cocheiros, ferroviários, chapeleiros, pedreiros e trabalhadores da indústria têxtil, sendo que esses últimos eram os que apresentavam maiores mobilizações.

Esse momento marca uma transição entre a liderança dos trabalhistas no movimento operário carioca para os grupos anarquistas. Um dos núcleos de organização mais relevantes era o Centro das Classes Operárias, de orientação claramente jacobinista, que existiu entre 1902 e 1904, liderado pelo advogado e professor Vicente Ferreira de Souza, e era integrado majoritariamente por marítimos. O outro era o sindicato dos têxteis.

No Rio de Janeiro, o primeiro sindicato têxtil (Federação dos Operários em Fábricas de Tecido) surgiu em princípios de 1903, trazendo para Capital Federal o método da resistência ou do sindicalismo francês. Segundo um relato da imprensa operária, a Federação conseguiu agremiar quase todos os trabalhadores do ramo, daí nascendo as condições para decretar a greve em 15 de agosto de 1903, abrangendo 25 mil trabalhadores têxteis e cerca de 15 mil de outras categorias. (FAUSTO, 1977, p. 127)

Essa primeira greve dos operários de fábricas de tecido tinha como meta a regulamentação do trabalho feminino e infantil, e a redução da jornada de trabalho para seis dias por semana e oito horas por dia. O resultado foi considerado um

fracasso, visto que eles conseguiram apenas reduzir a carga horária para nove horas e meia por dia.

Os líderes de maior relevância nessa etapa foram Mariano Garcia e Pinto Machado. Ambos de origem operária, fundaram jornais como *O Operário* e *Gazeta Operária*, constantemente com a perspectiva de fundar um partido. Pinto Machado esteve a frente dos têxteis no período da greve, mas após o fracasso se ligou a União dos Operários do Engenho de Dentro, de operários ferroviários.

Como conseqüência dessa vanguarda nos movimentos de greve, houve uma desarticulação da categoria dos têxteis, até a explosão de um outro movimento grevista em 1908, esta tendo como meta o reconhecimento do direito de organização sindical. Esta greve também foi mal-sucedida, com a demissão dos líderes dos paredistas. Em resumo, podemos apontar um ciclo contínuo entre 1901 e 1908 de realizações de greves e esfacelamento do movimento por meio do patronato e da repressão estatal. Os trabalhadores em fábricas de tecido estavam sempre na vanguarda, sendo a categoria mais expressiva nessa onda de greves, enquanto ainda estavam de acordo com a tendência do trabalhismo.

Uma segunda categoria que não pode deixar de ser citada nesse primeiro momento é a categoria dos operários da construção civil. Eles se destacavam pela organização e nível cultural, com o contraste acentuado entre a categoria nos dias atuais e naquele momento de nossa história, em que eram considerados artistas, e não peões. Os operários da construção eram considerados uma elite dentro da classe operária, mais intelectualizados, com menores índices de analfabetismo, com condições de trabalho invejadas, como ter direito a almoçar no trabalho, andar calçados, trocar de roupa para trabalhar e, principalmente, receber salários mais altos que os operários têxteis, como podemos notar na tabela abaixo:

**Tabela 1**

**Distrito Federal, 1919 - Salário Médio Diário Adulto Masculino em Réis**

<b>Têxteis</b>	
Batedor	5\$533
Cardador	5\$971
Maçaroqueiro	6\$006
Fiandeiro	5\$067

Bobineiro	5\$369
Tecelão	8\$812
Urdidor	7\$062
Engomador	7\$347
Alvejador	5\$778
Tintureiro	5\$686
Acabador	5\$803
<b>Construção Civil</b>	
Canteiro	8\$250
Estucador	9\$000
Marmorista	9\$572
Pedreiro	8\$565

(Fonte: FAUSTO, 1977, p. 130)

Essa tabela, apesar de já exibir as gritantes diferenças salariais, esconde ainda o fato de que a jornada de trabalho dos trabalhadores da construção civil era menor, fazendo com que proporcionalmente o preço da hora de trabalho seja ainda mais desigual. Talvez por conta dessa condição relativamente privilegiada, o movimento operário nessa categoria se mostrou mais sólido e duradouro por um lado, e por outro refletiu imediatamente em se constar como bases de pouco influência de liderança e pouca explosividade nas greves, mas notável por ser uma referência intelectual e de organização nos momentos de crise dos movimentos de greve. Não por acaso, um dos jornais operários representativos do período era *O Marmorista*, da União dos Marmoristas do Rio de Janeiro.

Apesar de representarem as primeiras grandes greves no Brasil, o mais marcante dos eventos desse período foi a repressão patronal desproporcionalmente violenta. O processo normal para acabar com os movimentos de greve era ameaçar com demissão e cadeia, e caso não cedessem na primeira oferta, cumpriam a demissão em massa dos funcionários, com a remoção dos empregados que ocupavam as fábricas com ajuda policial. Essa ação do Estado significava prender os líderes e punir com castigos físicos os mais agitados. Parte desses trabalhadores era forçada a deixar o ofício e até mesmo a cidade, pois ficavam marcados pelos patrões. Além disso, esses primeiros movimentos de greve deram início a um longo processo de perseguição estatal aos líderes grevistas estrangeiros, que deveriam ser expulsos do Brasil.

Do período compreendido entre 1901 e 1908, a maioria das greves obteve apenas fracassos. Ainda assim, as condições de trabalhos forçavam os movimentos a buscar melhorias. Na primeira semana de abril de 1906, na então Capital Nacional, foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro no Centro Galego do Rio de Janeiro, durante o qual foram definidas algumas importantes diretrizes do movimento que se organizava, e revelando a influência dos anarquistas.

De acordo com o pesquisador Carlos Augusto Addor,

Bons indicadores da hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX são [...] os fatos de que, em primeiro lugar, são militantes libertários os principais organizadores dos mais representativos Congressos Operários realizados no Brasil nesse período e, em segundo lugar, as principais teses ou resoluções aprovadas nesses congressos expressam claramente a posição anarquista em relação ao movimento sindical (ADDOR, 2002, p. 75).

Uma pequena ressalva deve ser feita quanto ao posicionamento do autor no que tange a hegemonia até aquele momento, visto que ela está muito longe de ser absoluta. Consideramos válida a colocação, contudo, no sentido de que em torno da organização desses dois congressos que essa hegemonia se consolidou e que são, efetivamente, os anarquistas líderes da imensa maioria de sindicatos e jornais operários dali em diante. Mesmo assim, não se pode ignorar a presença dos trabalhistas com o Congresso de 1912 e mais pontualmente no setor dos marítimos até meados de 1920, como veremos.

O texto que apresenta as resoluções desse congresso se apresenta dividido em dois temas sobre orientação, sete temas sobre organização e 14 temas sobre ação operária. Em linhas gerais, o documento marca algumas posições fundamentais para compreender as linhas de orientação de todo o movimento anarquista brasileiro nos anos seguintes.

Como já era de se esperar da parte de anarquistas, foi definido que não haveria formação de um Partido único e centralizador, visto que isso contrariaria diretamente a maioria anarquista. A opção alternativa foi de adotar um molde de “sistema federativo”, tomando como exemplo a CGT francesa (*Confédération Générale du Travail*), que era a principal referência do anarco-sindicalismo no período. A idéia era promover mais união e organização às entidades de trabalhadores garantindo, ao mesmo tempo, ampla autonomia dos sindicatos (também chamados de “sociedades de resistência”).

Considerando que a ação operária constante, maleável e pronta, sujeita às diversas condições de tempo e lugar seria grandemente embaraçada por uma centralização; que a solidariedade deve ser consciente e o concurso de cada unidade só tem valor quando voluntariamente dado; que o abandono do poder nas mãos de poucos impediria o desenvolvimento da iniciativa e da capacidade do proletariado para se emancipar, com o risco ainda de serem os seus interesses sacrificados aos dos diretores; que o desenvolvimento da indústria de ofícios, uma solidariedade cada vez mais estreita, tendendo a abolir as barreiras que separam as corporações de ofícios; que o desenvolvimento da indústria faz-se no sentido de exigir de todos os trabalhadores, sem distinção de ofícios, uma solidariedade cada vez mais estreita, tendendo a abolir as barreiras que separam as corporações de ofícios, que a união de sociedades por pacto federativo garante a cada uma a mais larga autonomia, devendo este princípio ser respeitado nos estatutos na Confederação Operária Brasileira: o Congresso considera como único método de organização compatível com o irremediável espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método – federação – a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade (...). (A VOZ..., 1 jan. 1913, p. 3).

Esse agenciamento de grupos de sindicatos sem a submissão a um controle rígido e verticalizado pode ser considerado um modelo de organização em rede, já que privilegia a formação de um grupo por interesses comuns compostos por outros grupos menores reunidos através de ligações horizontais. Pouco mais a frente no texto, o congresso delibera ainda no sentido de impedir a remuneração nos sindicatos e federações. Também relativo a estrutura dos sindicatos, ficou portanto deliberado que, onde houvesse diretorias sindicais, estas deveriam ser substituídas por simples comissões administrativas, dentro do supracitado princípio de delegação de função e não de poder.

O evento se destaca, como um todo, pelo papel decisivo que teve na agregação de diferentes grupos de operários e de mobilização nacional de pessoas que declaradamente tinham salários baixos mas que se deslocaram para outro estado com interesse no Congresso. Como aponta Ferreira (1978), o destaque que pode ser feito nesse aspecto fica por parte da União dos Gráficos de São Paulo, que era o principal grupo de liderança sindical nas greves realizadas no Estado e que estabeleceram laços íntimos com os anarquistas da Federação Operária do Rio de Janeiro, fundada em 1903, inclusive com intercâmbio de pessoas posteriormente, e que deram o verdadeiro âmbito nacional ao encontro.

A importância desse congresso se destaca de outros por ser um vértice estrutural dos grupos anarco-sindicalistas dali para frente, documentando com clareza as vias organizatórias e encerrando pontos até então indefinidos.

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da

sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível de ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha: o Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial, e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. (A VOZ..., 1 jan. 1913, p. 3).

Ficou definido, então, que os operários deveriam se unir em função de seus interesses econômicos, e que para isso “só poderia, como tal, lançar mão dos meios que lhe são próprios: greves, boicotes, atos de sabotagem e manifestações públicas” (DULLES, 1977, 27). Outra importante orientação foi a mudar a forma como o 1º de Maio era comemorado. Até então, a data era tratada como uma pura festa do trabalho, e foi decidido que ela deveria ter um caráter mais político. A opção nas demandas era de tentar reduzir a jornada de trabalho também para as oito horas diárias ao invés de pedir por aumentos salariais no primeiro momento, pois se acreditava que isso geraria mais empregos e combateria o alcoolismo, considerado fruto do excesso de trabalho.

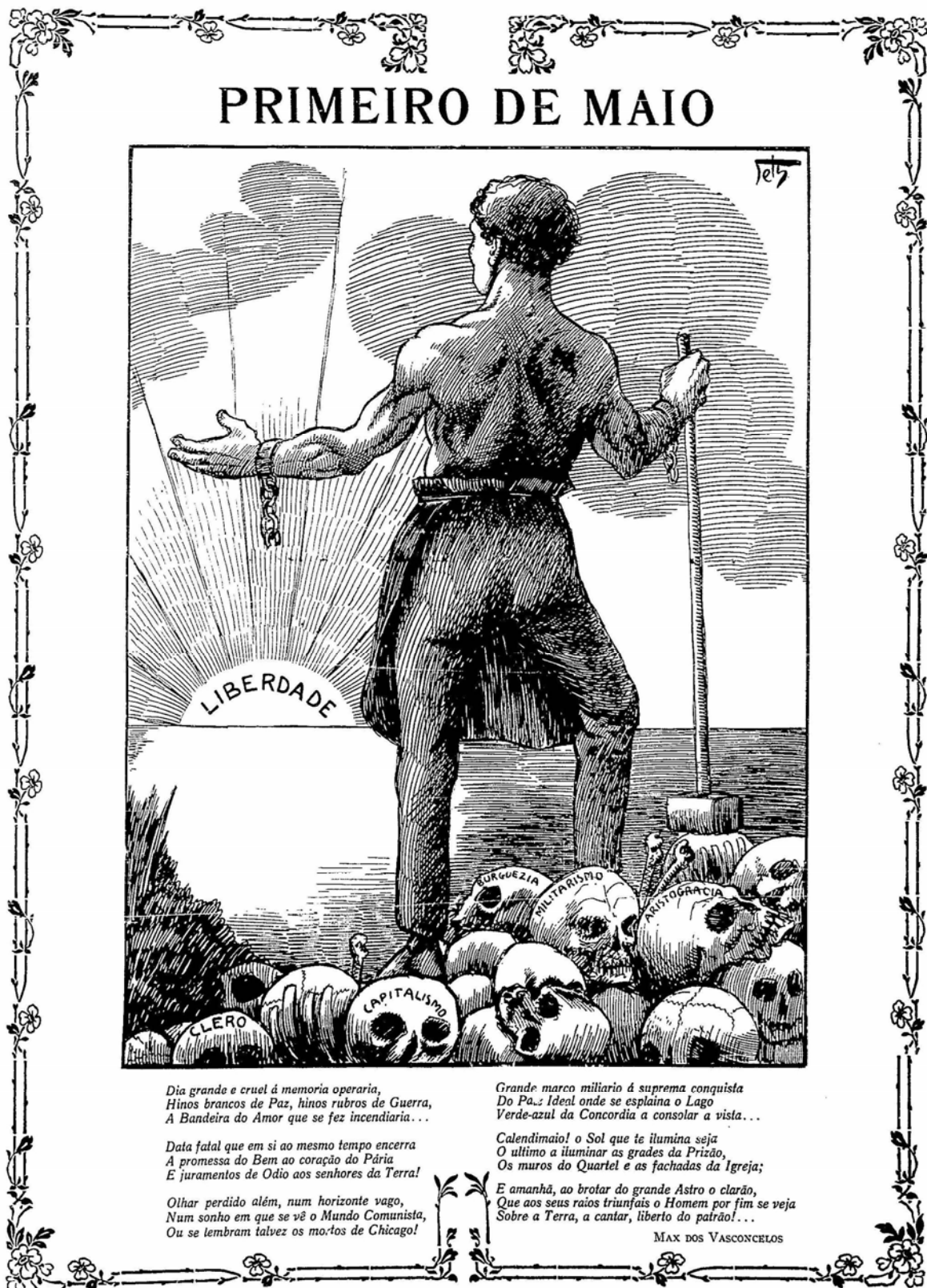


Figura 2 – O Primeiro de Maio da imprensa operária: dia de luta para o trabalhador. (Fonte: A VOZ..., 1 maio 1913)

Os meios para obter tais metas foram claramente descritos: “a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento.” (A VOZ..., 1 jan. 1913, p. 4). Nesse conjunto de perspectivas próprias daqueles trabalhadores, a visão do papel das mídias é decididamente colocado como instrumento de propaganda.

O Congresso entende que essa propaganda deve ser feita individualmente e pelo sindicato, mas que, para melhores e mais seguros resultados, devem as federações e a Confederação encarregar-se de organizá-la e metodizá-la; indicando, pois, os seguintes meios de propaganda: o jornal, o folheto, o cartaz, o manifesto, o carimbo, as conferências, excursões de propaganda, representações teatrais e criação de bibliotecas. (A VOZ..., 1 jan. 1913, p. 4)

Um dado crucial apresentado nessa carta do primeiro congresso operário é a referência a uma plena utilização dos meios de comunicação como ferramenta para tornar o movimento mais abrangente, e mais do que apenas isso, considerava um uso de mídia extremamente diversificado, contando com o uso das principais formas de comunicação massiva existentes no período, com destaque evidente para o jornal impresso, mas sempre utilizando cartazes, teatro de rua e panfletos, dentre os citados. Observando o lado mais pragmático desse uso de mídia, podemos ver semelhanças ao conceito de uso de Certeau, no que se refere a se apropriar do que está disponível a sua volta para fazer usos diferenciados, o uso intuitivo de uma determinada linguagem midiática para se expressar.

Outra informação notável é a importância dada a submeter a produção individualizada e pelos sindicatos do material de propaganda ao método e à organização da Confederação, em busca de “melhores e mais seguros resultados”. Isso revela, por um lado, uma certa “recaída” daqueles anarquistas em relação a ruptura das hierarquias, mas por outro lado mostra preocupação de se manter um discurso coerente entre os sindicalistas, reduzir os ruídos, e otimizar a produtividade dessa rede.

Um questionamento que nos parece pertinente é se o entendimento de propaganda que havia naquele período histórico é o mesmo que se tem hoje, vulgarmente falando. O ponto chave aqui nos parece compreender que práticas de ativismo de mídia feitas no dia de hoje, (como o Indy Media, por exemplo) são quase que iguais ao método dos anarquistas, ainda que um comedimento a respeito de assumir posições ideológicas e guardadas as diferenças técnicas. Certamente não fazemos referência à doutrinação anarquista, mas sua abertura à informação do



trabalhador sob um ponto de vista que não o da mídia comercial, oferecendo ao trabalhador a oportunidade, em muitos casos inédita, de reflexão a respeito das diferenças de discurso e a possibilidade de tomar ações que melhorassem suas vidas, como as greves e as mobilizações sociais. Dificilmente os anarquistas não tinham consciência desse processo, e com isso superaram a simples propaganda ideológica sindical para promover algo mais ativo na mente do operário.

Outras deliberações do Congresso foram a respeito da supressão das multas aos trabalhadores impostas pelos patrões, sobre o direito de reunião, criação de escolas laicas ligadas aos sindicatos, regularidade no pagamento de salários e sobre acidentes de trabalho. Um ponto confuso deliberado nesse congresso foi o uso dos tribunais para exigir direitos trabalhistas, já que nesse sentido eles estariam participando do processo político estatal. O Congresso de 1906 deliberou ainda a respeito da organização de uma greve geral no primeiro de maio de 1907 em luta pelas oito horas de trabalho, que efetivamente foi realizada em São Paulo, com sucessos razoáveis em alguns setores, e, com certo atraso, realizada em junho no Rio, com bem menos força.

#### **2.4. Ostracismo e Congresso Trabalhista**

A partir de aproximadamente 1908, entretanto, é apontado por diversos autores (ADDOR, 2002; FAUSTO, 1977; DULLES, 1977; FERREIRA, 1978) um momento de ostracismo no movimento operário. Os movimentos de greve reduziram em número e tamanho, e a forte repressão fechou vários sindicatos. Apesar de alguma oscilação, as mobilizações continuaram sob controle. A explicação dada para isso pelos historiadores é a conjuntura econômica mundial desfavorável com o início da Primeira Guerra Mundial e também, em menor escala, a valorização de temas internacionais em detrimento das questões locais.

O ano de 1908 marca o surgimento, após dois anos de incubação, da Confederação Operária Brasileira (COB), muito mais por força de vontade dos membros da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) do que por uma verdadeira demanda nacional. Com a Confederação, é fundado o jornal A Voz do

Trabalhador, um dos que mais persistiram no Rio de Janeiro, e possui uma boa representatividade da imprensa operária.

Dulles (1977), ao notar esse período de ostracismo, aponta um intervalo de renovação entre duas gerações de anarquistas, apontando figuras que emergem nesse período, como José Oiticica, Astrogildo Pereira e Fábio Luz. A duração do grupo vai até 1909 apenas, junto com a publicação do vigésimo primeiro número de seu jornal. Havia a pretensão de representar aproximadamente 50 associações operárias, a maioria do Rio e de São Paulo. A observação que fazemos quanto ao enfraquecimento do movimento operário apontado no período é que ele está extremamente vinculado às lideranças anarco-sindicalistas. Em 1910, 1911 e 1912, a FORJ tem sua atuação junto ao meio operário praticamente desaparecida, e as poucas greves que ocorreram no período contaram com pouco apoio dessas instituições.



*Figura 3 – A segunda geração de lideranças operárias: José Oiticica, Fábio Luz e Astrogildo Pereira, da esquerda para a direita. (Fonte: DULLES, 1977, p. 178, 179 e 180)*

Já o trabalhismo encontra seu expoente máximo, apesar de já estarem decadência exatamente nesse período, quando realiza o Congresso Operário de 1912, que contou com expressivo apoio do governo, sendo liderado pelo Tenente Mário Hermes, filho do presidente Hermes da Fonseca. “A reunião, realizada em novembro daquele ano no Palácio Monroe, teve caráter oficial, com o transporte gratuito de delegados em navios do Loyd Brasileiro, alojamento no Rio de Janeiro

etc.” (FAUSTO, 1977, p. 54). O evento foi completamente execrado pelos memorialistas do movimento operário do período, sendo sempre tratado como o “Congresso Pelego”, e gerou a maior crise até então entre os trabalhistas e anarquistas.

Seu objetivo principal seria o de sistematizar para o deputado tenente Mário Hermes as demandas da classe operária para serem levadas como propostas de lei ao Parlamento, em movimento político claro de formar uma base eleitoral e partidária para si. O evento, entretanto, assumiu logo pretensões de se constituir em um partido, com o nome de Confederação Brasileira do Trabalho. O principal organizador, Pinto Machado, foi aclamado secretário do partido, que não foi levado a frente e nunca teve alguma atuação posterior.

Esse entusiasmo em formar um partido parece apontar um sucesso equivalente ao Congresso Operário de 1906, mas na realidade atraiu apenas associações de menor expressão do Distrito Federal e de Outros Estados, apesar de todo o apoio financeiro recebido, e não contou com nenhuma participação de sindicatos paulistas, nesse momento já dominados pelos anarquistas. O destaque que pode ser feito fica por parte de associações de ferroviários e do Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, que reunia garçons e trabalhadores de hotéis. O Centro Cosmopolita, a título de exemplo da expansão progressiva do anarquismo nos sindicatos cariocas, foi ator importante na greve realizada em 1917.

Em termos de agenda de reivindicações, o evento dos trabalhistas se difere pouco em relação ao Congresso anarquista de 1906 – oito horas de trabalho, descanso semanal, limitação de trabalho de menores e mulheres etc. – e sua diferença crucial fica por parte do embate ideológico de não recorrer às greves e assumir como prioridade a luta política. O Congresso agrava um pouco mais esse embate ao negar a importância de se assumir uma única linha de pensamento (referindo-se às doutrinas internacionalistas) como verdadeira ou guia principal do movimento operário, valorizando em seu lugar o pragmatismo frente às oportunidades que se apresentassem.

Os resultados finais deste Congresso foram amplas resoluções a respeito de direitos trabalhistas que não se confirmaram pelo Parlamento, e a formação de um partido natimorto. Contudo, isso foi suficiente para causar certa comoção no meio dos anarquistas do Rio de Janeiro e levou à reativação do Centro Operário Brasileiro no mesmo ano, com a continuação da publicação do jornal *A Voz do Trabalhador*,

tendo em mente a realização de um novo congresso de linhas anarquistas para reafirmar a organização.

## 2.5. Segundo Congresso e retomada

Um Segundo Congresso Operário Brasileiro foi realizado em setembro de 1913, durante esse período morno em quantidade de greves. O encontro reuniu 117 representantes de 59 associações operárias e quatro jornais. A equiparação na participação do congresso dos jornais às associações revela que a atividade da imprensa operária exibia certa independência dos sindicatos e que era tratada mesmo assim como parte integrante do movimento mais amplo, o que reforça a concepção dessa imprensa como um ativismo de mídia minimamente autônomo. Em linhas gerais, a resolução desse Segundo Congresso reafirma as posições do Primeiro e assume uma postura mais claramente anarco-sindicalista.

Dentre os temas abordados, vemos citados a difusão de meios de propaganda do sindicalismo, a disseminação de uma imprensa “operária e reivindicadora que contrapõe-se à imprensa comercial” (A VOZ..., 1914, p. 4). Esse ponto, além de enfatizar em relação ao Primeiro Congresso o papel da imprensa operária, destacam uma opção por uma mídia que “venha realizar o saneamento social, intelectual e moral do povo” (idem, ibidem), e nesse sentido se assemelha mais com uma concepção de uso dos meios de comunicação pelo movimento instrumentalizada, mas revela também uma consciência de importância dos meios de comunicação como formadora cultural da sociedade. A percepção era a de que a mídia das “classes capitalistas” servia como meio de alienação da sociedade e de manipular a opinião pública a seu favor, uma visão não muito diferente do que encontramos hoje nos meios alternativos mais extremistas. A deliberação em torno da questão da imprensa trata também de, oficialmente, pedir apoio ao jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da COB, no sentido de possibilitar expansão de sua tiragem e sua frequência.

Houve reiteração de resoluções do Congresso de 1906 a respeito da educação, esclarecendo que essa deveria se dar por método racional e científico,

contraposto ao que eles chamaram de método místico e autoritário das escolas estatais e religiosas, uma visível influência de pensamento de origens iluministas.

Uma mudança feita foi a correção, segundo o ponto de vista da COB, da resolução do Primeiro Congresso que apoiava o recurso aos tribunais para garantir direitos trabalhistas negados pelos patrões. O ponto de vista anarquista a partir de então era de que esse recurso legitimava o Estado como representante da sociedade e deveria ser rechaçado pelos operários sindicalizados, dando preferência em seu lugar estabelecer as soluções desses problemas com o diálogo do sindicato com o patrão e caso esse último não cedesse às reivindicações, a ação direta seria a tática ideal, com greves e sabotagens. Vale lembrar que sabotagem para aquele operariado não significava destruição deliberada de máquinas, mas reduzir a qualidade do trabalho aumentando a taxa de erros, operações tartarugas com o intuito de reduzir a produtividade e o lucro até o patrão ceder em sua posição.

O Congresso Operário de 1913 também assumia posições mais estratégicas em consideração a uma série de outras teses importantes ao pensamento anarquista, tais como a propaganda contra o militarismo e o alcoolismo, e deliberavam sobre qual deveria ser a posição do proletariado em caso de guerra, em referência clara ao atrito político entre Brasil e Argentina em torno de 1910, e já antevendo a crise que levou a Primeira Guerra Mundial. Essa posição deveria ser de total recusa ao alistamento, e sua argumentação estava diretamente ligada ao sofrimento que essas guerras causariam aos trabalhadores em contrapartida ao lucro das elites. Esta recusa à guerra também estava relacionada ao cosmopolitismo anarquista, que via nos conflitos um meio de criar desunião do proletariado. Outro ponto enfatizado pela nova resolução foi o fortalecimento da organização da Confederação Operária Brasileira em uma estrutura em rede, e a formação de alianças internacionais com grupos análogos, com destaque para as federações operárias da Argentina e do Uruguai (*Federación Obrera Regional Argentina* e *Federación Obrera Regional Uruguay*).

Os sindicalistas ali presentes também optaram por negar a via do cooperativismo:

Dêem combate rijo e decidido à instalação e direção (...) de cooperativas de quaisquer espécies, conservando-se sempre coerentemente dentro dos fins essenciais ao sindicalismo: a resistência encarniçada e tenaz contra o capitalismo voraz e insaciável (A VOZ..., 1 out. 1913, p. 3).

De maneira geral, o Segundo congresso reforça bastante o tom anarco-sindicalista do primeiro congresso, mais uma vez retomando a crítica ao Estado, ao sistema político e às organizações que se baseavam na luta política como forma garantir direitos trabalhistas. O meio luta principal, mais uma vez, deveria ser a ação direta de cunho econômico. Indo além, atacavam também as associações de classe beneficentes e todos os grupos de operários que não fossem “sindicatos de resistência”, em uma tendência bastante ortodoxa e extremista que não apenas pede combate às outras formas de organização do proletariado que concorriam no Rio de Janeiro, mas também negavam formas menos combativas de anarquismo, como o mutualismo proudhoniano, em um extremismo que teve como resultado a confirmação da tendência de hegemonia dos sindicatos anarquistas sobre os demais grupos operários.

Mesmo após a realização desse congresso, o movimento operário continuou em uma fase de menor atividade. A Confederação Operária Brasileira continuou em atividade até o final de 1915, levando consigo *A Voz do Trabalhador* no momento em que não foi mais capaz de manter as portas abertas. Mesmo durante esses anos, a maior parte das atividades da COB estava ligada, na realidade, à Federação Operária do Rio de Janeiro. O motivo desse enfraquecimento do sindicalismo é apontado (ADDOR, 2002, FAUSTO, 1977) como reflexo da crise econômica mundial durante a guerra, quando os países que tinham sua economia fundamentada na exportação ficaram praticamente sem mercado. Em nível nacional, os reflexos mais diretos e objetivos da recessão sobre o proletariado eram o desemprego, reduções salariais, perdas dispersas de algumas das conquistas realizadas até então e, com grande impacto posterior, a inflação incidindo sobre os bens de consumo básicos. Isso mostra a fragilidade dos sindicatos que surgiram até então, que não contavam com uma estrutura que garantisse os interesses do trabalhador em momentos de crise.

## **2.6. De 1917 a 1920**

A segunda onda de greves, dessa vez mais contundente e violenta, foi deflagrada entre 1917 e 1920, lutava ainda pela jornada de oito horas, mas também

pelo aumento salarial e teve como estopim a alta no preço de gêneros alimentícios básicos, como podemos notar na tabela abaixo:

**Tabela 2**  
**Cotações dos Preços por atacado (Mil-réis), 1916-1917**

<b>Gêneros</b>	<b>4/7/1916</b>	<b>4/1/1917</b>	<b>2/7/1917</b>	<b>Aumento em %</b>
58 kg de arroz beneficiado de 1 <sup>a</sup>	24	27	31	29
58 kg de arroz beneficiado de 2 <sup>a</sup>	20	23	29	41
100 l de feijão (novo, bom)	10	21,5	26	160
60 kg de açúcar (cristal)	39,5	35,5	40,5	3
1 dúzia de ovos	0,8	1	1	25
1 kg de manteiga fresca	2,8	2,8	3,3	18
65 kg de batatas miúdas	14	9	17	21
1 @ de carne de porco salgada	14	14	14	0
1 saca de farinha de mandioca	13	13	13	0
60 kg de milho branco	4,9	s/d	6,5	33

Fonte: DULLES, 1977, p. 47.

O aumento expressivo do custo de vida criou um clima de tensão nas classes sociais mais baixas de forma generalizada. Havia muito descontentamento popular diante das dificuldades econômicas, e as agitações começaram no Rio com os típicos comícios de lideranças operárias durante as comemorações do 1º de Maio. Ainda sem maiores conflitos, a difícil relação entre governo e operários anarquistas, com um papel importante representado pelo Chefe de Polícia Aurelino de Araújo Leal, que apresentava uma tendência de repressão ao movimento operário, e especialmente às lideranças anarquistas, que eram vigiadas bem de perto por agentes infiltrados.

Em junho e julho de 1917 começaram as greves em São Paulo, pedindo aumentos salariais que variavam em torno 20%, com o intuito declarado de reposição das perdas diante da inflação. A repressão em São Paulo foi especialmente forte nesse movimento. Em resposta à repressão, havia um aumento da intolerância e da violência por parte dos operários, que apedrejavam policiais e davam gritos como “morra polícia!” em seus comícios. Os relatos dos conflitos demonstram como o clima reinante era bastante agressivo de ambas as partes:

Ao anoitecer, quando a escuridão cobriu os diversos pontos em que os lampiões de iluminação tinham sido espatifados pela população, os soldados tentaram invadir um café que fora cena de distúrbios, no largo da Estação do Norte. Foram recebidos com uma saraivada de balas proveniente das janelas e do telhado dos edifícios vizinhos. No decorrer do tiroteio, que duraria mais de cinco minutos, uma ambulância que trazia um médico se viu atacada e apedrejada.

(...)

Os grevistas, furiosos ao verem os bondes trafegando protegidos pelos soldados armados de carabina e postos nas plataformas dianteiras e traseiras, investiram contra os bondes. Em um desses conflitos houve troca de tiros, indo uma bala perdida atingir mortalmente uma criança de 12 anos. Em outro conflito trágico, um grupo de pedreiros assaltou um bonde e forçou os passageiros a descer. Quando se voltaram para o soldado que defendia a plataforma da frente, este matou o chefe do grupo, com um tiro no peito. (DULLES, 1977, p. 52 – 53)

As hospitalizações eram freqüentes e a incidência de mortes fez com que rapidamente fossem abertas negociações, mas que não eram capazes de acalmar os ânimos dos operários revoltados. O desfecho dos conflitos se deu por mediação de jornalistas (dez da imprensa comercial e três da imprensa operária), que levavam as reivindicações dos operários ao governo e aos industriais.

Dias após a greve de São Paulo acabar, foi iniciada a greve no Rio. O movimento se caracterizou pela espontaneidade, motivados pelas notícias que chegavam da capital paulista e alegando uma demonstração de solidariedade. A greve se alastrou por vários setores rapidamente, e quando a Federação Operária do Rio de Janeiro foi procurar as lideranças do movimento, ela já contava com cinco fábricas paralisadas. Nesse momento, a divisão dos operários se fez notar novamente. Enquanto a Federação, como liderança anarquista, cuidava da propaganda, já tentando organizar uma greve geral, os marítimos, de liderança trabalhista, reuniram-se com o Chefe de Polícia Aurelino Leal para declarar seu repúdio ao movimento.

**Tabela 3**

**Rio de Janeiro – Greves por Categorias Profissionais, 1917 – 1920**

<b>Categorias</b>	<b>Empresa</b>	<b>Ramo</b>	<b>Total</b>
Têxteis	22	4	26
Construção Civil	3	5	8
Sapateiros	4	4	8
Marítimos	4	3	7
Madeira	3	2	5



Carga e Descarga	4	0	4
Gráficos	3	1	4
Marmoristas	1	3	4
Metalúrgicos	1	3	4
Cocheiros	3	0	3
Ferroviários	2	0	2
Fumo e Bebidas	0	2	2
Portuários	2	0	2
Vidreiros	1	0	1
Total	53	27	80

(Fonte: FAUSTO, 1977, p. 142)

Conforme é possível notar na tabela acima, o movimento de greve de greve estava profundamente disseminado em quase todas as categorias. Diante da amplitude do movimento, as elites cariocas e a classe média se alarmaram. A resposta veio na forma de severas críticas ao governo e aos grevistas, e refletiam o medo de que um movimento revolucionário surgisse. Os jornais, especialmente o Correio da Manhã, cobravam do governo medidas econômicas que trouxessem benefícios mais amplos para a sociedade do que apenas à oligarquia cafeeira, caso contrário não seria possível evitar a “demência anarquista”. De fato, os baixos salários era a principal preocupação dos grevistas:

#### **Tabela 4**

##### **Rio de Janeiro – Causa de Greves, 1917-1920**

<b>Discriminação</b>	<b>Total</b>
Salário	27
Horário	15
Trabalho por peça, higiene, acidentes	6
Mestres	4
Menores e mulheres	3
Legalidade Sindical, "Closed Shop"	13
Solidariedade	9
Não cumprimento de acordo	4
Política	2
Carestia	1

Total

84

---

(Fonte: FAUSTO, 1977, p. 143)

Em seu auge, as greves paralisaram aproximadamente 50 mil operários cariocas e outros 60 mil paulistas (CF.: DULLES, 1977, p. 57 – 60). No Rio, os grevistas percorriam as ruas a procura de novas adesões ao movimento paredista, e as cenas de violência de São Paulo se repetiram. Algumas lideranças pediam calma, enquanto outras diziam que a resposta à violência da polícia não poderia ser pacífica.

Mais uma vez, a autoridade que se destacou foi o Chefe de Polícia Aurelino Leal. Ele decidiu tomar medidas enérgicas e fechou as sedes da Federação Operária do Rio de Janeiro e do Centro Cosmopolita, considerados redutos anarquistas e subversivos, sob a acusação de que nesses locais ocorreram ataques à polícia, e ainda fez duras críticas públicas contra as entidades nos grandes jornais.

Não convém esquecer que foi na Federação Operária que, em maio deste ano, se pregou o assassinato do chefe de polícia; que foi uma comissão desta mesma entidade que se portou inconvenientemente no palácio presidencial, dizendo que ia mais impor do que pedir ao chefe do Estado uma determinada providência (...).

A Federação Operária era e é o centro dos anarquistas do Rio de Janeiro, de organização dúbia, se não escusa, e onde, na opinião de vários operários honestos, se explora a boa-fé dos trabalhadores incautos. (A CIDADE..., 1917, p. 4)

Ao final do mês de julho, as negociações no Rio entraram em acordo e a greve geral acabou. Meses depois, líderes foram julgados e presos ou expulsos do país, no caso dos anarquistas. Um segundo agravante foi a entrada do Brasil na guerra, após o afundamento de quatro navios em costas brasileiras. O esforço de guerra animou o patriotismo e fez com que, durante alguns meses, as dificuldades do período fossem ignoradas, dando lugar ao apoio à pátria em perigo, e por outro lado, garantindo maiores direitos de repressão aos movimentos grevistas em virtude do estado de guerra. A Federação Operária do Rio de Janeiro foi, mais uma vez, fechada por Aurelino Leal. Com a repressão incansável, a Federação foi forçada a deixar de existir, mas na verdade teve apenas de mudar de nome, passando a ser chamada União Geral dos Trabalhadores. Os periódicos anarquistas, já conhecidos pelo seu esforço contra as guerras, eram sucessivamente fechados e recolhidos em todo o país.

Cerca de um mês depois os operários foram novamente inflamados pelos “sensacionais acontecimentos” na Rússia. A reviravolta na revolução, com a ascensão dos bolcheviques liderados por Lênin, trouxe de novo o ânimo revolucionário aos operários cariocas, apesar das restrições criadas pelo esforço de guerra.

A alta dos gêneros alimentícios continuou, e em agosto começaram a surgir novas greves em busca de aumentos salariais. Uma greve realizada em Niterói chegou a atrair a participação de soldados do exército.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial em 11 de novembro de 1918, e conseqüentemente o fim de algumas restrições quanto à organização de operários e à publicação de jornais contrários à guerra, as agitações se intensificaram. Um grupo de anarquistas, movido pela perspectiva de repetir a revolução bem-sucedida na Rússia, planejou uma insurreição com o intuito de derrubar o governo, liderado por José Oiticica, Agripino Nazaré e Astrogildo Pereira, todos freqüentes nos jornais anarquistas.

Eles contavam, a partir da greve de Niterói meses antes, que haveria algum apoio do exército, ou ao menos que eles não se colocariam na frente de batalha contra os trabalhadores. Para isso, convidaram o tenente do Exército José Elias Ajus, que prontamente aceitou o convite, visto que era um agente secreto da polícia. De acordo com relato do tenente, José Oiticica desconfiava da própria esposa, mas foi incapaz de reconhecer o espião que convidara (CF.: BANDEIRA, 1967, p. 332). Este manteve o Chefe de Polícia Aurelino Leal sempre informado dos planos conspiratórios, conseguiu adiar ao máximo a realização dos planos e alterar as partes que dificultariam a ação repressiva, e quando não era mais possível, entregou todo o planejamento à polícia que conseguiu sem grandes dificuldades impedir a pretensa revolução.

A Insurreição, que contou com greves em locais estratégicos para erguer suas forças, teria uma “reunião de tropas”, estimada em quinze mil proletários determinados a destruir o sistema no Campo de São Cristóvão. No momento marcado, havia lá poucas centenas de operários inseguros. Estes foram surpreendidos pela polícia e pelo exército, fugiram na maioria, abandonando as bombas preparadas para tomar o poder, e alguns outros foram presos, assim como os líderes do movimento. A União Geral dos Trabalhadores foi fechada por decreto presidencial.

A imprensa comercial, desta vez apoiada em provas incontestáveis do dano que os anarquistas pretendiam causar ao Brasil, não poupou críticas e acusações. Ainda assim, as greves que tiveram início com o movimento insurrecional continuaram, reivindicando, entre as demandas usuais como jornada de trabalho de oito horas diárias e salário mínimo para categoria, também o cumprimento dos acordos acertados em julho de 1917. A insurreição anarquista, por fim, tornou-se uma seqüência de trapalhadas causadas pelo costumeiro excesso de confiança dos revolucionários e a falta de organização e preparo, apesar de ser um momento em que a participação nos sindicatos era extremamente alta (como podemos ver na tabela 5) e a disposição para tomar atitudes extremas fosse alta, tendo em vista as condições caóticas de vida.

**Tabela 5**

**Rio de Janeiro - Representatividade Sindical, 1918**

<b>Sindicatos</b>	<b>Variabilidade</b>	<b>Nº. de filiados</b>
União dos Op. Em Fab. De Tecidos	mais de	19000
Centro Cosmopolita	mais de	4500
Associação dos Cocheiros e Carroceiros	mais de	4000
União dos Metalúrgicos		3500
Associação Gráfica	mais de	3000
Centro dos Choferes	mais de	3000
União da Construção Civil		3000
União dos Trabalhadores em Calçados		2500
Centro dos Emp. Em Ferrovias		2500
Sindicato das Pedreiras		2500
União dos Alfaiates	cerca de	2000
União dos Barbeiros	cerca de	2000
Liga Federal dos Op. Em Padarias	cerca de	2000
União dos Chapeleiros	cerca de	2000
Centro dos Carregadores	cerca de	2000
Sindicato dos Entalhadores	cerca de	2000
Sindicato dos Manipuladores	cerca de	2000
Centro dos Marmoristas	mais de	1000
Sindicato dos Vassoureiros		1000
Total estimado		63500

(Fonte: FAUSTO, 1977, p. 132)

O ano de 1919 se seguiu com novas greves e agitações. No 1º de maio, no Rio de Janeiro foi fundado um Partido Comunista, já sob visível influência do movimento russo. Esse partido dizia-se aberto a anarquistas, socialistas e ainda quem mais se interessar no comunismo social, mas na realidade era composto basicamente por anarquistas. As greves que se seguiram ao longo do ano tiveram como papel principal a conquista, aos poucos, das oito horas diárias de trabalho. Uma conferência comunista foi realizada no mesmo ano, mas a vida do partido foi curta devido às diferenças do projeto comunista russo e do projeto anarquista. Houve ainda greves gerais em Salvador, Recife e Porto Alegre, também em busca das oito horas, e agitação já atingia inúmeras cidades em todo o país.

Caminhando aos poucos para o comunismo marxista José Oiticica e Astrogildo Pereira fundaram o jornal *Spártacus*, como órgão deste Partido Comunista. Novas organizações sindicais se reergueram da repressão do ano anterior e foi criada a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, em substituição a União Geral dos Trabalhadores. A Internacional Comunista de Moscou era comentada, e foi sugerido que se reestruturasse a Confederação Operária Brasileira para organizar a revolução brasileira que estava por vir. A repressão policial só aumentava, levando a criação de diversas leis para combater os agitadores grevistas e banir o anarquismo. Alguns líderes de agitações em São Paulo foram deportados, dentre eles brasileiros natos. Existia naquele período um mito de que todos os agitadores anarquistas eram na verdade estrangeiros querendo estragar a paz do Brasil, e isso servia como justificativa do governo para enviar pessoas “de volta” para países que nunca estiveram, solucionando o problema. (CF.: DULLES, 1977).

O início de 1920 é marcado pela substituição de *Spártacus* por *A Voz do Povo*, visto que apesar de todos os esforços o Partido Comunista não obteve êxitos e, com isso, o discurso tradicional anarquista foi totalmente retomado. Foi realizada uma greve na Leopoldina Railway, que conseguiu atrair a solidariedade de várias outras categorias, sendo declarada uma greve geral que não foi completamente realizada. As lideranças anarquistas sofreram uma grande derrota nessa ocasião ao perder para as lideranças trabalhistas, “os amarelos”, que foram capazes de tomar a dianteira nas negociações com o governo e a polícia e encerraram a greve da

Leopoldina, sem qualquer demanda reconhecida. Uma greve bastante parecida foi realizada em São Paulo.

O ano é marcado também pela realização do Terceiro Congresso Operário. O evento aconteceu no Rio de Janeiro, como os dois anteriores, e contou com a presença de 116 delegados de todo o país, mas sem a preparação da Confederação Operária Brasileira, que não existia mais. A idéia principal era discutir a organização operária em nível nacional e a Internacional Comunista.

Na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, o congresso manteve as mesmas bases do primeiro e do segundo, abrindo espaço para a participação oficial da imprensa operária, mas sem direito a voto. A adesão à Internacional Comunista, principalmente devido à influência daqueles anarquistas mais arraigados, foi negada, substituída por uma saudação amigável.

Ao invés de tentar, pela terceira vez, restabelecer a Confederação, ficou decidido que em seu lugar haveria uma Comissão Executiva do Terceiro Congresso, com sede no Rio, mas muito mais dispersa do que a Confederação. Em linhas bastante gerais, esse congresso tentava reorganizar o operariado após as sucessivas derrotas nas greves ao longo dos últimos três anos, fazer ascender novas lideranças para ocupar o lugar daqueles que foram expulsos do país, e ainda tentava resolver o impasse entre anarquistas, trabalhistas e lideranças independentes mais corporativistas e desarticuladas com as organizações gerais existente no Rio, e que por conseqüência enfraquecia as organizações nacionais anarquistas que se tentava criar. Em nada disso o Congresso e sua Comissão obtiveram verdadeiro sucesso (CF.: DULLES, 1977, p. 113 – 116).

Enquanto as lideranças se reuniam, o movimento operário se enfraquecia em comparação aos anos de 1917, 1918 e 1919 (ver gráfico 1). O combate eficaz às lideranças anarquistas, a queda do preço do café e uma conseqüente crise econômica generalizada que aumentou o desemprego foram fatores determinantes de uma nova era de fragilidade da organização operária. Para os anarquistas, este ciclo de greves foi o último suspiro de sua liderança hegemônica no proletariado, e com isso o fim da imprensa operária nos moldes que eles produziam. As causas da queda do anarquismo como ideologia principal se devem principalmente a dois fatores: uma desmoralização progressiva da corrente por parte das principais instituições do período, como Igreja, Estado e a grande imprensa criou medo e garantiu o descrédito desses operários frente à sociedade e, internamente, o

crescimento do comunismo marxista-leninista, principalmente com a criação de um novo e duradouro Partido Comunista em 1922, e dessa vez negando o anarquismo, conforme a orientação da Segunda Internacional.

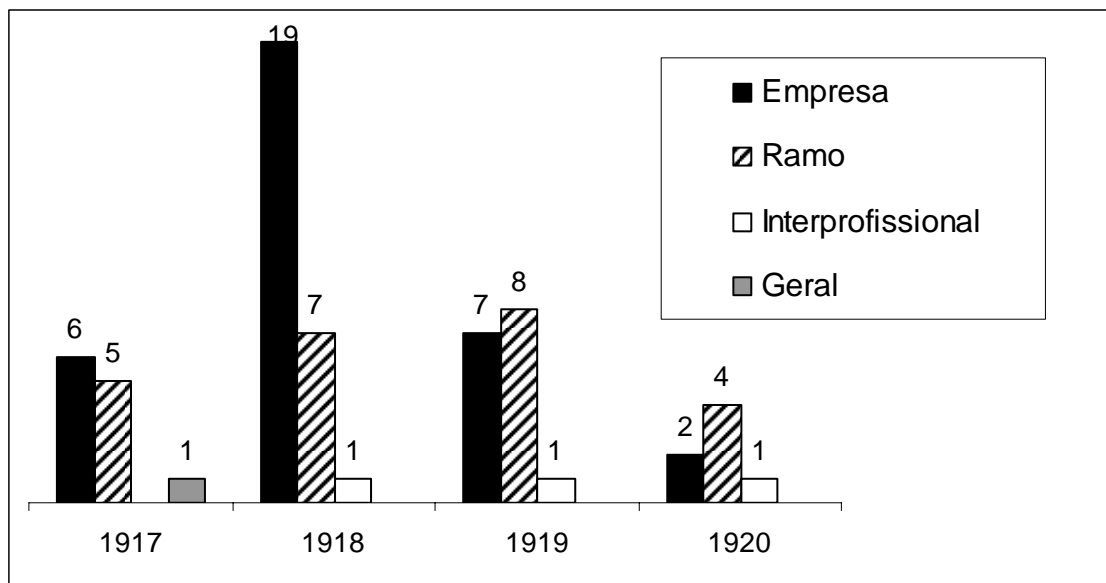


Gráfico 1 - Número de Greves, 1917 – 1920 (Adaptado). (Fonte: FAUSTO, 1977)

Para Boris Fausto (1977, p. 155),

[Essa onda de greves] se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país. Emergência que, no plano das ações coletivas e da organização, se reflete em vários níveis: no maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas na vida cotidiana [...].

O autor destaca também como um dos fatores que levou ao enfraquecimento da influência anarquista no movimento operário a própria dificuldade dos anarquistas de implementar regularidade nas suas organizações, as falhas administrativas que quase sempre levavam ao fim dos jornais operários e à incapacidade prática em dar continuidade aos trabalhos iniciados durante os momentos cíclicos de dificuldades do movimento operário. A cada onda de greve esse movimento nascia e morria, com

raras exceções, e isso impossibilitou a constituição de uma base sólida do anarquismo para resistir ao assédio do comunismo marxista-leninista, como ocorreu na Espanha, onde o anarquismo teve uma vida ativa mais longa no século XX.

A recapitulação feita aqui está longe de ser completa, tenta apenas revelar a constituição do movimento operário no Brasil entre 1900 e 1920, um período que se destaca pelo uso marcante da imprensa como forma de ativismo ao tentar tornar público suas ações, e a realização de grandes greves pela liderança anarquista em todos os eventos mais marcantes, incluindo uma tentativa de insurreição, mas tentamos não desconsiderar a presença e influência de outros grupos políticos de trabalhadores que também tiveram seu papel, ainda que menos protagonista, na imprensa operária e no movimento operário do período.

A partir dessa contextualização a respeito das linhas ideológicas, do contexto do sócio-político e econômico do Brasil e da trajetória do movimento operário no período, poderemos no capítulo a seguir abordar os dados levantados na pesquisa e desenhar um cenário mais amplo da imprensa operária.



### 3. A IMPRENSA OPERÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nesta pesquisa, adotamos como referência para os jornais da época o acervo da Biblioteca Nacional. Trata-se de um acervo relativamente completo e com material microfilmado, o que facilita o processo de coleta de informações através do contato direto com os jornais publicados. Foi a partir desse material que fizemos uma varredura em todos os jornais disponíveis do período que se enquadravam nos critérios escolhidos para a análise que explicaremos a seguir.

Em primeiro lugar, eram jornais produzidos por organizações independentes, no sentido financeiro, pois era fundamental para a construção da imprensa operária, tanto em termos de enquadramento com a ideologia do movimento quanto em termos de processo de produção, que esses jornais fossem feitos sem vinculação com outros grupos que se manifestavam como representantes dessa camada da sociedade, mas na verdade se vinculavam a outros interesses, como em alguns casos de organizações trabalhistas. Entretanto, abrimos exceção à vinculação partidária, nos casos em que esta veio como consequência posterior ou concomitante à criação do jornal, já que essa era uma tendência forte dos grupos trabalhistas.

Focamos também em periódicos que demonstravam em seu discurso uma tendência de ruptura ou leitura crítica objetiva com a imprensa tradicional. Essa característica é fundamental para uma compreensão de um meio de comunicação que se propõe a mudar o cenário político ideológico da época, e o elemento de crítica de mídia, polêmico até os tempos atuais, foi considerado na pesquisa como uma forma de esclarecer diferenças cruciais entre a agenda de um jornal operário contraposta à agenda de um jornal comum do período, mesmo quando ambos tratavam de assuntos similares ou noticiavam os mesmos acontecimentos.

Em terceiro lugar, tomamos como base para a análise algum tipo de contato direto entre o periódico e a classe operária, dentro da forma como era considerado o conceito de classe operária no momento histórico em questão, o que muitas vezes apresentava contradições entre as diversas tendências do período. O primeiro ponto a ser adiantado nesse sentido é o fato de que havia uma discussão ampla dentro do movimento operário sobre a participação ou não nas associações e sindicatos dos mestres e funcionários que intermediavam a relação do trabalhador com o patrão, e

também daqueles que eram os chamados “operários do Estado”, os funcionários da burocracia pública e os do setor de serviços, como garçons e vendedores de lojas. Para esta pesquisa, assumimos que todos aqueles que reclamavam o título de operário eram de fato trabalhadores assalariados e, portanto, podiam se enquadrar como parte do movimento operário se assim se dispusessem.

Um quarto critério foi a presença de uma proposta de fazer do jornal um meio de ensinar, manter atualizado e ao mesmo tempo mobilizar o trabalhador em função das necessidades específicas da classe, ou seja, se tornar parte da vida cotidiana do trabalhador.

Com isso, em todos os jornais com que entramos contato, demos atenção ainda ao estilo de escrita e à apresentação visual do jornal, em termos de formatação e utilização de imagens, manchetes e tipos. Interessou-nos também a forma como esses jornais reuniam recursos financeiros para sua manutenção. Como veremos a seguir mais detalhadamente, esses dados nem sempre ficavam claros, porém nos chamou atenção notar em alguns deles a presença de anúncios e divulgação de eventos que tinham como interesse angariar fundos para a manutenção do periódico.

O quinto critério adotado foi trabalhar exclusivamente com jornais publicados no Rio de Janeiro, porque se tratava da capital Federal no período. Ademais, é um grupo de jornais menos extensivamente trabalhado do que os jornais de São Paulo e o movimento operário carioca apresenta particularidades que o distinguem do movimento paulista. Por último, selecionamos apenas jornais que se apresentavam no período entre 1900 e 1920, o de maior expoente dessa imprensa.

Foi marcante para a pesquisa perceber um mapeamento do complexo quadro ideológico do movimento operário, que nos parece uma fonte útil para entender o processo de ascensão e queda de diversos grupos ideológicos, bem como a transição de pessoas de um grupo para outro. Os principais grupos eram os socialistas, os anarquistas e os comunistas. No entanto, esses grupos faziam uma leitura dessas ideologias diferentes da que conhecemos hoje, e isso será visto mais claramente a seguir através dos exemplos.

Com base em um extenso levantamento de dados realizado por Maria Nazareth Ferreira (1978, p. 97 – 99), foram editados 64 jornais operários entre 1900 e 1920. Esses dados serviram como referência inicial para a pesquisa, com base no

acervo da Biblioteca Nacional. Destes, foram consultados 24 jornais que se enquadram nos critérios que apontamos e estão listados abaixo:

**Tabela 6**  
**Lista de jornais consultados**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Editor(es)</b>
DESPERTAR, O	1898	Grupo Anarchista
TRIBUNA OPERARIA : ORGAO DAS CLASSES LABORIOSAS	1900	
GAZETA OPERARIA	1903	Mariano Garcia
NAÇÃO, A	1903	
AVANTE	1904	Centro Operário Fluminense Manuel Moscoso, Neno Vasco e Everardo Dias
LIBERTARIO, O	1904	Everardo Dias
MARMORISTA, O	1904	
UNIAO OPERARIA, A	1904	União Operária de Engenho do Dentro
LIBERTÁRIO, O	1904	
ARTISTA, O	1905	Federação Operária e Artística do Brasil
SEMANA OPERARIA, A	1907	
OPERÁRIO, O	1908	Partido Operário Socialista
VOZ DO TRABALHADOR, A	1908	Confederação Operária Brasileira
COMPONEDOR, O	1909	
INDEPENDENTE, O	1909	
LIBERDADE	1909	Paul Bertelot
LIBERDADE, A	1909	Manuel Moscoso
TRIBUNA DO POVO	1909	
BALUARTE, O	1910	Liga de Resistência dos Chapeleiros João Arzua, Gigi Damiani e Everardo Dias
GUERRA SOCIAL, A	1911	Dias
ÉPOCA, A	1913	
RAZÃO, A	1916	
BOLETIM DA ALIANÇA ANARQUISTA	1918	Aliança Anarquista do Rio de Janeiro Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
VOZ DO POVO, A	1920	Janeiro

Deste universo pesquisado, todos os apontados por Ferreira foram buscados, dentre eles mais de um terço foi localizado no acervo e analisado. No intuito de compor uma amostragem satisfatória, tomamos o cuidado de verificar a proporcionalidade de categorias profissionais declaradas pelos jornais. Na listagem acima, encontramos pelo menos um jornal de cada categoria profissional de relevância no movimento operário: dois de gráficos, dois de têxteis, um da construção civil, um de ferroviários e cinco jornais de organizações que envolviam diversos setores, independente das orientações ideológicas. Os outros jornais não estavam ligados diretamente a nenhum tipo de representatividade de categoria, se apresentando mais como um jornal de classes trabalhadoras genericamente. As categorias dos marítimos e dos trabalhadores do setor de serviços em hotelaria e garçons não estão representadas individualmente nas publicações analisadas, mas nos periódicos de organizações multi-setoriais estes não são esquecidos.

Com base na composição desse quadro de categorias profissionais, procuramos identificar a que tendência ideológica e política esses jornais se encaixavam, considerando as declarações oficiais e também a coerência com as propostas e linhas de ação apresentadas por cada grupo. Encontramos a hegemonia dos grupos anarquistas e dos trabalhistas, confirmando a hipótese apresentada pela literatura acerca do assunto. Conforme a proporção dos jornais que se enquadravam com os grupos de operários trabalhistas, fica inegável sua representatividade diante da imprensa operário do período.

**Tabela 7**  
**Jornais Anarquistas e Trabalhistas**

<b>Título</b>	<b>Orientação Ideológica</b>
DESPERTAR, O	Anarquista
TRIBUNA OPERÁRIA: ORGÃO DAS CLASSES LABORIOSAS	Anarquista
GAZETA OPERARIA	Trabalhista
NAÇÃO, A	Trabalhista
AVANTE	Trabalhista
LIBERTÁRIO, O	Anarquista
MARMORISTA, O	Anarquista

UNIAO OPERARIA, A	Trabalhista
LIBERTÁRIO, O	Anarquista
ARTISTA, O	Trabalhista
SEMANA OPERARIA, A	Anarquista
OPERÁRIO, O	Trabalhista
VOZ DO TRABALHADOR, A	Anarquista
COMPONEDOR, O	Anarquista
INDEPENDENTE, O	
LIBERDADE	Anarquista
LIBERDADE, A	Anarquista
TRIBUNA DO POVO	Trabalhista
BALUARTE, O	Anarquista
GUERRA SOCIAL, A	Anarquista
ÉPOCA, A	
RAZÃO, A	Anarquista
BOLETIM DA ALIANCA ANARQUISTA	Anarquista
VOZ DO POVO, A	Anarquista

Dos periódicos analisados, apenas em dois casos não foi possível determinar o alinhamento com as correntes organizatórias, devido à má qualidade do microfilme que impedia a leitura na maior parte do texto, e também por estes não apresentarem uma posição bem definida. Com relação aos demais, os critérios para esse enquadramento se deram com base em fatores bastante objetivos: declarações expressas no texto do jornal, participação ativa de pessoas historicamente engajadas em tais grupos no corpo editorial, associações, sindicatos e partidos vinculados e declarações políticas a favor ou contra determinadas questões fundamentais para tais grupos. Sobre este último, é válido exemplificar que tais questões eram sempre a respeito de participação em partidos políticos, apoio a candidatos em eleições, no caso dos trabalhistas, e no caso dos anarquistas, discurso a respeito da destruição do Estado e campanhas contra a participação em pleitos eleitorais. Ainda assim, tal critério foi utilizado apenas para confirmação, tendo em vista que as posições ideológicas eram demonstradas de forma bastante explícita.

Dos jornais analisados, também chamou atenção a composição do corpo editorial, que exibiu uma amplitude de categorias profissionais muitas vezes maior

do que aquelas do sindicato ou associação que os dava suporte, sendo composto muito mais por líderes anarquistas em pequenos grupos, alternando-se a cada um ou dois anos de acordo com a categoria profissional que participavam no momento e com os ciclos de vida dos jornais que publicavam. Uma figura exemplar nesse aspecto foi J. Mota Assunção, que iniciou sua carreira como líder anarquista na profissão de condutor de bondes, mudando posteriormente para o setor têxtil e concluindo sua carreira como operário gráfico, e em todos esses estágios marcou presença em diversos periódicos, como *O Protesto*, *Novo Rumo*, *A Voz do Trabalhador* e *A Vanguarda* (FERREIRA, 1978, p. 98, dados biográficos: DULLES, 1977).

A ausência de grupos de orientação socialista foi notada. A existência desses grupos, de acordo com a bibliografia sobre a imprensa operária, era pouco expressiva antes da Revolução Russa. Mesmo assim, são citados alguns grupos de orientação socialista, principalmente no estado de São Paulo, onde eles tiveram maior influência no início da década de 1900. O que foi notado na pesquisa, durante essa etapa de mapeamento da imprensa operária no Rio de Janeiro, por outro lado, é que indivíduos que se identificavam com os ideais socialistas acabaram dividindo sua presença entre os periódicos anarquistas, no caso dos que acreditavam na revolução do proletariado, e nos jornais trabalhistas, no caso dos que acreditavam na via partidária e reformista.

Não podemos deixar de citar o fato de que o alinhamento ideológico desses periódicos nem sempre era tão preciso quanto era declarado. Grupos anarquistas usavam largamente textos e idéias de Marx, aparentemente ignorando a separação entre os anarquistas e comunistas na Segunda Internacional em 1889. Em certos casos, tais diferenças eram largamente esquecidas, tratando os problemas de incoerência ideológica como inexistentes. No jornal *O Despertar*, de dois de novembro de 1898, seu subtítulo era “periódico comunista-livre”, entretanto um dos artigos na capa apresentava, com grande destaque, o título “Porque somos Anarchista (sic)”. Apenas após a Revolução Russa, efetivamente, que tais diferenças passaram a se tornar relevantes, com a mudança de posição ideológica de líderes importantes, como Astrogildo Pereira (DULLES, 1977), do anarquismo para o comunismo marxista.

Em relação aos padrões encontrados no conjunto de jornais, a média de duração era menos de um ano, somando entre 8 e 15 edições apenas, naqueles

com menos sucesso, e de dois a três anos, com cerca de 60 edições publicadas, em média, no melhores sucedidos. O padrão da imprensa operária era também de promover a publicação semanal ou quinzenal, com apenas duas exceções nos objetos pesquisados, os jornais *A Razão* e *A Voz do Povo*, que eram diários. Alguns deles, como *O Libertário*, contavam com uma única edição.

O formato padrão dos jornais operários era o tablóide, dividido em quatro colunas, acompanhando o padrão estético da imprensa do período. Contudo, havia alguma dificuldade em esconder as limitações da gráfica em que eram impressos, apresentando constantemente erros de tipos e de alinhamento. As modificações que esse padrão sofreu ao longo do período dos 20 anos que foi analisado acompanharam a padronização da imprensa, com a institucionalização de manchetes, de ilustrações ou fotografias nas capas.

Outro elemento que gradualmente ganhou espaço na imprensa operária carioca foi a publicidade. Ferreira (1978), ao analisar periódicos desde 1890 e com enfoque em São Paulo, chegou a apontar que “outro aspecto interessante é a ausência de publicidade”. Em relação ao Rio, entretanto, isso é verdade apenas na primeira década do século XX. Os anarquistas, em especial eram mais resistentes à publicidade, mas cederam ao longo dos anos. Já os trabalhistas usavam publicidade em quase todas as suas publicações. Em números, a publicidade estava presente em precisamente um terço das publicações analisadas.

Esse avanço da publicidade, principalmente nos jornais anarquistas do pós-guerra, revela uma questão interessante. Se, em sua fundação, as organizações anarquistas, como parte de uma cultura ampla difundiam a negação ao consumo de qualquer tipo de estimulantes, centralizada no problema do alcoolismo, que era tratado como uma doença que atrapalhava o processo de conscientização social, em 1920 vemos anúncios de cigarros, cervejas e lança-perfumes no jornal *A Voz do Povo*. Esse imenso contraste, em um período inferior a 20 anos é surpreendente. Desde então, os jornais não mais apresentavam artigos contrários ao consumo de qualquer tipo de substância estimulante, e deixaram gradualmente de explorar qualquer outro tema da chamada cultura libertária.

A causa mais provável para isso eram as necessidades financeiras, mas independente de causas, o que se percebe é um indiscutível processo de enfraquecimento das bases ideológicas inicialmente sólidas dos grupos anarquistas no Brasil. Outro elemento que reforça essa hipótese, conforme apontado por Fausto

(1977), é a realização de bailes dançantes, que contrariavam a visão dos anarquistas que isso levava a uma banalização da mulher e à exploração imoral da sexualidade como um todo. A proposta anarquista de eventos para levantar fundos envolvia muito mais educação e cultura, com leituras de textos e teatro social, e menos entretenimento popular, contudo a tendência gradual nesse caso também foi ceder espaço para a perspectiva de obter mais lucro.

### 3.1. Crítica de mídia e as cartas de Alex Pavel

A partir da análise da imprensa operária durante os 20 anos de seu auge, percebemos realmente uma curva de ascensão e queda, iniciando com jornais independentes, doutrinários e otimistas, até tornarem-se meios de comunicação cada vez mais próximos à imprensa comercial, que tanto criticavam. A crítica de mídia, por sinal, foi um dos elementos mais sólidos da imprensa operária no período analisado, e esta era uma constante dos grupos anarquistas especificamente.

Os jornais, as revistas, em sua suma todas as publicações de origem burguesa que vêm a luz neste país nenhuma vantagem tem trazido, e nem jamais trarão, a questão social no Brasil cujas condições, de propaganda apesar do que se possa dizer e se tem dito, são infinitamente inferiores às da Europa ou do resto da América. Tais publicações, que obedecem ao gosto exclusivo do lucro, não se esforçam, não se poderão nunca esforçar, pela orientação do povo, divulgando conhecimentos que concorram para a elevação do seu nível moral ou que venham satisfazer seus desejos estéticos. Ao em vez disso, armam escândalo que corrompe, muito embora satisfaça os seus intuits exploradores. Fatos que nunca deveriam sair da câmara escura onde têm lugar são trazidos à lume, e comentados com um impudor que espanta. Este veso moral abate uns ensoberbecendo outros. A prenhez duma rainha, a viagem dum rei, os folguedos dum príncipe, e aniversário de um papa, eis colunas da imprensa burguesa e com as quais se pretende perpetuar nossa longanimidade imbecil. Outras vezes invocam o favor publico do qual constantemente abusam, transformando os periódicos em instrumentos dos seus ódios ou das suas simpatias pessoais, ora retalhando-se ora louvando-se reciprocamente. Uma tal imprensa desonra um povo livre: é tempo de fazer-lhe o *boycottage*. (O LIBERTÁRIO, 1904, p. 1)

Como podemos notar com o estilo de linguagem do texto citado, o padrão geral dos artigos da imprensa operária, e principalmente dos anarquistas, era quase sempre passional, ácida e ao mesmo tempo procuram exibir certo grau de erudição em relação aos operários, que na condição de imigrantes e com uma grande parcela de analfabetos, teriam severas limitações de compreensão do texto. Sobre isso, a tendência também foi, com o desenvolvimento da imprensa operária, de tornar a linguagem mais acessível. Contudo, jornais de operários de categorias específicas



que tinha um grau de educação mais elevado no período, como os gráficos e os da construção civil, o padrão de rebuscamento no texto era superior a qualquer texto de jornal pesquisado.

A difícil relação da imprensa operária com a imprensa comercial pode ser facilmente percebida comparando dois textos a respeito da Revolução Russa. O que apresentamos a seguir mostra como a sociedade era apresentada ao conflito de acordo com um jornal da Grande Mídia do momento.

Enquanto os minimalistas tratavam de se aproveitar de todas as “possibilidades legais”, e aconselharam aos operários que organizassem cooperativas, Lenine, com a sua facção se recolhia ao “sub-solo”, em nome da pureza do movimento revolucionário. Queria ser intransigente até o fim.

Desde 1901 e até estes últimos tempos, Lenine tem escrito na Rússia e no estrangeiro dezenas de brochuras.

Presentemente Lenine, levando a sua tática até o absurdo, sustenta que a derrota da Rússia é uma necessidade revolucionária. O seu grito é “Abaixo a guerra!”, “O proletariado não tem pátria!” – Sob este aspecto, o seu regresso pela Alemanha é muito significativo.

É preciso observar, entretanto, que Lenine não tem tido na Rússia o sucesso que esperava.

Lenine não será talvez um provocador, pago pelo governo alemão. Por isso, ele é mais particularmente precioso para os alemães: um homem convicto, sobre o qual não pesa suspeita de venalidade, pode ter muito maior influência sobre as massas. Quando a revolução tiver fortalecido as suas conquistas, a propaganda de Lenine não oferecerá perigo algum. (OS PARTIDOS..., 1917, p. 12)

Em primeiro lugar, se fazem necessárias algumas explicações. Minimalistas e maximalistas eram os nomes dados durante o princípio da revolução aos, respectivamente, mencheviques e bolcheviques, os grupos que disputavam a liderança do movimento revolucionário russo, na tentativa de uma tradução dos termos à época. Inicialmente os mencheviques tiveram a liderança, estabelecendo os padrões de uma revolução tipicamente burguesa, e com isso contavam com a aprovação da Europa Ocidental, na esperança de contar com mais um aliado para vencer a guerra que assolava seu território. Contudo, os grupos mais radicais, que buscavam máximas mudanças sociais e políticas e identificados com a decisiva liderança de Lênin (ou Lenine), os bolcheviques realizaram uma “revolução dentro da revolução” para tentar impor a ditadura do proletariado.

Essa segunda etapa trouxe profundo descontentamento da Europa Ocidental, já que poderia representar a saída da Rússia da Guerra, e temiam até que significasse uma união de russos e alemães, o que complicaria ainda mais o conflito.

O que o artigo que mostramos transmite, nada mais é do que uma leitura feita a partir dos telégrafos descontentes com a situação russa, o temor do comunismo em ascensão, e o desprezo pela possível relação entre a figura de Lênin e a

Alemanha, inimiga do Brasil. A tendência da imprensa comercial em condenar um movimento forte que prometia acabar com a burguesia era uma demonstração direta dos interesses dos empresários de comunicação da época, e para desmoralizar o movimento russo não deixariam de expor suspeita de má conduta de seus líderes. O recurso mais flagrante nesse sentido era afirmar que Lênin era uma figura do “sub-solo”, e que quando a revolução estivesse estabelecida tal figura seria esquecida.

De forma geral, o que a crítica de mídia anarquista mais questionava era a excessiva parcialidade da cobertura política internacional. O primeiro argumento que vem em defesa de tal problema é a dificuldade de acesso à informação, em um tempo em que não havia correspondentes internacionais via satélite ou internet. Mas como revela Astrogildo Pereira, em cartas enviadas à imprensa, as informações do outro lado da questão estavam acessíveis a quem as buscasse, como ele o demonstrou.

Jamais se viu na imprensa do Rio tão comovedora unanimidade de vistas e de palavras, como, neste instante, a respeito da revolução russa. Infelizmente, tão comovedora quanto deplorável, essa unanimidade, toda afinada pelas mesmíssimas cordas da ignorância, da mentira e da calúnia. Saudada quando rebentou e deu por terra com o czarismo dominante, a revolução russa é hoje objeto das maldições da nossa imprensa, que nela só vê fantasmas de espionagem alemã, bicho perigoso de não sei quantos milhões ele cabeças e de garras. Provavelmente os nossos jornais desejariam que se constituísse, na Rússia, sobre as ruínas do Império, uma flamante democracia de bacharéis e de negociantes, como a que tem por presidente o Sr. Wilson, ou como esta nossa, presidida pela sabedoria inconfundível do Sr. Venceslau. A caída do nosso Império e a implantação desta nossa República, sem gota de sangue, com uma simples e vistosa procissão, parece ter-se tornado, aos olhos de nossos jornalistas, o padrão irrevogável pelo qual se devem guiar as revoluções antidinásticas que se forem efetuando pelo mundo. Como a revolução russa, ao contrário disso, tem tomado um caráter profundo, de verdadeira revolução, isto é, de transformação violenta e radical de sistemas, de métodos e de organismos sociais, levada para diante aos empurrões, pelo povo, pela massa popular - eis que os nossos jornais desabam sobre ela, de rijo, toda a fúria da sua indignação democrática e republicana. É que os nossos jornais partem de um ponto de vista errado, supondo que o povo russo tem a mesma mentalidade do povo brasileiro de 89, que assistiu, "bestializado", à proclamação, por equívoco, desta bela choldra que nos desgoverna. Não; o povo russo é um povo de memoráveis tradições revolucionárias, cuja mentalidade, formada através das mais ásperas e mais empolgantes batalhas libertárias destes últimos cem anos, não pode satisfazer-se com o regime falsamente democrático da plutocracia, regime de espoliação em nome da igualdade perante a lei, de embuste e burla eleitoral e de parlamentarismo oco, palavreiro, desmoralizado, safadíssimo... (BANDEIRA, 1967, p. 303 – 305).

Em um momento em que a publicação de jornais anarquistas estava profundamente dificultada pelo Estado de Guerra, e a publicação de textos agressivamente contrários ao governo e a mídia poderia representar o fechamento dos jornais, o texto apresentado acima, bem outros textos com o mesmo intuito foram enviados aos principais jornais do país por Astrogildo sob o pseudônimo de Alex Pavel, tentando assim proteger seus aliados e ao mesmo tempo cumprir o que

considerava uma necessidade de compromisso com seus ideais. O texto acima inaugura a série de cartas do autor, que anos mais tarde foram editadas em conjunto na forma de um livreto e divulgadas pelo jornal *A Voz do Povo*, sob o título de “Na Barricada”, que não pode ser encontrado diretamente.

Apesar da afiada retórica, algumas ponderações são também necessárias. O texto de Astrogildo não aponta argumentos factuais, e se limita, na verdade, a fazer uma análise geral da tendência predominante na imprensa. Pela própria preferência de forma de publicação, e pelo foco de texto, não resta dúvida que o notório “jornalista operário” estava fazendo era especificamente uma crítica de mídia, bastante próxima do que é realizado atualmente.

Em outros textos, falando de momentos posteriores, o detalhamento e a cuidadosa análise de informações conflitantes publicadas é um ponto forte na crítica de Astrogildo:

“É evidente que a concepção dos maximalistas sobre a liquidação da guerra diverge muito da de Berlim e Viena.” Eis o que afirmava a agência *Havas*, em telegrama de Paris, datado de 7 de dezembro último e aqui publicado, pelos jornais seus clientes, no dia seguinte.

(...)

“Petrogrado, 23 de dezembro (*Havas*) – Discursando nesta capital a respeito das negociações de paz com os impérios centrais, o Sr. Trotski disse: ‘A revolução russa não derrubou o Czar para cair de joelhos ante o Kaiser, implorando paz. Se as condições oferecidas não forem conforme os princípios da revolução, o partido maximalistas recusará assinar a paz. Fazemos guerra a todos os imperialismos’. Como se vê, veio confirmar, com as próprias palavras de Trotski, os comentários que o telegrama do dia 7 me sugeria. (BANDEIRA, 1967, p. 308 – 309)

Os comentários sugeridos a que se refere o texto tratam da leitura do autor a respeito do que deveria ser a divergência entre o Partido Bolchevique e Berlim e Viena. Para Astrogildo, esse era um ponto relevante para destacar a visão de que “o programa essencial de todos os partidos socialistas consiste precisamente no combate dos instrumentos e aos partidos da tirania e da espoliação” (*idem, ibidem*). Ironia da história que o Comunismo, décadas mais tarde tenha se tornado exatamente aquilo que o autor acreditava que varreria da face da Terra.

Em outros momentos, o livreto crítico assinado por Pavel apresentava também profunda insensatez em sua apaixonada defesa da Revolução Russa:

De todos os jornais cariocas e, com certeza, de todos os jornais do mundo, aquele que mais danada e azeda bilis tem expectorado contra os maximalistas é, sem dúvida, *A Razão*. Dirigido por um energúmeno cômico e notório, profeta espírita, semilouco e pouco menos que analfabeto, esse jornal tem, no entanto e apesar disso, uma tal ou qual popularidade, ganha com campanhas simpáticas. A sua fobia antimaximalista é duplamente odiosa: em si mesma e

pelo fato de se espalhar principalmente pela massa proletária, ludibriando-a. (...) (PAVEL, Alex, *A revolução Russa e a imprensa carioca*, 25/11/1917, apud. BANDEIRA, 1967, p. 315)

O jornal *A Razão* era um periódico de organizações trabalhistas, e uma vitória do método revolucionário representava um pesado golpe nas suas bases programáticas, que recusavam as reivindicações violentas suscitadas pelos anarquistas e agora pelos socialistas e comunistas, em frenético crescimento. O que esse texto demonstra, na verdade, é que o nível da disputa pelos “corações e mentes” dos operários cariocas muitas vezes era inquestionavelmente baixo. Astrogildo prossegue com sua “análise crítica”, citando o texto e adicionando em notas de rodapé suas opiniões. Para facilitar o entendimento da transcrição, os comentários de Astrogildo serão movidos para o local da nota e transcritos entre parêntesis e em itálico.

Porque os tais maximalistas não são apenas uns loucos, incapazes de compreender a profunda inconveniência de, em uma hora como esta, provocar agitações políticas internas. *(Os socialistas e anarquistas estão fartíssimos de saber que a verdade histórica mostra precisamente o contrário. Já em 1870, há meio século, Bakunin escrevia isto: “A história nos prova que jamais as nações se sentiram tão poderosas no exterior como nos momentos de mais profundas agitações e perturbações no interior”)* São também uns notáveis canalhas, apontados universalmente como agentes alemães e que, além disso, querem suprimir o direito de propriedade *(Ecco!... O que os capitalistas proprietários de A Razão não podem admitir é a supressão do sagrado direito de propriedade... Naturalmente!)* entregando todas as terras à plebe inconsciente *(Que a plebe agradeça a amabilidade e tome nota, para quando tiver de dar o troco, no dia do ajuste de contas...)* que, levada por essa miragem de ficar rica em poucas horas, *(Que profunda concepção sociológica!)* esquece os altos deveres de defender a Pátria, já invadida e em parte dominada pelo estrangeiro. Esses infelizes são dirigidos e guiados por um monstro da ordem de Lênin que se prestou ao papel ignóbil de abrir as portas da Rússia ao mais perigoso de todos os imperialismos o que tem por centro-motor a casta dominante na Rússia militar *(Isso não tem sentido. O escriba queria naturalmente dizer Alemanha e saiu Rússia... Estaria bêbado?)*. Alimentados pelo dinheiro alemão, conduzidos por espíões e pangermanistas de Berlim, os maximalistas, conseguindo por um golpe feliz da fortuna apoderar-se da Rússia *(Os maximalistas não se apoderaram de Rússia nenhuma. Eles são a grande maioria do povo russo, único senhor verdadeiro e natural da Rússia. Kerenski e seu bando é que se tinham apoderado indevidamente da Rússia: o que os maximalistas fizeram dói nem mais nem menos que os “desapoderar”... E o fizeram muito bem feito.)*, não trepidaram ante o crime, ante a infâmia descomunal de propor imediatamente a paz em separado à Alemanha, traíndo de modo revoltante os aliados, aos quais jurara o colosso moscovita só agir de concerto com as nações da Entente. (BANDEIRA, 1967, p. 316 – 317)

Os dois últimos comentários de Astrogildo Pereira, a respeito do acordo de paz e do compromisso russo junto a Entente foram suprimidos por serem demasiado grandes. Mesmo assim, não é difícil visualizar a confusão em seu texto com praticamente uma nota de rodapé por linha, e principalmente, a acidez e agressividade incontida de ambas as partes a tratar o assunto, sem medir palavras ou ofensas.

Acreditamos que o trecho acima representa bem o estilo da crítica de mídia quando o tópico era os seus concorrentes diretos, jornais operários de outra corrente e a ideologia a que se relacionavam, e quando o público-alvo direto eram os demais operários, como podemos notar pela maior contenção nas ofensas de Astrogildo ao tratar de outros jornais ou de incorreções menos ofensivas ao autor.

O estilo da crítica de mídia que encontramos na imprensa operária, *via de regra*, não apresentava uma tendência tão agressiva como no último texto, mas o tom de desabafo e as repostas a ofensas sempre se traduziam em novas ofensas. A importância dessa prática é revelar que a comunicação dos operários não era auto-centrada nem fechada ao debate ensaiado, e tinha a preocupação de tentar revelar as falhas da imprensa comercial, comprometida com interesses que não os deles, como usual.

### **3.2. Dificuldades Estruturais**

A partir da pesquisa, e tomando como base a bibliografia específica sobre a imprensa operária, foi possível desenhar uma visão geral do que era essa imprensa operária. Sua origem remonta, principalmente, à formação de um proletariado urbano brasileiro composto por imigrantes em um período de expansão industrial, sob forte influência de ideologias de origem europeia que foram criadas ao longo do século XIX e visavam concepções específicas de justiça social e igualdade. A expansão da imprensa operária está diretamente ligada a um processo de desenvolvimento tecnológico das máquinas linotipos, barateando no período o processo de impressão de jornais, e seu principal papel na época, apontado pelos próprios operários, era criticar as injustiças sociais, informar o operário sob sua própria visão das coisas, doutrinar o mesmo operário de acordo com a ideologia do sindicato e dar visibilidade e apoio aos movimentos de greve.

Já a queda da imprensa operária possui causas muito mais discretas, visto que eles raramente avisavam que determinada edição seria a última. O que resta à pesquisa, na maior parte dos casos, são cacos incompletos de um objeto que, seja por dificuldades relativas à conservação do acervo completo de jornais operários,

seja pela essência de uma interrupção abrupta na publicação, não permite qualquer afirmação segura desses finais.

Na maioria dos jornais que apresentavam uma prestação de contas, o que vemos é um crescente endividamento junto à gráfica, tentativas de realização de bailes, listas, loterias (“melhor que jogo do bicho” (A VOZ do Povo, 12 jun. 1920, p. 4)) e convocações de apoio ao proletariado, raramente surtindo efeito. A causa específica desse endividamento fica sempre uma incógnita, visto que nunca o planejamento de gastos era seguido e as contribuições financeiras diminuía em uma curva constante, ao contrário dos custos que sempre subiam.

Uma exceção a esse típico processo de interrupção abrupta foi o jornal *A Voz do Povo*, que se coloca sobre sua interrupção.

#### Explicação aos trabalhadores

Reunida ontem, extraordinariamente, a Federação dos Trabalhadores resolveu suspender a publicação da ‘Voz do Povo’. Esta medida extrema, bem o podemos avaliar, custa imensos sacrifícios e só mesmo uma aflitiva emergência, como aquela em que nos encontramos, poderá servir de justificativa.

Há já alguns dias, vimos dizendo aqui as circunstâncias difíceis em que o jornal dos trabalhadores se encontrava. A alta do papel, excessivamente demasiada, íamos fazendo face com dificuldades e atropelos fomos francos a dizer-lo, somos hoje a repeti-lo, com sobranceira. Toda imprensa sofre atualmente as conseqüências do custo do material jornalístico, com relação ao papel, tipo e linotipos.

Pois a própria imprensa capitalista, que até restringe a venda avulsa, anda a se lamuriar, pondo em foco as conseqüências danosas do período que ora atravessamos. Com a guerra, e depois dela, todas as cousas subiram muitas de cem por cento. Só os jornais continuaram a ser vendidos, como antes da sangueira européia. A manufatura de uma folha, com preço de 100 réis, prejudica as empresas jornalísticas.” (A VOZ do Povo, 6 dez. 1920, p. 20)

Tal artigo traz informações extremamente valiosas para a pesquisa, já que aponta dados até então não encontrados em outras fontes. Conforme era sabido em relação à alta dos preços durante a guerra, que assim como a maior repressão policial devido ao estado de guerra declarado, eram causas possíveis para a retração do movimento operário durante o período. Contudo, os reflexos posteriores da guerra se estenderam o suficiente para complicar a situação financeira da imprensa operária.

De acordo com dados retirados do texto acima o preço do quilograma de papel era quatrocentos réis antes da Primeira Guerra. Durante o conflito esse preço subiu para dois mil-réis, e veio a estabilizar em mil e seiscentos réis com a paz. O jornal afirmava ter uma tiragem média de 20 mil exemplares diários, com um corpo editorial fixo de seis pessoas, e não era capaz de manter-se em circulação. De

acordo com o mesmo artigo, 200 quilos de papel rendiam aproximadamente quatro mil exemplares, deixando aberto ao leitor o cálculo de que o custo apenas do papel para o jornal era de um conto e seiscentos mil-réis (1.600\$000). A um valor de cem réis a edição avulsa, mesmo a venda de todos os exemplares deixaria um prejuízo de quatrocentos mil-réis, apenas considerando o custo do papel.

Tendo em vista tais dificuldades, mesmo com a ajuda de listas, assinaturas e financiamento de sindicatos, não havia possibilidade de levar o jornal à frente. De acordo com Dulles (1977, p. 106), o caso específico da criação de *A Voz do Povo* se deu a uma questão de sorte: se deu a partir da doação, por parte de Astrogildo Pereira, de um prêmio de loteria – não fosse a loteria, dificilmente os operários teriam a ousadia de fundar um jornal diário sem a possibilidade de mantê-lo por mais de seis meses.

Além da chamada crise do papel, um fator de desarticulação do movimento operário foi o crescimento das organizações patronais, com o objetivo de combater os movimentos grevistas e, assim como os sindicatos, mediar negociações. Articulados e com poder econômico, as greves anarquistas do período de 1917 a 1920 sofreram grandes perdas que refletiram em sua organização e, portanto, na propagação da imprensa operária. Esta não deixou de existir completamente, mas com a ascensão do comunismo e a retração social do anarquismo no Brasil, passando a ser criticado durante pela mídia, que tendia a favorecer os grupos trabalhistas, passou a ser encarado como é visto hoje pela sociedade: violento e caótico.

A partir desse mapeamento da imprensa operária enquanto objeto de estudo, a pesquisa agora se volta para um estudo de caso específico que, apesar de não conter as particularidades de todos os jornais operários, reflete tipicamente diversos elementos encontrados em quase todos os jornais pesquisados.

#### 4. ESTUDO DE CASO: A VOZ DO TRABALHADOR

Selecionamos como objeto para estudo de caso o jornal *A Voz do Trabalhador*. Os motivos dessa escolha se baseiam no fato de que este jornal possui uma duração bastante grande, se comparada com os demais jornais publicados no Rio de Janeiro, e ainda possui uma representatividade grande do movimento, já que se trata do representante da Confederação Operária Brasileira (COB). A organização foi criada em 1906, durante o Primeiro Congresso Operário, com o intuito de mobilizar esforços para fazer expandir o movimento operário anarquista no Brasil, e considerava imprescindível o uso de um meio de comunicação que cumprisse o papel que era apontado como meio de propaganda do anarquismo.

Como um conjunto, percebemos claramente que essa perspectiva de um meio de propaganda é largamente superada, tornando-se, durante os anos em que se manteve, um meio de comunicação de denúncia, de debates ideológicos acalorados, de crítica de mídia e de centralização de informações sobre os principais eventos do movimento operário no Brasil e no Mundo.

Sua primeira publicação se deu em 1º de julho de 1908, cerca de dois anos depois da realização do Primeiro Congresso. Essa demora se deve, em parte, devido à tendência inicial da Confederação em promover agitações logo após sua formação, levando à onda de greves no Rio e em São Paulo durante o ano de 1907. Dulles (1977) e Fausto (1977) apontam como uma possível causa para essa demora certo grau de desarticulação da Confederação, passando por problemas internos e de estruturação durante o período.

De fato, a publicação teve uma vida curta em seu primeiro período, de acordo com o padrão dos jornais comerciais, mantendo regularidade até nove de dezembro de 1909, no número 21. Essa interrupção reflete a tendência de esfriamento na organização sindical durante o período, com destaque para as organizações anarquistas.

O retorno do jornal se dá em 1º de janeiro de 1913, já mobilizando esforços para a realização do Segundo Congresso Operário organizado pelos anarquistas,



em uma resposta clara ao Congresso Operário de 1912, organizado por Mariano Garcia e os sindicatos trabalhistas, chamado pelos anarquistas de Congresso Pelego. Desde então o jornal teve uma regularidade eficaz até o número 71, em 8 de junho de 1915. O fim de sua publicação se dá sem qualquer justificativa explícita. Entretanto, podemos perceber que o fato se relaciona com dificuldades financeiras da COB, que exploraremos com mais detalhes a seguir, e seu fracasso em se tornar uma entidade de representatividade nacional do sindicalismo anarquista.

Seu primeiro artigo esclarece por si só a visão de mundo da Confederação e da situação do trabalhador, e a partir disso esboçava um programa mínimo do jornal que foi seguido até o seu fim, com mínimas alterações.

Iniciamos com o presente número a publicação periódica de *A Voz do Trabalhador*, Órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios.

É perfeitamente inútil, pois, apresentar um programa, traçar uma linha, de conduta, arcaicos hábitos de irresistível manifestação no meio jornalístico sempre que se inicia uma nova publicação. Apesar disso é bom repetir esse programa. Nada se perde, pelo contrário, damos toda a razão ao grande assassino Napoleão Bonaparte quando exclamava que a repetição era um dos melhores e mais convincentes argumentos.

*A Voz do Trabalhador* vem agitar este proletariado que indiferente parece se conformar com a situação miserável e deprimente que atravessa, vem interessá-lo para que conosco venha partilhar dos trances da hodierna luta de interesses que prende a atenção do proletariado universal e que ora aqui se inicia com o desenvolvimento progressivo da indústria.

*A Voz do Trabalhador* vem lutar, vem combater com toda a coragem e energia de que for capaz pelas reivindicações proletárias, não descansando enquanto as não conquistar.

Desde já uma conquista se impõe: a das 8 horas de trabalho, vitoriosamente arrancada pelos nossos companheiros de São Paulo o ano passado. Mas o nosso fim não é só conquistar menos horas de trabalho e a elevação dos salários.

O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariado e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial está no atual sindicato de resistência ao patronato.

Como meio prático, como método de luta par alcançar tal [ilegível] adotará e usará o sindicato revolucionário.

[...]

A nossa época diferencia-se de todas as outras pela evidência, pela flagrância do contraste social, caminhando cada vez mais para os extremos do luxo e do pauperismo.

Nas fábricas milhares de homens aniquilam-se num mourejar bestial, superior às forças humanas, nas oficinas homens numerosos gastam o mais precioso das suas energias produzindo um conforto de que carecem em troca de um salário que, como dissemos acima, os não deixa morrer de fome imediatamente; nos campos caminha outra multidão famélica embrutecida pelo excesso de trabalho e crestada pelo sol ardente, vivendo uma vida de privações, de insultos e

vexações, todos eles sem a coragem de um ato de rebeldia contra esta infame sociedade que eles mantêm com a sua miséria e resignação.

Ao lado deste os progressos inauditos da maquinaria, da mecânica e a sua prodigiosa aplicação à indústria provocaram uma atroz concorrência aos trabalhadores, formando no seio do proletariado um exército de reserva, tão perigoso à emancipação dos trabalhadores como o mais terrível inimigo, se no seu espírito não se incutir a necessidade da luta contra os exploradores da sua miséria. Até eles é pois preciso que chegue a nossa voz, repetindo-lhes sem cessar, como uma obsessão que tolerar este estado das coisas não é só uma indignidade mas um verdadeiro crime, decidi-los, em fim, a lutar pelo próprio bem estar contra os que, de posse de privilégios que só a rapina e a violência justificam, os fazem vegetar numa situação subalterna de inferioridade econômica e, por conseqüência, física e moral.

[...]

De há muito fazia-se sentir de forma evidente, a falta de um órgão da classe oprimida que fosse o porta-voz das suas reivindicações, órgão combatente, donde se agitassem questões de suma importância para nós, donde se fizesse, em fim, contínua propaganda dos métodos de luta revolucionários. A obra que um jornal nestas condições realizaria, seria de grandes benefícios para o movimento operário. Retiraria da indiferença alguns camaradas, fortaleceria convicções, interessaria os tímidos e simpatizantes assim como daria impulso ao movimento associativo. A sua publicação impunha-se como uma necessidade inadiável e nós nesse sentido trabalhamos certos que auxílios e encorajamentos receberíamos dos companheiros que se interessam pelo movimento operário. Da nossa parte não mediremos esforços, nem pouparemos sacrifícios para manter este jornal. É demasiado intensa a fé na justiça da nossa causa para que nos arredemos, quaisquer que sejam os obstáculos que se nos anteponham. [...] (A VOZ ..., 01 jul.1908, p. 1).

Esse texto revela, de forma bastante completa, o otimismo da fundação de um jornal operário, e ao mesmo tempo o destaque que se dá ao que chamam frequentemente de exploração capitalista do trabalhador pelo capitalismo. É possível perceber a definição da figura do burguês como um inimigo da classe trabalhadora, e ainda uma perspectiva de amedrontamento do operariado com o desenvolvimento tecnológico das fábricas, gerando desemprego e desarticulando a pretendida resistência da classe trabalhadora.

Junto com a problematização da evolução tecnológica e seu impacto no mundo do trabalho (um tema ainda atual), discutida em outras oportunidades no jornal, vemos ainda a desqualificação dos meios de comunicação comerciais, chamados de arcaicos em seus métodos, mesmo não evitando usa-los. Esses elementos presentes neste primeiro artigo do objeto de estudo revelam já nos seus primeiro parágrafos padrões presentes no conjunto da imprensa operária.

O artigo traz consigo bastante clara a posição do anarquismo em expandir ao máximo sua área de influência sobre os trabalhadores brasileiros, e a fé de que por meio do sindicato seria possível realizar a revolução social, típica do anarco-

sindicalismo que predominava na COB. Essa revolução social, pouco tratada de forma positiva na maioria dos artigos pesquisados da imprensa operária, é apontada aqui como uma reestruturação da economia por meio da fusão da produção e do consumo, centrada no sindicato. Esse processo deveria excluir a burguesia da posição de gestora da indústria, com isso reduzindo os custos para o consumidor em uma primeira etapa, e por fim levaria à total destruição do sistema capitalista.

Essa primeira edição de *A Voz do Trabalhador* traz ainda outras informações relevantes. A começar pela declaração inicial de que “se publicará quinzenalmente por enquanto, dependendo sua publicação semanal do apoio do proletariado do Rio.” (A VOZ..., 01 jul. 1908, p. 1). A intenção revelada era de que haveria uma expansão rápida do número de leitores, propiciando uma expansão da frequência da publicação. Essa é uma tendência geral de todos os jornais operários consultados na pesquisa: uma visão extremamente otimista de que o público dos trabalhadores estaria completamente aplicado na leitura do periódico e que a tarefa de conscientização e doutrinação deste público seria rápida e eficiente, sem maiores barreiras.

Como uma aparente inocência, esse mesmo otimismo levou ao fracasso um número expressivo de jornais que não eram capazes de manter suas contas em dia ou que tentavam atingir uma tiragem ou periodicidade maior do que eram capazes, sempre culpavam a falta de apoio da classe trabalhadora como fonte de sua ruína, e nunca a ineficiência em administrar um jornal, de acordo com os recursos que haviam disponíveis.

#### **4.1. Estrutura do jornal**

Esta primeira edição revela ainda uma estrutura importante do papel desempenhado pelo jornal no movimento operário: podemos notar implicitamente na linha editorial a necessidade de manter os artigos noticiosos relacionados com a tentativa de estabelecer algum tipo de campanha temporária. A primeira campanha era chamada de “Guerra à Guerra”, e tinha como objetivo fomentar nas classes baixas uma recusa a uma possível realização de guerra entre o Brasil e a Argentina na época.

Sobre o projeto, são necessários dois comentários. Em primeiro lugar, vemos que isso se deve a certo grau de corporativismo com os companheiros imigrantes que estavam na Argentina e mantinham contato freqüente, conforme podemos apontar por meio das informações constantes acerca do movimento operário na Argentina e no Uruguai publicadas no jornal.

Além disso, Não podemos negar que essa recusa à guerra era uma forma evidente de aplicar as teorias anarquistas, por meio do anti-militarismo e do internacionalismo, e não tanto um apoio irrestrito dos operários brasileiros aos argentinos. Politicamente, a possibilidade de guerra tinha como causa a dificuldade de negociações com o governo argentino sobre os preços de gêneros alimentícios de importação no Brasil, com destaque para o trigo (DULLES, 1977). O malefício direto dessa disputa sentia-se em primeiro lugar nas classes mais baixas que ficavam sem condições de comprar bens básicos de alimentação.

O objetivo da campanha, que seguia orientações vindas da Argentina, era bastante pretensioso: realizar uma greve geral em todo o continente da América do Sul, agendada para o dia 1º de dezembro de 1908, como forma de demonstrar a união dos povos em contrapartida aos abusos das elites que pregavam o patriotismo como forma de desunião. O evento teve alguma participação na Argentina e no Uruguai, mas em nível continental foi um contundente fracasso, servindo muito mais para desmoralizar a perspectiva de união continental dos trabalhadores do que para demonstrá-la. Desde então, não foi visto nos jornais operários tentativa de realizar eventos que exigissem tamanha coordenação.

Depois dessa campanha, outras foram realizadas, todas com a motivação de levar à prática os ideais anarquistas. Essas campanhas compunham a estrutura geral do jornal, que era um dos destaques da Voz do Trabalhador frente a seus pares: a linha editorial do jornal apresentava certa consistência no arranjo de seu material, e mesmo sofrendo alterações graduais ao longo do tempo, os elementos principais eram uma constante, ainda que com títulos diferentes.

<h1>A VOZ DO TRABALHADOR</h1>		
Orgam da CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRAZILEIRA		
ANNO I. — N. 1	Redação e Administração: RUA DO HOSPICIO N. 136, sobrado — RIO DE JANEIRO (Brazil)	1 de Julho de 1908
<p><b>"A Voz do Trabalhador"</b> se publicará quinzenalmente por enquanto dependendo a sua publicação semanal do apoio que lhe prestar o operariado do Rio.</p> <p>ASSINATURAS: TRIMESTRE ..... 1\$000 AVULSO 100 REIS Subscrição voluntaria permanente</p>	<p>pelo sol ardente, vivendo uma vida de privações, de insultos e vexações, todos eles sem a coragem de um acto de rebeldia contra esta infame sociedade que eles mantem com a sua miseria e resignação.</p> <p>Ao lado deste os progressos inauditos da maquiaria, da mecanica e a sua prodijiosa applicação á industria provocaram uma atroz concurrencia aos trabalhadores (1), formando no seio do proletariado</p>	<p><b>PELA PAZ DOS POVOS</b> Guerra á Guerra! <b>PROJETO DA CONFEDERAÇÃO</b> Ao proletariado brasileiro</p>

<h1>A Voz do Trabalhador</h1>		
Orgam da CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRAZILEIRA		
Ano II — N. 16	Redação e Administração: RUA DO HOSPICIO N. 144, sobrado — RIO DE JANEIRO	3 de agosto de 1909
<p><i>Segundo Congresso Operario Brasileiro</i></p> <p><i>A Commissão da Confederação prevê ne as associações confederadas de todo o Brazil que brevemente lhes será feita uma commissão a respeito de esti-</i></p>	<p>trução publica», dizem muitos, fingindo julgar necessarias aos diversos ramos da atividade social as violencias do poder.</p> <p>—A destruição dum governo instituido em razão de violencias</p>	<p><b>GUERRA A' GUERRA!</b> Na sua ultima reunião resolveu a comissão da Confederação Operaria Brasileira iniciar a agitação contra os propositos</p> <p>tas tinham apodrecido no campo. Boycott, vencido, arruinado, refugiou-se na America onde morreu ha já algum tempo.</p>

<h1>A VOZ DO TRABALHADOR</h1>		
ORGAM DA CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRAZILEIRA		
ANO VII	RIO DE JANEIRO — BRAZIL, 20 DE AGOSTO DE 1914	N. 61
<h2>A INTERNACIONAL OPERARIA CONTRA A GUERRA!</h2>		
<p>A Confederação Operaria Brasileira convida todas as associações confederadas e mesmo as que não sendo estão de acordo com a sua orientação a levar a efeito no dia 13 de setembro, comícios de protesto contra a guerra</p> <p><b>Os bandidos da governanca europeia fuzilam os homens que se manifestam contra a guerra e se recusam a seguir para o matadouro</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Abaixo os tiranos e assassinos do povo! — Viva a Internacional!</b></p>		

Figura 4 – Evolução gráfica do cabeçalho de A Voz do Trabalhador: 1908, 1909 e 1914, de cima para baixo.

A primeira página contava sempre com um artigo opinativo à esquerda, com pouco destaque, enquanto que do lado direito ficavam sempre o acompanhamento das campanhas ou de notícias de grande relevância, como a realização de greves ou notícias de grande impacto para a classe operária e toda a sociedade, como a deflagração da Primeira Guerra Mundial. A tendência opinativa era predominante na

capa do jornal, mesmo em textos que tinham como objetivo ser de cunho mais descritivo.

A segunda página tinha a função de trazer debates à tona, educar e doutrinar o operário dentro das bases filosóficas do anarquismo e contar casos do que consideravam abusos por parte do patronato. Uma coluna que teve bastante importância no jornal nesse sentido é a “Dos Ergastulos Industriaes”, onde são narrados casos de maus-tratos nas fábricas, de abusos de trabalho infantil e contra as mulheres operárias e ainda sobre más condições de trabalho. Esta página era composta também por matérias frias, que não dependiam de gancho temporal com os acontecimentos próximos, mas que tinham importância no quadro geral da imprensa operária.

A terceira página tratava principalmente de relatos de eventos e greves de outros sindicatos do Estado do Rio de Janeiro e do resto do Brasil. Sem grandes surpresas, devido à proporção do movimento sindical no país, grande parte do espaço ficava ocupada por notícias dos grupos do estado de São Paulo, mas sempre havia notícias de outros estados, em uma proporção muito maior do que nos jornais comerciais. O tipo de relato presente na seção “Movimento Operário” era sempre em favor do surgimento de novos sindicatos ou associações, e acerca das condições de trabalho ou movimentos de greve.

A quarta página – e também a última na maior parte das edições – contava com três elementos basicamente. Em complementação às notícias de outros Estados na página anterior, era relatada a condição do movimento operário no resto do mundo, sob o título “De Além-Fronteiras”. O destaque evidente era para a Europa, e principalmente seus países latinos, mas não faltavam notícias de eventos de maior relevância na América Latina e do Norte, e ainda alguns relatos da Ásia. Não foi identificada nenhuma nota a respeito da África, denotando uma potencial ausência de movimento operário e de industrialização significativa na continente durante o período. Esses textos seguiam a mesma orientação daqueles que tratavam do movimento operário em outras partes do Brasil, sempre com ênfase aos sindicatos e suas ações. A quarta página contava ainda com uma seção do chamavam de “Movimento Associativo”, em que eram tratados assuntos mais burocráticos a respeito dos sindicatos que compunham a Confederação Operária, como convocação para reuniões e avisos diversos. Essa seção, ao longo das edições, foi ganhando mais e mais espaço, chegando a ocupar quase a página

inteira, aparentemente atendendo a uma demanda de comunicação e exploração do espaço garantido pelas contribuições financeiras que sustentavam a Confederação e *A Voz do Trabalhador*. O espaço final existente na quarta página era dedicado a uma prestação de contas do jornal e da COB, mostrando entradas e saídas e contas de eventos beneficentes quando eles ocorriam. O objetivo declarado era de demonstrar transparência, e sempre que havia algum erro ou omissão, essa era corrigida na edição seguinte, acompanhada de um pedido de desculpas pelo atraso ou erro. Entretanto, é impossível ignorar que, em paralelo ao progressivo endividamento da instituição e do jornal, esse espaço servia também como meio de cobrança e até mesmo coação daqueles que estavam em pendência com a organização, e em estágios finais, serviam como espaço para um pedido desesperado de ajuda financeira da classe trabalhadora.

Também devido à expansão na quarta página do espaço dedicado ao movimento associativo e à prestação de contas, a parte dedicada a notícias internacionais do jornal foi deslocada para a terceira página, fundida com as notícias de outros estados brasileiros, recebendo desde então o título de Guerra Social. Outro motivo aparente na mudança de diagramação parece ser o fato de que com o avanço do tempo, as notícias regionais foram reduzindo-se, e os relatos de telégrafos internacionais eram cada vez mais espaçosos. Cruzando esse dado com a redução das entradas financeiras oriundas de sindicatos e Federações Operárias de outros estados, podemos perceber que o apoio à Confederação estava perdendo a consistência. Mesmo após os anos de interrupção, este apoio nunca mais foi o mesmo, ficando o material textual polarizado entre uma esmagadora maioria de artigos e notícias ligada à Federação Operária do Rio de Janeiro, e uma parte considerável de telégrafos e artigos oriundos da Europa, em uma progressiva conturbação política e social até o início da Primeira Guerra Mundial.

#### **4.2. Seções temporárias**

Algumas seções mais freqüentes, que não compunham a estrutura básica do jornal, merecem ser citadas. “Excesso de trabalho e... beatice!” desempenhava o papel estratégico de combater o clericalismo de uma maneira geral na sociedade

brasileira e também de atacar a influência das lideranças religiosas sobre os trabalhadores, levando-os a aderirem a associações beneficentes corporativas e dissuadindo-os de participar dos movimentos grevistas.

“Crítica e Polêmica” era uma seção que tinha por função ser um espaço aberto de debate, mas funcionava principalmente para fazer a defesa do jornal e de sua equipe perante críticas de outros jornais operários ou de jornais comerciais, e para atacar igualmente os rivais quando parecia conveniente. Havia uma tendência no discurso desses artigos à agressividade. O mais importante dessa seção é que ela abria espaço para a realização de uma crítica de mídia embrionária, ainda que fosse pouco objetiva e personalista em demasia.

Em momentos de maior efervescência sindical, emergia a seção “Agitação Local”, com o objetivo de organizar os relatos de pequenos eventos relacionados ao mundo operários, como uma discussão entre funcionários e patrões, uma reivindicação encaminhada, uma manifestação de determinada categoria até greves relâmpago, de um dia ou dois.

“Quando os ladrões brigam” trazia colunas curiosas por tratar de conflitos entre empresas concorrentes, sempre sob o enfoque dos reflexos que isso poderia trazer sobre a vida dos respectivos trabalhadores, e também tratava de disputas entre os industriais e o governo, militares e governo, e todos aqueles conflitos de interesse que não incluíam diretamente o sindicato. A tendência era de ridicularizar as situações relatadas.

O grande número de operários têxteis no quadro geral do movimento fazia com que seu papel merecesse sempre atenção das lideranças anarquistas. Para isso, foi criada a seção “Em Vila Izabel”, uma das mais constantes, que tratava com atenção específica de qualquer assunto relacionado ao trabalhador em tecidos, mesmo os que poderiam constar em outras seções. A frequência dessa seção revela a importância que o setor de tecidos merecia em termos de público, adequado a proporção quantitativa de operários desse setor frente a todos os demais. Mais do que isso: se considerarmos que o setor dos marítimos teve uma penetração menor dos grupos anarquistas, o apoio dos têxteis era uma exigência básica para a sustentação da Confederação Operária Brasileira e da Federação Operária do Rio de Janeiro, conforme aponta a tabela:

## **Tabela 8**



**Distribuição de Operários Pelos Principais Ramos Industriais, 1919**  
(Adaptado)

<b>Ramos</b>	<b>% de Distribuição</b>
Têxtil	40,1
Alimentação	15,2
Vestuário e toucador	22,2
Cerâmica	4,9
Metalurgia	10,4
Químico e produtos análogos	7,2

(Fonte: FAUSTO, 1977, p. 143)

Por fim, uma seção especialmente reveladora para a pesquisa foi a “Meios de Luta”, em que os anarquistas do Brasil delineavam suas táticas favoritas, os argumentos que as sustentavam, que exploraremos em detalhes.

#### **MEIOS DE LUTA**

##### **A sabotagem**

Esta palavra, como a da boicotagem, procede da Inglaterra<sup>5</sup>, onde tem prestado grandes serviços na luta que os trabalhadores sustentam contra os patrões. Em Inglaterra é conhecida com nome de *Go canny*.

A propósito, julgamos útil a definição e o incitamento à sua aplicação, que dela fez a União Internacional dos Carregadores Marítimos, que tem a sua residência em Londres:

“Que é que significa *Go canny*?”

É uma palavra curta e cômoda para designar uma nova tática empregada pelos operários em lugar da greve.

Se dois indivíduos caminham juntos e um anda mais depressa, o outro diz-lhe: “*Go canny*”, que quer dizer: caminha devagar, com toda a comodidade.

Se alguém quer comprar um chapéu que vale 1000 rs., deve pagar 1000 rs., mas se ele não quer pagar mais de 800 rs., não importa! encontrará um de qualidade inferior. O chapéu é uma *mercadoria*.

(...)

Pois bem, os patrões declaram que o trabalho e a ligeireza são mercadorias à venda, da mesma forma que os chapéus, as camisas ou a carne.

Perfeitamente, respondemos nós, aceitaremos o termo.

Já que são *mercadorias* vendê-las-emos da mesma forma que o chapeleiro vende os seus chapéus, o camiseiro as camisas ou o carniceiro carne. A mau preço eles dão má mercadoria. Nós faremos o mesmo.

Os patrões não têm nenhum direito em contar com ou sobre a nossa caridade. Se eles até se negam a discutir as nossas petições, tanto melhor; nós podemos pôr em pratica o “*Go canny*”, a tática de “trabalhem pouco e mal, até que nos escutem e atendam.”

Eis aqui claramente definido o “*Go canny*”, a sabotagem:

**A ma paga, mau trabalho.**

<sup>5</sup> Na verdade, de acordo com o dicionário Houaiss, a palavra sabotagem tem origem francesa, e o artigo sobre sabotagem na Wikipedia (<http://en.wikipedia.org/wiki/Sabotage>) conta que o termo foi criado em referência aos tamancos (sabot) que eram colocados em meio às engrenagens das máquinas com o intuito de danificá-las ao serem ligadas.

Esta linha de conduta, empregada pelos nossos camaradas ingleses, cremos que pode ser aplicada entre nós, pois que a nossa situação de operários assalariados é muito pior que a dos trabalhadores ingleses.

Falta-nos definir debaixo de que forma se deve praticar a *sabotagem*.

(...)

Se, adotando o sistema de fazer o menor trabalho possível, os patrões recorrerem ao trabalho de empreitada, então é necessário aplicar a sabotagem à qualidade, e não à quantidade. E assim, o operário não dará somente ao comprador da sua força mais do que este lhe paga, como também o prejudicará na sua clientela... Por este meio o patrão ver-se-á obrigado a capitular, concedendo aos operários tudo quanto estes tenham vontade de reclamar.

A *sabotagem*, além de se aplicar às mercadorias pode também aplicar-se aos utensílios de trabalho.

Neste particular, recordaremos a emoção que se produziu no mundo burguês, há poucos anos, quando se soube que os empregados dos caminhos de ferro argentinos podiam, com 20 réis de certo ingrediente, pôr uma locomotiva na impossibilidade de funcionar. Ainda bem recente temos a *sabotagem* aplicada na greve dos telegrafistas de Paris, em que as comunicações estiveram completamente interrompidas por serem cortados os fios nos arrabaldes.

Esta emoção adverte-nos do que poderiam os operários se fossem conscientes e organizados.

Com a “boycotagem” e seu complemento indispensável, a *sabotagem*, possuímos uma arma de resistência eficaz que, no dia em que os trabalhadores sejam suficientemente fortes para se emancipar integralmente, nos permitirá fazer frente à exploração de que somos vítimas.

É necessário que os capitalistas o saibam: o trabalhador só respeitará a máquina no dia em que se converta em uma amiga para ele, poupando-lhe esforços, em lugar de ser como hoje: a inimiga, a ladra do pão, a assassina dos mesmos trabalhadores.

Com a sabotagem, essa obra de expansão reacionária, sinistra e gananciosa do patronato, sofrerá rude golpe, se for aplicada com método e com critério revolucionário. (A VOZ..., 30 ago. 1909, p. 1-2)

O artigo incentiva uma abordagem que hoje se aproxima das “operações-tartaruga”, realizadas em diversas categorias atualmente, e ainda uma concepção mais tradicional de sabotagem, hoje associada ao terrorismo, com a destruição criminosa de meios de produção. Sua linguagem se destaca dos demais artigos do jornal por se apresentar de forma bastante direta, simples e em vocabulário mais acessível do que a média, com um claro intuito didático acerca dos “meios de luta” dos anarquistas. Certamente, vale lembrar, nos sindicatos de organizações não libertárias tais táticas seriam rapidamente execradas por representar um desrespeito à propriedade.

Chama a atenção, mais uma vez, a difícil relação que o operariado estabelecia com a evolução tecnológica dos meios de produção. Essa evolução estava sempre associada a um temor de que as máquinas se tornassem um algoz, a “ladra do pão”, como foi dito. A relação com esse avanço tinha a tendência ao conflito, à destruição. Não havia, como há hoje, uma percepção da maioria dos trabalhadores de que a função de operar as máquinas era um trabalho e que, tanto quanto a sabotagem aos moldes apontados acima com relação à qualidade de

produção e à produtividade, as máquinas poderiam servir como uma aliada se suas capacidades e limitações fossem exploradas em seu favor, como sugere o autor.

Mais uma vez, considerando as categorias profissionais apontadas em exemplos no texto – açougueiros, chapeleiros e têxteis –, é notável que essa relação de conflito com os meios de produção está ligada, sem dúvida, a um estranhamento assustador quanto a introdução de máquinas que roubavam empregos, mas também ao grau de instrução do trabalhador, categorias de maior grau de instrução já possuíam uma percepção diferente dos avanços tecnológicos, como exemplifica o trecho abaixo, assinado por Salvador Alacid, operário gráfico, a respeito da introdução de máquinas linotipos nas oficinas.

#### As linotipos nos Jornaes

(...)

Para os proprietários essa aquisição é um bom negócio, pois canaliza para seus amplos bolsos grandes proventos. Que maior felicidade para essa gente cuja vida é o negócio, o tanto por cento! Que se tire o pão a algumas dezenas de operários? Que lhe importa isso ao burguês. Ele só vê que a máquina compõe com rapidez extraordinária e na sua ânsia de exploração e lucros despede operários.

Esta perspectiva alarmante apresentou-se aos tipógrafos em toda sua brutal realidade. Uma revolta espontânea surgiu, ódio até certamente inconsciente. Longe de protestar contra o dono das maquinas, o que seria lógico, visavam à destruição das máquinas.

Incontrovertível é que o assunto exige uma solução rápida e sensata.

A que acima mencionamos não é nem lógica nem racional, e se por ela se optasse passaríamos (com justiça) diante de todos como inimigos do progresso e o que é mais da nossa felicidade; pois numa sociedade melhor organizada máquina será nossa mais eficaz auxiliar na produção.

Além disso é preciso não esquecer que não podemos nos opor a que os patrões introduzam nas suas oficinas as máquinas de compor. Depois esse progresso pode nos servir, nos beneficia mesmo se regulamentamos o trabalho que se fizer na máquina.

Este é o ponto essencial da questão, até agora bem pouco ventilado. Já de per si a composição mecânica exige uma soma de esforços menor à feita a mão, além de que não é tão nociva à saúde como esta última.

Se a jornada for grande, – disse-me um amigo – torna-se excessivamente fatigante, cansando a vista. Pois reduza-se a jornada e organizem-se turmas. O que é imprescindível, o que se deve evitar a todo trance, mesmo lutando contra a rapacidade do burguês, é que essas máquinas sejam abusivamente empregadas – até o ponto de deixar sem trabalho um grande número de operários ainda mesmo que os interessados apregoem que é uma consequência inevitável e fatal da introdução das máquinas a eliminação dos braços. (...) (A VOZ..., 1 jul. 1908, p. 2)

Mesmo não se portando favorável ao que consideravam um abuso das relações de trabalho, o texto faz questão de apontar o anacronismo que representa a tentativa de simplesmente impedir o avanço da tecnologia no meio de trabalho, e destaca a necessidade de, em seu lugar, elevar a qualidade de vida do trabalhador explorando os benefícios trazidos pelas novas máquinas.

Apesar de toda a polêmica em torno da introdução de máquinas nas oficinas e fábricas, a resistência foi na verdade um movimento rápido e de pouco

expressão no quadro histórico. Contudo, esse debate realizado dentro das páginas de jornal a respeito do uso de ferramentas tecnológicas no trabalho e os meios consecutivos de apropriar a sua funcionalidade em busca de melhorias nas suas condições, exemplifica satisfatoriamente o papel desempenhado pelas diversas seções internas que compunham *A Voz do Trabalhador*, em um discurso quase sempre responsivo aos desafios que se apresentavam para o operário sob uma ótica que tentava sempre mostrar a via anarco-sindicalista como a melhor solução. Em jornais operários que não adotavam o anarquismo, a ordem do discurso era praticamente a mesma – o importante era afirmar que tal jornal era o melhor guia para o proletariado.

A linha editorial da *Voz do Trabalhador*, como foi possível observar em todos os outros jornais operários anarquistas da mesma forma, procurava trazer otimismo para as demais lideranças sindicais. Esse otimismo se traduzia em mostrar uma união e coesão nem sempre tão grande quanto a que efetivamente havia no Estado do Rio de Janeiro e na Capital, devido a presença dos grupos trabalhistas, e também em nível nacional, e nesse aspecto pecando por omitir o quanto esse movimento era de menor impacto. Ainda assim, a articulação era sempre surpreendente, com notícias atualizadas em comparação com os demais jornais do Distrito Federal.

Outro ponto chave era trazer sempre notícias de diferentes categorias e grupos sindicais, estando sempre ao seu lado durante os momentos mais intensos, como greves e demissões em massa – com isso, era possível promover a união desejada. Não tanto nos casos de greve geral, como era de se esperar, e mais em declarações de apoio e boicote a produtos das empresas que de alguma maneira eram consideradas prejudiciais ao movimento como um todo. As greves gerais, quando relatadas pela própria imprensa operária, assumiam a forma de um evento inicialmente pontual mas que, devido a um contexto mais amplo na sociedade, ganhava rápida expansão, passando a frente das lideranças sindicais.

Um bom exemplo disso foi a greve multi-setorial de 1920, no Rio, que teve início em uma paralisação de ferroviários na Leopoldina e que tomou uma adesão rápida em vários outros setores. As lideranças anarquistas tiveram uma reação extremamente lenta, e a greve acabou após a liderança trabalhista de sindicatos de marítimos assumirem as negociações com o governo e fecharem um acordo, sem a participação dos anarquistas. Devido à rivalidade entre os grupos,

naturalmente os anarquistas acusaram os trabalhistas de traidores, mas nada foi feito para além disso, e o acompanhamento por parte da imprensa operária estava muito mais para “correr atrás” dos eventos do que realmente ser a vanguarda que guiava os grevistas nessa etapa de enfraquecimento do anarquismo. Um efeito colateral do insucesso na liderança da imprensa sobre a sociedade durante os maiores eventos de greve é que ela assumia então um papel temporário e indesejado de mídia independente, já que não conseguiam se infiltrar na liderança do movimento, mas mesmo assim não estavam dispostos a se posicionar contra a greve ou em favor do governo. Negar o governo e a liderança grevista impunha uma cobertura do evento muito mais imparcial do que eles próprios pretendiam ao criar o jornal, apesar disso significar a ruína de todo um projeto de propaganda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, tratamos da conceituação do ativismo de mídia, através de uma recapitulação das principais referências no assunto, com enfoque nos elementos que mais se relacionam à imprensa operária. O objetivo foi observar como o processo de apropriação e uso dos meios de comunicação pode ser encarado de acordo com o objeto de nossa pesquisa, e como os jornais operários do início do século XX podem ser comparados com as mais recentes práticas de ativismo de mídia.

A partir disso, trouxemos no segundo capítulo uma recapitulação do contexto histórico em que a imprensa operária se encaixa. Foi dado enfoque à conjuntura política, econômica, social e tecnológica, no que tange a impactos mais próximos aos trabalhadores urbanos que participavam do movimento operário. Em seguida, tratamos das principais correntes ideológicas do movimento operário, o trabalhismo, o socialismo e o anarquismo. Por último, mostramos o percurso dos eventos mais relevantes do movimento, como greves e congressos.

No terceiro capítulo fizemos uso dessa base para analisar a imprensa operária do Rio de Janeiro como um conjunto. Através dos dados levantados na consulta direta aos jornais operários, verificamos a relevância das correntes organizatórias, o estilo de texto, a cobertura de grandes eventos, os conflitos entre os jornais de grupos rivais e a crítica à Grande Mídia da época.

Partindo desse panorama traçado no terceiro capítulo, pudemos, no quarto, tratar com mais detalhes o texto e o jornal operário individualmente, por meio de um estudo de caso. Escolhendo *A Voz do Trabalhador* como objeto, verificamos o estilo, a composição das editorias, os assuntos mais recorrentes, a importância dada às relações entre grupos distantes e à propaganda dos ideais anarquistas. Nos preocupamos também em investigar as causas do encerramento do jornal, tomando como indício as contas do jornal e a crise do papel no período.

A experiência do movimento operário do início do século XX encontrou mais derrotas do que vitórias. Apesar disso, suas pequenas conquistas serviram como marco inicial necessário para todas as grandes vitórias da classe trabalhadora brasileira. Das derrotas, ficou a herança de um aprendizado importante sobre organização, métodos de ação, negociações e conflitos.

Nos momentos de sucesso ou de fracasso, a possibilidade de se apropriar da imprensa como forma de expressão garantiu ao próprio movimento condições de entender melhor os problemas que enfrentavam e debater soluções. O despreparo e a inexperiência com uso de meios de comunicação de massa fez com que a função da imprensa operária superasse na maioria dos casos a sua atribuição inicial, a propaganda. Ela ativou canais de debates, expôs diferenças e semelhanças que as divergências políticas entre as lideranças não permitia assumir, ampliou a repercussão das ações do operariado, deu acesso a uma outra visão dos acontecimentos globais em um período importante da história mundial, realizou coberturas independentes a eventos que até então eram tratados univocamente pela imprensa, incentivou o ensino e a expansão da produção popular de cultura em um país de iletrados e, acima de tudo, fixou a memória dos primeiros passos das organizações de trabalhadores no Brasil.

A partir de todas as experiências da imprensa operária, somadas ainda com experiências em um campo midiático mais amplo (teatro, panfleto, palestra etc.), não foi possível em nenhum momento arriscar enquadrá-la definitivamente em qualquer um dos quatro conceitos de ativismo de mídia que foram apresentados. Sob o ponto de vista do projeto de propaganda e da relação com o sindicalismo, ela poderia ser tratada mídia alternativa. No entanto, sob o aspecto do discurso constantemente preocupado com a imprensa comercial a que chamavam de burguesa, ela se assemelha muito à abordagem dos observatórios de mídia. Em relação à forma e variação de linguagem e de práticas, a imprensa operária poderia ser tratada como mídia tática. E nos momentos de fracasso das lideranças grevistas, ela se apresentava como uma mídia independente. Isso, na verdade, foi parcialmente uma surpresa em relação ao início da pesquisa, em que acreditávamos ser possível verificar algum padrão determinante. Ao contrário, o objeto se mostrou mais rico e complexo do que se supunha.

As constantes brigas entre lideranças anarquistas e trabalhistas conferiram uma pluralidade de discursos maior do que se esperava antes da realização da pesquisa, e a emergência do comunismo marxista-leninista após a Revolução Russa garantiu ainda mais nuances. A imprensa operária do início do século XX, apresentada como um reduto de anarquistas no Brasil foi, na verdade, um objeto muito mais rico.

O processo de apropriação de um meio de comunicação por meio de classes menos favorecidas em um momento histórico mais antigo revelou as mesmas capacidades táticas que Certeau apresentou, e da mesma forma não foi capaz de assegurar seus ganhos para sempre. A linguagem jornalística, a formatação e o estilo de escrita que foram apreendidos pelos operários demonstrou uma capacidade criativa que superou barreiras econômicas, reutilizou saberes em seu próprio favor e apresentou uma nova maneira de um jornal se expressar, mais adequados aos interesses da classe trabalhadora.

As dificuldades encontradas pelos grupos operários não foram nunca capazes de desmotivá-los: o otimismo foi sempre a maior constante entre todos os jornais pesquisados. A vontade de transformar o mundo ao seu redor era o maior sustento do movimento operário e de seus jornais. A cada jornal fechado por falta de recursos financeiros, um novo era aberto sem abatimento, durante aproximadamente vinte anos.

Todo esse otimismo não exclusivo daqueles grupos: quem pratica ativismo de mídia hoje possui a mesma determinação. Apesar de todas as diferenças de época, as situações são muito semelhantes, e esse aprendizado pode ser muito fortuito para evitar repetir os erros do passado. O ativismo de mídia contemporâneo ainda vive um deslumbre das novas possibilidades tecnológicas, bem como os operários tendo acesso à produção de jornais, as estruturas de organização ainda carecem de profissionalismo e planejamento para sobreviver aos ciclos de expansão e retração de movimentos sociais, e o discurso otimista continua sendo usado como forma de mascarar a incapacidade de administrar os ganhos e sobrepor as perdas. Talvez esse seja sempre o limite do ativismo de mídia, o limite da tática contra a estratégia.



**BIBLIOGRAFIA**

A CIDADE já voltou à tranqüilidade. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.] 27 ago. 1917.

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

BANDEIRA, Moniz et al. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEY, Hakim. *TAZ, Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.

BRIGGS, Asa ; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994 [1980].

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Unicamp, 2001.

COCCO, G. ; MALINI, F. Circular e produzir: Novos mecanismos de socialização do conhecimento. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 2 , n. especial, dez. 2002.

DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977 [1973].

FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazaré. *A imprensa operária no Brasil : 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1976].

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, David ; LOVINK, Geert. *ABC da mídia tática*. Disponível em: <[www.multitudes.net](http://www.multitudes.net)>. Acessado em: 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Circuito do Livro, [198-].

HARDT, Michael ; NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo: Record, 2001.

KONDER, Leandro. *Breve história das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Moderna, 1995.

LAPIDUS, I. ; OSTROVITIANOV, K. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Global, 1978.

LOVINK, Geert. *Que venha a mídia tática*. Disponível em: < [www.midiatatica.org](http://www.midiatatica.org)>. Acessado em: 2001.

MALATESTA, Errico et al. *O anarquismo e a democracia burguesa*. São Paulo: Global, 1986.

MEIKLE, Graham. *Future active: media activism and the Internet*. New York: Routledge, 2002.

MORAES, Denis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

NEGRI, Antonio. Assim começou o fim do Império. In: COCCO, Giuseppe ; HOPTEIN, Graciela (orgs.). *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 95-106.

OS PARTIDOS políticos na Rússia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 nov. 1917.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 1999.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM Ed., 1983, 2v.

## REFERÊNCIAS

### Periódicos

A ÉPOCA. Rio de janeiro: [s.n.], 23 out. 1913.

A GUERRA Social. Rio de janeiro: [s.n.], 1911.

A LIBERDADE. Rio de janeiro: [s.n.], 15 jan. – 15 ago. 1909.

A NAÇÃO. Rio de janeiro: [s.n.], dez. 1903 – fev. 1904.

A RAZÃO. Rio de janeiro: [s.n.], 19 dez. 1916 – 30 jul. 1921.

A TRIBUNA do Povo. Rio de janeiro: [s.n.], 18 mar. 1909.

A UNIÃO Operária. Rio de janeiro: [s.n.], Jul. 1904.

A VOZ do Povo. Rio de Janeiro: [s.n.]: 1920, irregular.

A VOZ do Trabalhador. Rio de Janeiro: [s.n.], 1908-1920, irregular.

AVANTE. Rio de janeiro: [s.n.], 7 nov. 1904 – 2 out. 1904.

BOLETIM da Aliança Anarquista. Rio de janeiro: [s.n.], fev. – abr. 1918.

GAZETA Operária. Rio de janeiro: [s.n.], 1902.

LIBERDADE. Rio de janeiro: [s.n.], 1909.

O ARTISTA. Rio de janeiro: [s.n.], jun. 1905.

O BALUARTE Rio de janeiro: [s.n.], maio 1910.

O COMPONEDOR Rio de janeiro: [s.n.], maio 1909.

O DESPERTAR. Rio de Janeiro: [s.n.], 2 nov. 1898 – 29 jan. 1899.

O LIBERTÁRIO. Rio de Janeiro: [s.n.], 9 out. 1904.

O MARMORISTA. Rio de Janeiro: [s.n.], 1 dez.1906 - 1 jan.1907.

O OPERÁRIO. Rio de Janeiro: [s.n.], 6 dez. 1908.

SEMANA Operária. Rio de Janeiro: [s.n.], 20 maio 1907 – 3 jun. 1907.

TRIBUNA Operária: Órgão das classes laboriosas. Rio de Janeiro: [s.n.], abr. 1900.